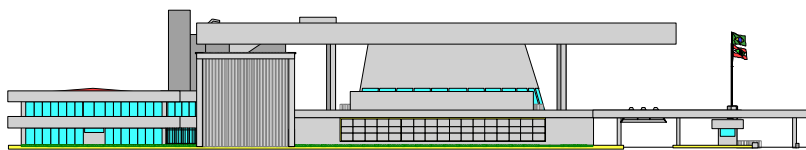


PALÁCIO BARRIGA-VERDE



DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

ANO XLVII

FLORIANÓPOLIS, 16 DE ABRIL DE 1998

NÚMERO 4.531

13ª Legislatura
4ª Sessão Legislativa

MESA DIRETORA

Neodi Saretta
PRESIDENTE

Francisco Küster
1º VICE-PRESIDENTE

Vanderlei Olívio Rosso

2º VICE-PRESIDENTE

Odacir Zonta
1º SECRETÁRIO

Gervásio José Maciel
2º SECRETÁRIO

Afonso Spaniol
3º SECRETÁRIO

Adelor Francisco Vieira
4º SECRETÁRIO

LIDERANÇA DO GOVERNO
Romildo Titon

PARTIDOS POLÍTICOS
(Lideranças)

**PARTIDO DO MOVIMENTO
DEMOCRÁTICO BRASILEIRO**
Líder: João Henrique Blasi

**PARTIDO PROGRESSISTA
BRASILEIRO**
Líder: Gilson dos Santos

PARTIDO DA FRENTE LIBERAL
Líder: Wilson Wan-Dall

PARTIDO DOS TRABALHADORES
Líder: Pedro Uczai

**PARTIDO DA SOCIAL
DEMOCRACIA BRASILEIRA**
Líder: Jorginho Mello

**PARTIDO DEMOCRÁTICO
TRABALHISTA**
Líder:

COMISSÕES PERMANENTES

CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS

Ivan Ranzolin – Presidente
Júlio Teixeira – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Olices Santini
Romildo Luiz Titon
Miguel Ximenes
João Henrique Blasi
Pedro Uczai
Jorginho Mello

FINANÇAS E TRIBUTAÇÃO

Gilmar Knaesel – Presidente
Ivo Konell – Vice-Presidente
Eni José Voltolini
Sérgio de Souza Silva
Leodegar Tiscoski
Jorginho Mello
Gelson Sorgato
Wilson Rogério Wan-Dall
Carlito Merss

AGRICULTURA, COOPERATIVISMO, CIÊNCIA, TECNOLOGIA E ECONOMIA

Idelvino Furlanetto – Presidente
Manoel Mota – Vice-Presidente
Olices Santini
Eni José Voltolini
Herneus de Nadal
Norberto Stroisch Filho
Pedro Uczai

DIREITOS HUMANOS E DEFESA DO CONSUMIDOR

Sérgio de Souza Silva – Presidente
Jorginho Mello – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivan Ranzolin
Narcizo Parisotto
Wilson Rogério Wan-Dall
Idelvino Furlanetto

TRANSPORTES, DESENVOLVIMENTO URBANO E RURAL E TURISMO

Reno Luiz Caramori – Presidente
Leodegar Tiscoski – Vice-Presidente
Volnei Morastoni
Gelson Sorgato
Manoel Mota
Norberto Stroisch Filho
Pedro Bittencourt Neto

EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO

Luiz Roberto Herbst – Presidente
Ideli Salvatti – Vice-Presidente
Udo Wagner
Lício Mauro da Silveira
Manoel Mota
Júlio Vânio Celso Teixeira
Idelvino Furlanetto

SAÚDE E MEIO AMBIENTE

Volnei Morastoni – Presidente
Sérgio de Souza Silva – Vice-Presidente
Udo Wagner
Ivo Konell
Gilmar Knaesel
Lício Mauro da Silveira
Cesar Antônio de Souza

TRABALHO, DE ADMINISTRAÇÃO E DE SERVIÇO PÚBLICO

Pedro Bittencourt Neto – Presidente
Olices Santini – Vice-Presidente
Ideli Salvatti
Gilmar Knaesel
Herneus de Nadal
Miguel Ximenes
Jaime Aldo Mantelli

FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA

Norberto Stroisch Filho – Presidente
Carlito Merss – Vice-Presidente
Lício Mauro da Silveira
Reno Luiz Caramori
Luiz Roberto Herbst
Miguel Ximenes
Júlio Vânio Celso Teixeira

**DEPARTAMENTO
PARLAMENTAR****Divisão de Anais:**

responsável pela digitação e/ou
revisão dos Atos da Mesa Diretora e
Publicações Diversas, diagramação,
editoração eletrônica, montagem e
distribuição.

Diretor: Valter Clementino Pereira

Divisão de Taquigrafia:

responsável pela digitação e revisão
das Atas das Sessões.

Diretora: Iwana Lúcia Lentz Gomes

Divisão de Divulgação e**Serviços Gráficos:**

responsável pela impressão.

Diretor: Vanoir Guarezi Zacaron

**DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA
EXPEDIENTE**

Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina
Palácio Barriga-Verde - Centro Cívico Tancredo Neves
Rua Jorge Luiz Fontes, nº 310 - Florianópolis - SC
CEP 88020-900 - Telefone (PABX) (048) 221-2500
Internet: www.alesc.sc.gov.br

IMPRESSÃO PRÓPRIA
ANO VII - **NÚMERO 926**
1ª EDIÇÃO - 110 EXEMPLARES
EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS

ÍNDICE**Plenário**

Ata da 031ª Sessão Ordinária
realizada em 14/04/1998..... 2
Ata da 004ª Sessão Solene
realizada em 14/04/1998..... 7
Ata da 032ª Sessão Ordinária
realizada em 15/04/1998..... 15
Ata da 033ª Sessão Ordinária
realizada em 15/04/1998..... 20

Atos da Mesa Diretora

Resoluções 33

Publicações Diversas

Atas das Comissões
Permanentes e da Comissão
Parlamentar Interna 36
Decretos Legislativos 38
Portarias 38
Projetos de Lei 39

P L E N Á R I O

ATA DA 031ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 14 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - Cesar Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sergio Silva - Udo Wagner - Vanderlei Rosso - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do

seguinte, senhor Presidente:

MENSAGENS DO SENHOR GOVERNADOR DO ESTADO NºS:

3348, encaminhando terceiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto com a Fedavi, sediada no Município de Rio do Sul;

3349, encaminhando termo de rerratificação a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a intervenção do Badesc, e o Município de Passos Maia, objetivando seu credenciamento com vistas a obtenção de financiamento do FDM;

3350, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Rural e da Agricultura, com a Universidade do Contestado, destinado à concessão de bolsas de trabalho para estudantes universitários;

3351, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado da Segurança Pública, e a intervenção do Fundo para Melhoria da Segurança Pública, com o Município de Campo Erê;

3352, encaminhando termo de convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com a Associação de Municípios Entre

Rios/SC - Amerios, visando o levantamento altimétrico e topográfico da área urbana do Município de Riqueza;

3353, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Secretaria de Estado de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, com os Municípios de Massaranduba e Xaxim, respectivamente;

3354, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, gestora do Fumpom, com os Municípios que mencionam;

3355, encaminhando termos de convênio, firmados pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com os Municípios que mencionam;

3356, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através da Polícia Militar do Estado, com o Município de Herval D'Oeste;

3357, encaminhando primeiro termo aditivo a convênio, firmado pelo Governo do Estado, através das Secretarias de Estado de Governo e Fazenda com o Município de Barra Velha.

PROJETOS DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilson dos Santos, que declara de utilidade pública a Associação de Moradores do Parque Residencial Probst, com sede e foro no Município de Palhoça;

- de autoria do senhor Deputado Udo Wagner,

que torna obrigatório o uso de farol baixo acesso nos veículos automotores em trânsito em rodovia estadual de Santa Catarina.

OFÍCIO Nº:

134/98, do senhor Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Concórdia, solicitando empenho desta Casa, junto aos órgãos federais, no sentido de que o Pronaf, seja posto em prática, conforme o projeto original.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

Senhores Líderes, a Mesa propõe a supressão das Breves Comunicações e a entrada imediata no horário reservado aos Partidos Políticos, antecipando-o em trinta minutos, a fim de que também possamos antecipar a Ordem do Dia, tendo em vista a realização, na tarde de hoje, às 17h, de uma sessão solene neste Plenário.

Consulto os senhores Líderes se há concordância.

(Os senhores Líderes aquiescem.)

Com a aquiescência das Lideranças, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, terça-feira, os primeiros minutos são destinados ao PFL.

Inscrito o senhor Deputado Adelor Vieira, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente, senhores Deputados, eu quero, neste horário do Partido da Frente Liberal, trazer à consideração deste Plenário o que pensa a Bancada da Frente Liberal a respeito do Projeto de Resolução nº 09/97, de autoria do eminente Deputado Luiz Herbst, que dispõe sobre a instituição da tribuna livre nesta Casa.

O instrumento da tribuna livre, portanto, é perfeitamente viável a sua implantação nesta Casa. Discordamos, porém, em alguns pontos como no espaço de tempo, pois entendemos que dez minutos para uma entidade ou para um cidadão apresentar uma moção, trazer aqui a sua reivindicação, com as justificativas que se fazem necessários, é por demais exíguo.

Temos experiência de que quando usamos esta tribuna quase sempre o tempo que nos é reservado em Breves Comunicações, apenas dez minutos, é pequeno demais.

Entendemos que conceder apenas dez minutos para a tribuna livre é um tempo muito curto. Já temos dificuldades de tempo para a expressão que o Parlamentar tem de direito e necessita fazer uso da tribuna.

Então, por esta razão, considerando que o Parlamentar precisa desse espaço de tempo no horário regimental, considerando que é muito pouco o tempo de dez minutos, acrescidos de apenas mais dez, a critério do Presidente, para que se faça uso da tribuna livre, somos de opinião de que devêssemos dar uma hora para a tribuna livre. E essa uma hora poderia ser também em outro local que não o Plenário desta Casa, até porque o Plenário, quando necessário para a tribuna livre, será muito pequeno. Temos disponíveis apenas 40 assentos, Deputado Gilson dos Santos, o que seria insuficiente para uma tribuna popular, para aqueles que desejassem aqui ocupar a tribuna e fazer a sua manifestação.

Por isso, além de ampliar o espaço de tempo de dez minutos para uma hora, nós estamos propondo que seja ampliado o espaço físico. Ao invés de se conceder os assentos aqui, neste Plenário, com apenas quarenta lugares, conceder-se-ia mais do que o dobro no plenarinho desta Casa.

Temos uma proposta que deveria ser substitutiva, deveria substituir esse projeto de resolução, porém, infelizmente, conhecendo o Regimento Interno desta Casa e considerando que o Projeto de Resolução nº 09/97, Deputado Narcizo Parisotto, já está com a sua discussão encerrada, já está na sua segunda votação, portanto, não cabe mais emenda nem neste Plenário.

Deputado Gervásio Maciel, queremos crer que o melhor seria - e eu gostaria que esti-

vesse presente o Deputado Luiz Herbst - que se retirasse esse projeto, para que pudéssemos rever essa posição de dar a tribuna livre ao cidadão catarinense com um espaço de uma hora, em um dia por semana, num local mais amplo, com todas as condições para que esses cidadãos possam fazer a sua manifestação livre, soberana e popular.

Se a tribuna livre for concedida um dia por semana, num espaço de uma hora, no plenarinho desta Casa e com a presença de um membro da Mesa Diretora, que presidirá os trabalhos e se encarregará de receber as moções, as indicações que esses cidadãos porventura desejarem apresentar, estaríamos ampliando inclusive a intenção do Deputado Autor dessa proposição.

Fica aqui o registro e fica aqui o apelo ao Deputado Luiz Herbst para que, evocando a matéria para a votação em segundo turno, possa, o autor, retirá-la. Mas se o autor assim não desejar, se não houver condições por parte do autor, a Bancada do PFL irá votar contra esse projeto de resolução e, ato contínuo, estará apresentando um novo projeto de resolução contendo essas informações que acabo de trazer a esta Casa, no horário destinado ao PFL.

Por último, eu gostaria de trazer mais uma moção da Bancada do PFL, mais precisamente um requerimento, inclusive, pediria ao senhor Presidente que o colocasse na pauta da Ordem do Dia desta terça-feira, dada a urgência, porquanto, amanhã, dia 15, haverá uma reunião da Diretoria da Petrobrás, que, segundo informações que nos chegam, na pauta da mesma consta a transferência dos escritórios da Petrobrás de São Francisco do Sul, no nosso Estado, para o vizinho Estado do Paraná.

Essa é mais uma daquelas ações com as quais já sofremos tanto. É mais uma daquelas ações prejudiciais para Santa Catarina. Já perdemos tantos órgãos públicos, já perdemos tantas representações, que agora só nos resta levarem mesmo a representação da Petrobrás para o Estado do Paraná. Não perde só São Francisco do Sul, perde o Estado de Santa Catarina, e já perdemos na questão do petróleo.

De nada mais parece adiantar dizermos que o petróleo é nosso, que os poços petrolíferos estão dentro dos nossos limites territoriais, dentro da área que diz respeito ao Estado de Santa Catarina, se já perdemos isso, já perdemos a esperança de reconquistar esses poços petrolíferos. Agora, só nos falta levar o escritório da Petrobrás e depois levar também o terminal para colocar não sei aonde, não sei em que Estado.

Lamentavelmente é mais uma discriminação para com o Estado de Santa Catarina. E quero pedir aos meus Companheiros, em nome do nosso companheiro Prefeito Rogério Zattar Júnior, de São Francisco do Sul, dos Vereadores e demais autoridades daquele importante Município, que no dia de amanhã comemora os seus 494 anos de existência, de uma história linda, brilhante, como é a daquela gente são-franciscense, a nossa querida Babitonga, o apoio à mensagem que ora propomos.

Só restava isso mesmo: receber de presente, amanhã, a transferência do escritório da representação da Petrobrás em Santa Catarina para o Paraná. Seria um grande presente, só que seria um presente de grego receber isso das autoridades.

Portanto, espero, senhor Presidente, que possamos fazer chegar hoje ainda ao Presidente da Petrobrás, antes que ele inicie essa trágica sessão, essa trágica reunião, cuja pauta é transferir o escritório da Petrobrás de São Francisco do Sul para o vizinho Estado do Paraná, essa manifestação da Assembléia Legislativa.

Não temos nada contra o Paraná. Temos, sim, que defender o nosso Estado, o Estado de Santa Catarina. Por isso, eu solicito ao senhor Presidente que inclua na pauta da Ordem do Dia esse requerimento, que não é só deste Deputado, é também da Bancada do PFL.

Gostaríamos de fazer essa mensagem chegar ainda hoje, se possível, ao destinatário, não só ao Presidente da Petrobrás, mas também ao senhor Ministro das Minas e Energia.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Esta Presidência informa a V.Exa. que fará incluir na pauta da Ordem do Dia da presente sessão o requerimento apresentado por V.Exa.

Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo espaço pertence à Bancada do PMDB.

Com a palavra o senhor Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, senhores Deputados, quero retomar nesta oportunidade um assunto veiculado intensamente pela imprensa, nos últimos dias, e também abordado aqui, nesta tribuna, pelo eminente Deputado Gilson dos Santos.

Refiro-me às démarches em torno da Medida Provisória Federal nº 1.567, que dá um tratamento novo e diferenciado aos imóveis de propriedade da União, situados sobretudo nas ilhas costeiras e marítimas por este País afora.

Há cinco ou seis meses, por iniciativa minha, realizou-se aqui, na Assembléia, um seminário ao qual acorreram autoridades nessa área, juristas de renome, o Delegado do Patrimônio da União aqui, em Santa Catarina, diversos Deputados desta Casa, o Deputado Federal Edson Andrino, e começou-se a discutir em torno dessa questão, de que medidas concretas e objetivas poderíamos e deveríamos adotar no sentido de coarctar pela raiz essa medida provisória, que em síntese vai propiciar a terceirização para a realização de um cadastramento dessas terras que pertencem à União, as chamadas terras de Marinha, ou seja, aquelas terras que têm trinta e três metros da preamar, média de 1.831, ou seja, todas as áreas de praias no Estado de Santa Catarina, no nosso litoral e também aquelas localizadas nas ilhas costeiras, que no nosso caso são duas: a Ilha de Santa Catarina, onde estamos, e a Ilha de São Francisco do Sul.

A partir dali houve um segundo encontro levado a efeito na Federação das Indústrias em que saiu um documento, uma carta de intenções. Aqui na Assembléia anteriormente foi feito um resumo através dos apontamentos taquigráficos de todo o debate havido em torno da matéria, e finalmente feriu-se na semana passada um terceiro encontro na sede da OAB, coordenado pelo Deputado Federal Edison Andrino em que a matéria também voltou a ser discutida.

Na verdade, ao que parece, e pelo entendimento dos nossos Parlamentares Federais, mostra-se muito pouco provável a possibilidade de rejeição da medida provisória. Mas há uma outra possibilidade, que é a aprovação de uma emenda constitucional, que já está tramitando, no sentido de excluir do Patrimônio da União, dentre aqueles bens que são considerados bens dominicais da União, aqueles situados em ilhas que são sede do Município. Com isso, nós teríamos a área da Ilha de Santa Catarina e da Ilha de São Francisco do Sul, eminente Deputado Adelor Vieira.

Por isso, eu estou apresentando uma moção à Presidência da Casa, e gostaria de contar com o apoio dos demais Colegas no sentido de que o Parlamento catarinense se dirija a todos e a cada um dos nossos Deputados Federais, ao Presidente do Congresso Nacional, ao Presidente da Câmara dos Deputados e às Lideranças dos Partidos para que nós pudéssemos ter a possibilidade de aprovação dessa medida provisória, resolvendo em definitivo essa questão que vem amargurar, que vem preocupar, que vem colocar em perplexidade a população que adquiriu, que comprou, que paga impostos às respectivas Prefeituras e que tem em alguns casos até a posse desses bens por tempos imemoriais, desde os seus bisavós, avós, pais, numa cadeia de sucessão mansa e pacífica

por muitos anos.

O Sr. Deputado Adelor Vieira - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Adelor Vieira - Deputado João Henrique Blasi, coincidentemente eu me propus hoje, se houvesse condições, a falar no horário do meu Partido ou no horário de Explicação Pessoal, falaria também nas Breves Comunicações. Tinha três assuntos pautados. Um desses é exatamente o assunto que V.Exa. traz.

A cada dia que passa nós, Parlamentares principalmente, que temos nossas bases nessas áreas de interesse, estamos sendo solicitados a toda hora para que nos manifestemos a esse respeito.

Eu pedi à minha assessoria que pudesse dar informações e mais subsídios a esse respeito, pois eu iria justamente falar sobre esse assunto hoje.

Eu creio que nós estamos caminhando mais ou menos na mesma direção. V.Exa. está apresentando um documento a fim de que esta Casa não fique alheia a esse processo e acompanhe junto à Câmara Federal a aprovação da medida provisória.

Existe também (e V.Exa. sabe) uma emenda de autoria do eminente Deputado Edson Andrinho, seu Colega de Partido, que também versa sobre esse assunto e que precisa de um melhor estudo e que demanda de mais tempo para conseguir o seu objetivo, porque medida provisória é medida provisória, é transitória.

Na verdade, o que se objetiva com o tempo é uma coisa mais perene. Mas caminhamos nessa direção.

De igual forma, demos entrada hoje no Departamento Parlamentar em um requerimento - e eu quero colocar para ver se V.Exa. também concorda - sugerindo que seja criada uma Comissão Parlamentar Externa, uma CPE, de três membros apenas, porque não há necessidade de mais, para, em nome da Casa, tratar dessas questões, fazer o seu encaminhamento e dar, então, uma resposta àqueles que estão angustiados, estão sofrendo.

Ontem, recebi um apelo veemente de uma pessoa daqui da ilha, uma pessoa humilde, que disse que aquela propriedade para ela é tudo, que é remanescente de seus avós, um patrimônio que está ligado diretamente à sua vida e à vida de sua família.

Isso me sensibilizou e urgenciou para poder trazer este assunto hoje.

Creio que V.Exa. há de convir, de concordar também com a idéia de que é mais um instrumento de acompanhamento e, quem sabe, de busca de solução para esse problema que eu julgo muito sério e que esta Casa não pode ficar alheia.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sem dúvida, Deputado Adelor Vieira, eu me sinto regozijado também pelo apoio de V.Exa.

Penso que a proposta que V.Exa. apresenta, de criação de uma Comissão Parlamentar Externa, é bem-vinda, oportuna e conveniente para que possamos delegar competência a três Deputados (penso que o número também está perfeitamente adequado) para, em nome do Parlamento, estudar medidas concretas, dirigirem-se a Brasília, enfim, adotar as providências, as diligências que se fizerem necessárias para que o Parlamento não fique ao largo, não se coloque "a latere" dessa situação, que é preocupante e que envolve, como V.Exa. enfatizou, a propriedade, o patrimônio, o valor afetivo de um sem número de pessoas, para o que a União Federal, infelizmente, até agora, pelo menos, não está sensibilizada.

Essa proposta de V.Exa., aliada a essa outra que eu fiz, de uma moção - há o entendimento, o empenho de outros Parlamentares aqui já tornado público, como o caso do Deputado Gilson dos Santos -, quero crer, será um somatório de medidas que vão dar o encaminhamento, o direcionamento efetivo em

torno de uma solução que nós almejamos seja encontrada o quanto antes e que seja a melhor possível.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Pois não!

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Deputado João Henrique Blasi, no decorrer do seu pronunciamento houve um equívoco, V.Exa. disse que buscaríamos a aprovação da medida provisória. Quero crer que V.Exa. quis dizer a rejeição ou aprovação da emenda constitucional.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - A rejeição.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Que, sabemos, é algo complexo no Congresso Nacional. Se já é aqui, imagine no Congresso Nacional, com quinhentos e poucos Deputados Federais!

Parece-me que a idéia do Deputado Adelor Vieira também busca um trabalho conjunto.

Como eu entendo que esse assunto tem que ser independente de qualquer coloração política, porque todo mundo tem esses interesses, a intranquilidade é muito grande e a tendência é aumentar ainda mais, acho que realmente esta Casa precisa se manifestar de maneira coerente, de maneira firme neste momento.

Eu queria até pedir vênias para subcrever não só a moção de V.Exa., como o requerimento do Deputado Adelor Vieira, porque acho que estamos exatamente no mesmo caminho, que é o caminho que busca dar a essas pessoas maior tranqüilidade.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Perfeito, Deputado Gilson dos Santos!

Se eu me referi à aprovação da medida provisória, deveria ter me referido à rejeição, é evidente, da Medida Provisória nº 1.567.

Então, o que se vê, Deputado Adelor Vieira, é que as Bancadas estão concordes com esse entendimento, ele é suprapartidário, visa aos superiores interesses de uma parcela substancial da população catarinense. Penso que com esses encaminhamentos, com a constituição da CPE, com a manifestação já através de uma moção, de nosso posicionamento, estamos dando uma resposta afirmativa a esse problema que angustia tanta gente.

Agradeço e, senhor Presidente, concluo deixando o horário remanescente, se houver, a algum outro componente da Bancada do PMDB.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Continua livre a palavra aos Deputados da Bancada do PMDB.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra dentro do horário do PMDB, os próximos minutos pertencem ao PT.

Com a palavra o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente e senhores Deputados, hoje pela manhã, na Secretaria Estadual da Saúde, reuniu-se o grupo de trabalho que foi tirado a partir da reunião especial que a Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa realizou na quarta-feira última, dia 8, para debater a questão da dengue em Santa Catarina.

A imprensa fez comentários equivocados, do meu ponto de vista, considerou a reunião improdutiva, considerou que foram adiadas decisões e que continuaram indefinidas as ações do Estado frente à situação da dengue.

Na verdade, a reunião que nós realizamos aqui, através da Comissão de Saúde e Meio Ambiente desta Casa, foi o primeiro passo dado no Estado de Santa Catarina, reuniu órgãos do Governo Federal, do Estado e dos Municípios juntamente com entidades da sociedade civil, do comando da Polícia Militar e do Exército para, em conjunto, poder delinear as principais ações frente à questão da dengue.

Este primeiro passo, um passo estratégico, fundamental, possibilitou a segunda etapa dos trabalhos.

Hoje, pela manhã, o grupo de trabalho reuniu as mesmas entidades, a Fundação Nacional de Saúde, a Secretaria Estadual de Saúde, a Federação Catarinense dos Municípios, o Conselho dos Secretários Municipais de Saúde, o Conselho Estadual de Saúde, a Comissão de Saúde da Assembléia Legislativa, o Exército, a Polícia Militar e diversas entidades da sociedade civil, dando o segundo passo importante: constituir a Comissão Executiva Estadual, destinada a elaborar, implantar e coordenar o Programa Catarinense de Erradicação do Aedes Aegypti.

Na verdade, a reunião da Comissão de Saúde desta Casa foi fundamental para desengavetar este decreto governamental, que já, há mais de um ano, havia criado uma Comissão Executiva Estadual para encaminhar as ações relativas ao Programa Catarinense de Erradicação do Aedes Aegypti. No entanto, foi mais uma comissão criada e não constituída.

Portanto, hoje, pela manhã, o grupo de trabalho decidiu, definitivamente, que a partir desse momento as ações relativas ao combate à dengue em Santa Catarina serão coordenadas pela Secretaria Estadual de Saúde, através da Comissão Executiva Estadual, até porque estava ocorrendo um paralelismo e uma superposição de ações no Estado.

Tínhamos ações por parte da Fundação Nacional de Saúde, por parte da Secretaria Estadual de Saúde, embora muito tímidas, e outras de iniciativa dos Municípios, ações essas sem nenhuma coordenação, sem nenhum entrosamento, sem nenhuma concatenação, desperdiçando recursos.

Nesse momento em que se encaminha na prática a composição e a implementação das atividades desta Comissão Executiva Estadual, proporciona-se uma coordenação, uma aglutinação e uma concatenação, de tal forma que as atividades, seja do Governo Federal, do Estado ou dos Municípios e mesmo de entidades da sociedade civil, estejam interligadas entre si e com o mesmo objetivo.

Outra determinação importante do grupo de trabalho, hoje, pela manhã, foi criar três subcomissões, uma nas áreas de epidemiologia e operação de campo, a ser coordenada pela Vigilância Epidemiológica da Secretaria Estadual de Saúde e pela Fundação Nacional de Saúde, outra na área de saneamento, a ser coordenada também pela Vigilância Sanitária da Secretaria Estadual de Saúde, pela Fundação Nacional de Saúde e pela própria Casan, e uma terceira na área de informação, educação, comunicação e recursos humanos, a ser coordenada pela própria área de comunicação social do Governo, Fundação Nacional de Saúde e diversas outras entidades.

Portanto, a Comissão Executiva Estadual é que vai delinear, que vai coordenar as ações, que vai traçar um plano global para o Estado, e os trabalhos estarão divididos em três subcomissões, aonde poderão se aglutinar, além dos técnicos, representantes de diversos segmentos da sociedade e a própria Assembléia Legislativa, para que possamos implementar, de imediato, a curto, a médio e a longo prazo, as principais ações para o enfrentamento da dengue em Santa Catarina.

Essa determinação é fundamental, inclusive quem é quem e quem faz o quê, qual o campo de ação da Fundação Nacional de Saúde, qual o campo de ação da Secretaria Estadual de Saúde, qual o campo de ação das Secretarias Municipais de Saúde, em que momento se convoca a participação da Polícia Militar, do Exército ou das entidades da sociedade civil.

Até agora nós estávamos sem nenhum comando, também com paralelismo e com uma superposição de ações.

Esse encaminhamento, com certeza, vai permitir, a partir desse momento, que possamos ter um plano de ação global para todo o

Estado e ter essas atividades de uma forma conjunta, de uma forma coordenada, até para não acontecer o que vem acontecendo.

Acabamos de receber do Gabinete do senhor Ministro uma liberação de verbas para cinco Municípios catarinenses em relação à dengue.

Que Municípios são esses? Que critérios o Ministério escolheu para selecionar esses Municípios? Outros Municípios importantes, que estão com focos eclodindo cada vez mais, a cada dia mais, não estão nesta relação.

É necessário que a partir do Estado emane as orientações para o próprio Ministério, inclusive para poder decidir sobre a liberação de recursos para os Municípios.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Vanderlei Rosso) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos seis minutos pertencem ao PSDB.

Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, o meu propósito nesta oportunidade é questionar com o devido respeito, obviamente, os senhores Deputados da Bancada do PMDB, uma vez que não se encontra presente o Líder do Governo, Deputado Romildo Titon.

Os jornais do dia de hoje estamparam na capa a decisão do atual Governador de disputar a reeleição. Há poucos dias, esses mesmos veículos noticiavam um pronunciamento do senhor Governador, em que dava conta aos catarinenses de uma realidade exclusivamente dele, ou seja, de um Estado saneado.

O sentimento que nos moveu naquela oportunidade foi o seguinte: que bom se nós tivéssemos habitando este Estado saneado! Não sabíamos de que Estado estava falando o senhor Governador.

Agora, depende do conceito de saneamento do senhor Governador do Estado. Volta à carga da necessidade do pagamento do 13º salário dos servidores públicos. Isto vai às raíais da desfaçatez! É um absurdo!

O tempo está passando e não se tem notícia, apenas se vê o desespero das pessoas, aposentados ou completando o tempo para aposentadoria, que sempre tiveram sua vida bem administrada por conta do que receberam do Estado, mas agora, infelizmente, essas pessoas, pela primeira vez, foram para o SPC porque o Governador não honrou com o compromisso.

Esta é uma obrigação constitucional, um direito do servidor público. O Governo tem que acertar as contas com os seus servidores! O Governador, com certeza, vai agora trabalhar o alijamento dos delegados para vencer a convenção!

Eu havia cantado essa tecla, ninguém me tirava da cabeça que o Governador era candidato à reeleição. Ousei dizer isso para figuras respeitáveis do PMDB que defendiam a candidatura ou ainda defendem a candidatura do ex-Prefeito de Criciúma, Eduardo Moreira.

Está público e notório que o Governador não só vai disputar, vai vencer a convenção também. Eu já não tenho mais dúvidas! Agora, era necessário que os senhores Deputados do PMDB assumissem de forma mais agressiva (e esta agressividade é no bom sentido) a defesa dos servidores públicos no pagamento do 13º salário.

Claro que eu sei que os Deputados do PMDB sofrem pressão dos servidores, mas era preciso vir à tribuna e publicamente cobrar do Governador, que saneou um Estado ilusório e imaginário, que não é o nosso sofrido Estado de Santa Catarina, lamentavelmente tão mal governado.

E quando a figura máxima do governante se desacredita, o que esperar do restante do universo deste Governo? Que pelo menos pague aos servidores públicos o seu 13º salário, e não apenas isso, que este Governo honre com as obrigações constitucionais, com os repasses, colocando-os em dia no universo dos Poderes e das instituições que deles dependem, o que não está fazendo. Cito como exemplo a Assembleia Legislativa do Estado, e com certeza também os outros Poderes.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Só aproveitando o gancho do 13º salário, peço àquele que diz que saneou o Estado que faça a correção pelo menos, pagando os juros bancários, porque querem reajustar enganando o povo, sem seguir os juros do cheque especial!

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Para encerrar, senhor Presidente, devo dizer que, ao iniciar o meu pronunciamento referindo-me aos Companheiros da Bancada do PMDB, o fiz respeitadamente. Peço que façam um coro a reclamar e a cobrar do Governador no sentido de que honre esse compromisso, que é legal e constitucional. É um direito inarredável do servidor público receber o seu 13º salário.

Afinal de contas, ele não anunciou espalhafatosamente que o Estado estava saneado? Que Estado é este?! Afinal de contas, ele não está tentando buscar a reeleição? Pois bem, que pelo menos comece a honrar os compromissos, comece a governar com responsabilidade!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos 18 minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Odacir Zonta.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Senhor Presidente, senhores Deputados, funcionários e funcionárias da Casa, visitantes, por uma deferência do nosso Partido, o nosso Vice-Líder, Deputado Eni Voltolini, autorizou-me a usar os oito primeiros minutos.

Gostaríamos de continuar o questionamento que o Deputado Francisco Küster acabou de fazer em relação ao cumprimento dos compromissos do Governo do Estado, enquanto governante, para com as instituições, para com os funcionários e para com as entidades.

Gostaria de falar não em nome da Mesa mas, sim, utilizando-me da condição de Primeiro Secretário desta Casa, para trazer à discussão um problema que vai se agravando, pela forma com que o Governo do Estado, mais uma vez, trata o Poder Legislativo, pela afronta que está havendo a este Poder, querendo subjugar-lo e colocá-lo à mingua.

Ele, que já foi Deputado e que por aqui passou, disse que teve um aprendizado universitário. Acho que não aprendeu aqui, não, a deixar de cumprir a Constituição, as leis, a desrespeitar os Poderes, como está fazendo com este Poder, ignorando inclusive seu Líder de Governo, o Deputado Romildo Titon, e o Líder do PMDB, o Deputado João Henrique Blasi.

Não está dando a mínima para a Presidência desta Casa, está ignorando olímpicamente este Poder e deixando em uma situação muito delicada as finanças do Poder

Legislativo.

Não vou falar aqui do repasse ao Poder Judiciário, ao Tribunal de Contas. Cada Poder, cada repartição, tem a obrigação de tratar da sua parte. Mas, constitucionalmente, orçamentariamente, o Poder Legislativo tem o direito dos 3.6% daquilo que é a receita líquida.

Nós concordamos que houve queda na receita. Mas daí a se furta a discutir a inclusão, por exemplo, do Imposto de Renda que é descontado e é recolhido ao Tesouro do Estado (e sempre compõe a receita líquida do Estado, e agora passa a ser extraído), realmente é ignorar, é afrontar o Poder Legislativo, é realmente colocar o nosso Poder numa situação de penúria, num desrespeito a todos nós, Parlamentares, a esta Casa e ao povo de Santa Catarina.

Os mais de R\$3.900.000,00 que esta Casa tem como crédito, calculado pelo próprio Tribunal de Contas, não serão pagos apenas com a promessa. É preciso ter honradez, é preciso ter sensatez, é preciso o mínimo de boa vontade, é preciso ao menos um gesto de respeito para com a Presidência desta Casa, atendendo e conversando em condições iguais para que possamos ter viabilidade.

Querer transformar o Parlamento em submissão, nós não vamos aceitar! O povo não merece isso, Deputado Pedro Uczai! Esta Casa sempre soube respeitar, e não vai ser por causa desses desencontros, que o próprio Governador provocou, que nós vamos aceitar que ele pise sobre a autonomia desta Casa. Não vamos aceitar isso, não!

Esta Casa tem prezado pelo recolhimento das suas obrigações, inclusive para com o Ipesc, que tem a responsabilidade maior do Poder Executivo, recolhendo as contribuições patronais. Aliás, é o único Poder, parece-me, que recolhe em dia a parte patronal.

A minha opinião, como membro da Mesa, é que a partir deste mês, já que este Poder tem que dispor de recursos daqui para recolher para o Ipesc a parte patronal, vamos recolher aquilo que é descontado dos funcionários e vamos segurar os recursos da parte patronal como forma de cobrar a conta do Governo do Estado. Vamos ter que começar a fazer isso, na minha opinião, para ver ser chamamos a atenção daquele que se coloca como todo poderoso neste Estado, como líder mundial do futuro, e sob essa égide estragou este Estado!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Deputado Odacir Zonta, na condição de Líder da Bancada do PT, gostaria de solidarizar-me com V.Exa. pela preocupação que traz a esta Casa. Quero também dizer que, efetivamente, a autonomia, a soberania deste Poder tem que ser preservada até as últimas consequências.

Em segundo lugar, se a dificuldade financeira é um dos empecilhos de se construir a dinâmica desta própria Casa, temos que buscar soluções para isto. E é por isso que as Lideranças dos diferentes Partidos que compõem esta Casa e principalmente a Mesa Diretora têm que efetivamente buscar soluções imediatas para normalizar o funcionamento da atuação dos Parlamentares, sem isso este Poder fica prejudicado.

Acho que essa sua sugestão é, em nível político, de pressão. E temos que buscar outras formas também de pressão junto ao Governo do Estado, para que consigamos rapidamente normalizar toda a situação de funcio-

namento e, com isso, conquistar mais autonomia, mas soberania para esta Casa.

Solidarizo-me com V.Exa., com os demais Partidos, e acho que no máximo em 30 dias temos que resolver definitivamente esse problema.

O SR. DEPUTADO ODACIR ZONTA - Agradeço pelo seu aparte.

Entendo que esta Casa está sendo tolerante, está sendo gentil demais, sempre quis resolver na forma do diálogo, mas chega um momento em que medidas mais duras têm que ser tomadas. Além da retenção referida, medidas judiciais, se for o caso, deverão ser impetradas para garantir a soberania deste Poder, que jamais pode ser pisado, principalmente por quem desastrou Santa Catarina!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Nos oito minutos que ainda restam ao PPB, com a palavra o Deputado Eni Voltolini.

O SR. DEPUTADO ENI VOLTOLINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, um tema que hoje domina jornais, rádios e redes de televisão envolve a discussão Paulo Afonso/Pinho Moreira/PMDB. Porém, acho que não devo fazer isso, por alguns motivos. Primeiro, porque é de economia interna do PMDB alguns fatos que ali estão; segundo, porque seria valorizar demais aquilo que não deve ser valorizado.

Acho que estamos a falar muito deste assunto, deixando de falar de questões que de fato interessam a Santa Catarina e que não fazem referência se Eduardo Pinho Moreira ou Paulo Afonso serão candidatos do PMDB. Esse é um assunto que tem que ser resolvido lá dentro.

Então, não vou gastar tempo para falar deste assunto, apenas direi que todas as vezes que se intentar dar a impressão aos catarinenses de que existe um grupo comprometido com a atual situação que vive Santa Catarina, e aí tentar dizer que esse é o grupo do Paulo Afonso - e por outro lado existe um outro grupo que não tem nada a ver com essa história do descalabro que está acontecendo em Santa Catarina -, aí, sim, eu vou falar!

Vou falar para lembrar a toda Santa Catarina e aos catarinenses que não há dois grupos, não! Existe um único Partido! E eu me lembro da fala do Prefeito Luiz Henrique, que dizia que não seria feito com o Governador Paulo Afonso o que foi feito com o ex-Presidente Collor, porque atrás do Paulo Afonso existia um Partido chamado PMDB, com raízes e contradições.

Então, nós estamos falando de um Partido Político, e esse conjunto é que tem que prestar contas a Santa Catarina, e não tentar dizer que a culpa é de uma facção, de um lado. Não! É isso que não vamos permitir. Luiz Henrique, Eduardo Pinho Moreira e Paulo Afonso são todos do PMDB, são todos defensores desta fórmula que está vigente em Santa Catarina, e todos eles têm compromissos com os catarinenses, com relação às coisas positivas que este Governo está a produzir, mas também com as questões negativas.

Feito isso, eu gostaria de falar de coisas que Santa Catarina precisa discutir. Muitas vezes aqui falamos da Bancada suprapartidária do Norte e Nordeste - e alguns até torceram o nariz -, numa tentativa de valorizar em demasia uma região da qual tanto se fala e da qual se diz que tem tanta

importância em Santa Catarina. Eu digo que não, porque importância tem todas as regiões de Santa Catarina. A região de Joinville, de Jaraguá do Sul não são mais importantes do que a região Sul, do que o Planalto Serrano, do que o Oeste, absolutamente! Catarinenses somos todos, com os mesmos direitos.

Santa Catarina é igual por inteiro, uma região não é mais importante do que outra. Apenas o que está acontecendo - e por conta disso nós nos obrigamos a nos unir e a criar a Bancada suprapartidária - é que para aquela região existem tratamentos discriminatórios.

O Deputado Volnei Morastoni está lá fora concedendo entrevista, mas uma questão que acontece lá relacionada com a Saúde diz respeito ao Hospital Regional, que presta atendimento para toda a região do Planalto Norte, para a região Nordeste de Santa Catarina, e à Maternidade Darci Vargas, que recebeu premiações nacionais e internacionais, no entanto, convivem com dramas que não são vivenciados por outros lugares.

Exemplo disso são a região da Grande Florianópolis com seus hospitais superlotados de funcionários e o concurso público feito recentemente por uma outra comunidade, Ibirama. Para esses lugares, a Secretaria de Estado está atenta e preocupada.

Com relação àquela região, tivemos que vir aqui para conquistar, através do apoio dos senhores Deputados da Bancada suprapartidária, uma audiência com o Secretário de Estado.

Há uma necessidade comprovada, através de documentos - não é alguma coisa sonhada ou comparada com os Estados Unidos, com o Canadá, é comparada aqui com Santa Catarina -, de mais de 150 funcionários para o Hospital Regional e 115 funcionários para a Maternidade Darci Vargas, e o que nós estamos levando para a região efetivamente? Primeiro a promessa do Secretário Carlos Shoeller de que as vagas resultantes das medidas provisórias aprovadas nesta Casa seriam imediatamente repostas.

Isso daria cerca de 100 funcionários; entre os 265 desejados, 100 poderiam ser atendidos. Menos mal para começar. Mas qual é a verdade disso? A verdade disso é que nem 40 vão ser conseguidos para um hospital e uma maternidade que prestam serviços como aquelas duas unidades prestam!

Se nós não conseguirmos isso isoladamente, estamos imaginando que através da Bancada suprapartidária essa nossa voz possa se multiplicar não para defender, volto a dizer, apenas uma região, mas para demonstrar que a única maneira de enfrentarmos e vencermos os problemas de Santa Catarina é pela junção de esforços. É nessa linha que a Bancada suprapartidária tem atuado, e por conta disso ela tem superado questões às vezes até muito fortes em nível de Partido.

Há pouco eu estava ouvindo em meu gabinete o Deputado Adelor Vieira se pronunciar com relação à Petrobrás em Santa Catarina. E eu falava sobre isso ainda ontem, que mais uma vez Santa Catarina foi discriminada.

Depois de amanhã, no Rio de Janeiro, a direção da Petrobrás discute um processo de reforma administrativa. Enxugamento da máquina, reforma administrativa, isso é muito falado, só que sempre enxugam em Santa Catarina. Toda reforma é sempre para tirar de Santa Catarina

o poder de mando e de comando. Não se discute uma reforma administrativa para retirar do Paraná, por exemplo, para fazer com que a superintendência de Santa Catarina atenda Santa Catarina e Paraná. Sempre é retirando de Santa Catarina!

Eu espero ter de todos os senhores Parlamentares a anuência para algum encaminhamento que se possa fazer em nome da Assembléia à Petrobrás, assinado por todos nós, para lembrar a eles que Santa Catarina existe, para lembrar a eles que temos valor e importância, para lembrar a eles que merecemos respeito.

É este o apelo que faço aos senhores Deputados, para que consigamos mostrar gradativamente o quanto nós valemos!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Adelor Vieira) - Passaremos à Ordem do Dia.

Sendo visível a falta de quórum, esta Presidência defere os seguintes requerimentos: de autoria do Deputado Adelor Vieira, cumprimentando autoridades e municípios de São Francisco do Sul pela passagem dos 494 anos de emancipação político-administrativa; de autoria do Deputado Gervásio Maciel, cumprimentando autoridades e municípios de Rio do Sul pela comemoração de mais um aniversário de emancipação político-administrativa; de autoria do Deputado Narcizo Parisotto, cumprimentando autoridades e municípios pela emancipação político-administrativa dos seguintes Municípios: Timbó Grande, Celso Ramos, Abdon Batista, Forquilha, Iraceminha, Treze Tílias, Tunápolis, Serra Alta, São Pedro de Alcântara, Santiago do Sul, Rio Negrinho, Rio do Sul, Palhoça, Monte Castelo, Matos Costa, Itapema, Irineópolis, Vargeão, Vitor Meireles, Itapoá e São Francisco do Sul.

Também ficam deferidos o requerimento de autoria deste Deputado e o requerimento de autoria do Deputado Carlito Merss, que serão agrupados, destinados ao Presidente da Petrobrás e ao Ministro das Minas e Energia.

Os demais assuntos da pauta ficam transferidos para a sessão ordinária de amanhã.

Esta Presidência comunica, ainda, a justificativa de ausência do senhor Deputado Jaime Mantelli.

Não há mais matéria na Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, comunico a pauta para a Ordem do Dia de amanhã:

Requerimentos de autoria dos seguintes senhores Deputados: Neodi Saretta, à Superintendência do INSS; Gilson dos Santos e outros, solicitando sessão solene para homenagear o Colégio Coração de Jesus pelos cem anos de atividade; e Adelor Vieira, solicitando Comissão Especial Externa para tratar junto ao Congresso Nacional da proposta de emenda à Constituição Federal e seus arts. 20 e 26.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, solene, para hoje, às 17h, em homenagem ao V Centenário do Descobrimento do Brasil.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 004ª SESSÃO SOLENE

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 14 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às dezessete horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Carlito Merss - Cesar Souza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Júlio Teixeira - Leodegar Tiscoski - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão solene.

Convido o senhor Deputado Gervásio Maciel, Segundo Secretário da Mesa Diretora, para conduzir ao Plenário as autoridades que serão nominadas para compor a mesa.

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, digníssimo Vice-Governador, representando o Excelentíssimo senhor Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador, Solon D'Eça Neves, digníssimo representante do Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Wilson Eder Graf, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juiz Geraldo José Balbinot, Diretor do Fórum Trabalhista, representando o Excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, digníssimo Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o Excelentíssimo senhor Presidente da RBS;

Excelentíssimo senhor Deputado Gervásio Maciel, Segundo Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimas autoridades, senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

A presente sessão foi convocada para o lançamento do Projeto Binacional "Luso Grande do Sul" - Santa Catarina - Brasil 500 anos, preliminar catarinense, em associação com o movimento cívico iniciado pelas Universidades Federal e Católica de Pelotas - Rio Grande do Sul.

Esta Casa do Povo, Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina, sente-se sumamente honrada em tomar esta iniciativa em terras barriga-verde.

Este evento culminará com as solenidades do "V Centenário do Descobrimento do Brasil".

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

Fará a leitura do protocolo, firmado pelas instituições partícipes desta solenidade, o mestre de cerimônias desta sessão.

O SR. MESTRE DE CERIMÔNIAS - (Passa a ler)

"Protocolo de adesão, cooperação e compromisso.

Projeto Binacional 'Luso Grande do Sul' - Santa Catarina/Brasil 500 anos, relacionado com as comemorações alusivas ao 5º centenário do descobrimento do Brasil - preliminar catarinense.

O Estado de Santa Catarina, colonizado inicialmente pelos açorianos, que trouxeram o desenvolvimento econômico e cultural ao Estado, não pode ficar omissos ao grande projeto que ao final culminará com as comemorações do 5º centenário do descobrimento do Brasil. O Estado catarinense preserva de maneira marcante os traços lusitanos, evidenciados de maneira inconfundível na arquitetura, na língua, na música e nos costumes.

Com o firme propósito de participar ativamente do projeto supracitado, as pessoas jurídicas ou físicas que firmam ou venham firmar o presente protocolo resolvem, de comum acordo, estabelecer as seguintes condições, visando a institucionalização de um grupo de trabalho para a elaboração da programação dos eventos alusivos ao 5º centenário do descobrimento do Brasil, em terras de Santa Catarina:

A - Da origem e da finalidade

I - Fica criado o grupo de trabalho, segundo o que estabelece este instrumento que expressa o desejo de seus signatários e as necessidades decorrentes da programação e administração das solenidades alusivas ao Projeto Binacional Luso Grande do Sul - Santa Catarina/Brasil 500 anos - Preliminar catarinense;

II - Inicialmente os objetivos específicos do grupo de trabalho são os do estabelecimento, em ordem cronológica, dos eventos e suas respectivas programações, a começar pelo lançamento, no corrente ano, da preliminar catarinense do projeto;

III - A manutenção e cumprimento da programação serão de responsabilidade do grupo de trabalho e estarão sempre voltados ao resgate de significativo segmento de nossa história, em terras catarinenses.

B - Da organização

O grupo de trabalho reunir-se-á para:

I - Deliberar sobre a programação dos eventos;

II - Constituir a coordenação de eventos;

III - Implantar coordenação do processo de execução dos eventos.

Compete privativamente ao grupo de trabalho:

- eleger o seu coordenador de projetos;
- eleger os integrantes da coordenação de eventos, que contará como membros natos os representantes da Assembléia Legislativa, Rede Brasil Sul de Comunicações, dos Municípios de São Francisco do Sul, Laguna, Itajaí, Florianópolis, e das Universidades do Estado de Santa Catarina;

- aprovar a programação dos eventos que conterá as solenidades - efemérides, sessões cívicas, atos religiosos e manifestações artísticas - objeto da finalidade deste protocolo;
- designar dentre os membros do grupo de trabalho a coordenação do processo de execução.

Da coordenação do processo de execução dos eventos:

- coordenar o processo de execução de eventos;

- acompanhar a evolução dos eventos.

Os casos omissos serão resolvidos pelo grupo de trabalho.

Florianópolis, 31 de março de 1998

(aa) Representantes de todas as instituições supracitadas."

Anuncio para o referencial histórico o pronunciamento professor Carlos Humberto Pederneiras Corrêa, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina.

O SR. PROFESSOR CARLOS HUMBERTO PEDERNEIRAS CORRÊA - Excelentíssimo Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, digníssimo Vice-Governador, representando o Excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Desembargador Solon D'Eça Neves, digníssimo representante do Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo Desembargador Wilson Eder Graf, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Juiz Geraldo José Balbinot, digníssimo Diretor do Fórum Trabalhista, representando o Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo Derly Massaudi da Anunciação, digníssimo Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o Diretor Presidente da RBS;

Excelentíssimo Deputado Gervásio Maciel, digníssimo Segundo Secretário da Mesa Diretora da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Demais autoridades presentes;

Senhores Deputados;

Meus senhores e minhas senhoras.

(Passa a ler)

"No momento em que nos preparamos para comemorar a passagem dos 500 anos da nossa história, dos cinco séculos da chegada das 13 caravanas comandadas por Pedro Álvares Cabral, que aqui veio para tomar posse oficialmente das terras conhecidas, concedo-me a hora de tecer algumas considerações sobre a influência direta do povo irmão, que é o português, sobre os vários períodos por que passou esta nossa terra de Santa Catarina.

Não pretendemos dizer o óbvio, isto é, não é nossa intenção mostrar a natural transmissão da identidade lusa da mesma maneira com que um pai transmite para seu filho suas características genéticas. Na verdade, nós, brasileiros, somos portugueses de origem, antes de também recebermos sangue indígena e africano, as duas outras etnias que basicamente nos formaram.

Somos portugueses, porque a estrutura do nosso Estado de lá originou-se, como também de lá vieram o nosso tipo de forma social, a família brasileira e as crenças do nosso povo. Mas essas características incontestáveis por si só dispensam maiores demonstrações e, portanto,

apresentar novos argumentos históricos seria aqui desnecessário.

Mas, permitam-me, senhores, e esse pedido justifica-se mais por um desvio de formação profissional, mostrar também o inverso, apresentar a influência que este pequeno pedaço de terra, esta Ilha de Santa Catarina, tão longínqua da Península Ibérica e mais distante ainda nas primeiras épocas da nossa história, permitam-me, repito, apresentar a influência que a Ilha e os que aqui passaram a povoar exerceram sobre o grande império português na América recém-descoberta, principalmente nos dois primeiros séculos de sua existência.

Santa Catarina talvez seja o Estado brasileiro que mais recebeu influência através de colonos europeus e asiáticos não-lusos. Do grande contingente imigratório não fizeram parte somente os tradicionais alemães e italianos, mas o nosso território é bem mais pluriétnico. Ele recebeu também importantes levadas de suíços, belgas, japoneses, russos, poloneses, que se fixaram em colônias rurais e hoje transformaram-nas em grandes centros, além daquelas etnias que denominamos de colonos urbanos desde a sua chegada, como os árabes, os gregos, os libaneses e muitos outros. Esta multietnia trouxe ao Estado uma composição que não permitiu a convivência de grandes latifúndios, bem como exageradas concentrações urbanas. Nossas cidades nivelam-se na média em todas as regiões, e a nossa economia mais equanimemente do que na maioria dos demais Estados.

Entretanto, apesar de toda esta mistura étnica, à qual não devemos esquecer também os negros e indígenas, poucos portugueses continentais resolveram vir morar em nosso Estado, em qualquer tempo, coagidos ou não, mesmo que fosse para aumentar o contingente dos chamados colonos urbanos.

A lusofobia exacerbada surgida em 1831 em Santa Catarina e em algumas outras províncias, em consequência da renúncia ao trono brasileiro de D. Pedro I, contribuiu acen-tuadamente para que os portugueses não mais se interessassem em fincar vínculos por estas terras. O próprio presidente da Província, na época, Miguel de Souza Melo e Alvim, casado com mulher e filhos brasileiros, foi ameaçado pela tropa que tinha lutado na campanha da Cisplatina e aqui estava aquartelado temporariamente, vendo-se obrigado a passar o Governo ao Vice-Presidente.

Portanto, além da influência inicial dos portugueses insulanos, açorianos e madeirenses, à partir dos meados do século XIX, praticamente não encontramos nenhum núcleo populacional em que este povo lusitano irmão predominasse ou sequer seja salientemente notado, nem alguma profissão, urbana ou não, que tivesse sido escolhida para caracterizá-los, como aconteceu em outros Estados brasileiros.

Sequer podemos, ainda, considerar que os portugueses continentais, em geral, tenham povoado o território catarinense. Dos núcleos urbanos iniciantes do território catarinense, no século XVII, São Francisco, Desterro, Laguna e, pouco mais tarde, Lages, somente o primeiro, no Nordeste do nosso território, foi efetivamente fundado por um português: Manoel Lourenço de Andrade, natural de Lamego. Francisco Dias Velho em Desterro, Domingos de Brito Peixoto em Laguna e Antônio Correia Pinto em Lages eram todos paulistas, isto é, nascidos em terras brasileiras e, mesmo que tivessem a noção exata de estarem servindo à Coroa portuguesa, já possuíam o espírito brasileiro. Os grupos que com eles vieram, suas famílias, colonos e índios, também não eram portugueses de origem.

Se procurarmos os navegantes portugueses que por aqui estiveram, que tenham deixado algum registro de suas passagens na nossa costa, desde o descobrimento destas terras americanas, poucos foram os lusos, enquanto que espanhóis, ingleses, alemães, russos, holandeses e franceses contam-se em grande quantidade. Juan Dias de Solís (1515) era espanhol, como também era espanhola a

expedição de Sebastião Caboto (1526), que denominou de Santa Catarina esta belíssima ilha em 1526, como também eram espanhóis Gonzalo de Mendoza, Rui Moschero, Alonso Cabrera (1537), o conhecido D. Alvaro Nuñez Cabeza de Vaca, que em 1541 foi nomeado pelo rei da Espanha para tomar posse das terras da Coroa e aqui autodenominou-se 'Governador de Santa Catarina', antes de partir para Assunção, por terra, como também eram espanhóis Juan de Sanábria (1549), Hernando de Trejo y Sanábria, Jaime Rasquin, Pedro Ortiz de Zarate e Diego Mendieta.

Muitos outros nos visitaram, de nacionalidades diversas ou portadores de outras bandeiras, como os franceses Binot Paumier de Gonneville, Amédée François de Frézier (1712), Antoine Joseph Pernetty (1763) e Jean-François Galup de La Pérouse (1785), os ingleses George Shelvocke (1719) a mando do Imperador Carlos IV, William Betagh, George Anson (1740), James George Lisle e John Mawe, o alemão Adan Johann von Krusenstern, que comandou uma expedição russa no início do século XIX, e o também alemão e grande naturalista Gerg Heinrich von Langdorff. Era russo Vassili Golovnin, como era norte-americano David Porter.

Lusos, à mando da Casa Real Portuguesa ou mesmo aventureiros, por aqui passaram alguns poucos, dentre eles Dom Nuno Maciel, em 1514, e Cristóvão Jacques, sete anos depois. Praticamente ignora-se qualquer outro navegante, além dos poucos citados, que por aqui tivesse feito escala e refresco sob a bandeira portuguesa.

De origem lusa era também o próprio Capitão mor da Capitania de Santo Amaro e das Terras de Santana, na atual costa catarinense, Pero Lopez de Souza, irmão de Martin Afonso. Entretanto, morreu antes de interessar-se por esta pequena língua de terra que nas proximidades de Laguna fazia limite com os domínios espanhóis.

A assustadora quantidade de navegadores que velejavam sob bandeiras das mais variadas demonstra o descuido com que Portugal via seus limites com as terras espanholas, da mesma maneira com que também demonstra este desleixo o fato de Cabeza de Vaca se dominar 'Governador de Santa Catarina', de Pedro de Mendonza, quando a mando da Espanha, em 1535, e ao fundar a cidade de Buenos Aires, mandou buscar pacificamente alimentos da Ilha de Santa Catarina e fez levar todos os espanhóis que aqui estavam; e, finalmente, ainda duzentos e quarenta e dois anos depois, em 1777, o fato de D. Pedro de Ceballos, futuro Vice-Rei de Buenos Aires, comandando uma extraordinária esquadra, invadir a Ilha de Santa Catarina e por aqui deixar ficar uma numerosa tropa por quase um ano, só saindo por força do Tratado de Santo Ildefonso.

Que motivo teriam os portugueses em deixar ao seu próprio destino a última e mais bela costa do Brasil meridional? Qual razão levou os portugueses a desprezarem o ponto estratégico mais importante dos limites com as terras espanholas, vital para a conservação e expansão do Império luso para o Sul da América? Teria sido somente porque não poderiam adentrarem-se para o interior por causa do impedimento da linha de Tordesilhas?

Também, mas a principal causa deste surpreendente descuido foi os 60 anos em que as Coroas de Portugal e Espanha estiveram numa mesma cabeça, o conhecido período da União Ibérica, de 1580 a 1640, quando os limites dos domínios entre as duas Nações praticamente deixaram de existir, tanto na Europa, quanto na América. Outra razão foi a constante dúvida à respeito da efetiva localização do meridiano de Tordesilhas, pois por durante muito tempo discutia-se de quais das ilhas de Cabo Verde dever-se-ia começar a contar, além de se ter dúvidas também acerca do valor da légua marítima. Finalmente, o próprio fato da Capitania de São Vicente e Santo Amaro e as Terras de Santana estarem nas mãos dos mesmos descendentes de Pedro Lopes de Souza também contribuiu para o desleixo, pois isto impediu as

reais delimitações de cada um destes lotes.

A fundação das três primeiras povoações do litoral catarinense, por paulistas, repetimos, não foram suficientes para dar início a um povoamento no Sul, pois São Francisco, Desterro e Laguna isolaram-se entre si, apesar de estarem ligadas pelo mar. Para piorar a situação, o despovoamento de Desterro acelerava-se, principalmente depois do homicídio de Francisco Dias Velho e sua família, a ponto de pouco tempo depois tal fato ter sido citado pelo futuro Sargento-mor Manoel Gonçalves de Aguiar como fator negativo ao fortalecimento da soberania da Coroa portuguesa, no Brasil meridional. Na segunda década do século XVIII, segundo o próprio Aguiar, Desterro possuía uma população de tão-somente 22 casas.

Esse diminuto conjunto de habitantes, pois não podemos chamá-lo de população, jamais iria ser suficiente para garantir a soberania portuguesa na região.

O Brigadeiro José da Silva Paes, após tomar posse como primeiro Governador da recém-criada Capitania de Santa Catarina, em carta endereçada a D. João V, Rei de Portugal, datada de 23 de agosto de 1742, aventou a possibilidade e necessidade do aumento da população da Ilha de Santa Catarina e, conseqüentemente, o acréscimo da povoação e o cultivo das terras.

O Brigadeiro via como essencial a ocupação definitiva de territórios fronteiriços e despovoados do Sul do Brasil na estratégia de ocupação das terras, garantindo, desta maneira, a preservação do domínio lusitano. Esta ocupação deveria ser, naturalmente, com gente de origem portuguesa, o que evitaria futuras reclamações espanholas. Não seria aconselhável, portanto, um povoamento de escravos africanos.

Como apoio ao pedido de povoamento da Ilha e regiões continentais fronteiriças, logo que tomou posse no recém-criado governo da Capitania, com autorização da Coroa, o Brigadeiro já havia iniciado a criação de um batalhão de 4 companhias e de um extraordinário plano de fortificações em torno de toda a Ilha de Santa Catarina.

Esse Batalhão transformou-se no legendário Regimento de Linha da Ilha de Santa Catarina, que também muito lutou para fortalecer o domínio português no Sul.

Essa unidade militar inicial foi composta com um pequeno destacamento, mandado trazer de Santos, de 63 militares, acrescido de outro punhado de soldados trazidos do Rio de Janeiro pelo próprio Brigadeiro. Possivelmente eram os poucos e primeiros portugueses, por serem soldados, que passaram a povoar a Ilha de Santa Catarina.

Entretanto, mesmo a vinda desses militares foi insuficiente para dar início a qualquer política de povoamento, pois a população da Ilha certamente não teria ultrapassado as 300 almas. De acordo com Silva Paes, ao tomar posse da Capitania, em 1738, toda a população do litoral catarinense, desde a Ilha de São Francisco, e incluindo a de Santa Catarina até Laguna, não chegava a 5 mil habitantes.

O domínio militar desenvolvido pelo Regimento de Linha não teria sucesso sem o indispensável povoamento. Seria a necessária e estratégica ação social que confirmaria a obra militar.

A chegada dos açorianos, a partir de janeiro de 1748, e cujos 250 anos estamos comemorando, foi essencial para o necessário povoamento a partir do litoral catarinense em direção ao Sul.

José da Silva Paes recebeu os primeiros colonos, e coube a seus sucessores, Manoel Escudeiro Ferreira de Souza e D. José de Melo Manuel, recepcionarem os demais, num total superior a 6 mil açorianos e madeirenses.

Manoel Escudeiro distribuiu-os não só pela Ilha - Trindade, Ribeirão, Lagoa da Conceição, Santo Antônio de Lisboa, Ratones, Canasvieiras, Rio Vermelho e Rio Tavares -, mas também pelo

litoral do continente, mandando-os para São Miguel, Enseada do Brito, São José, Vila Nova e Laguna, no Sul.

Em 1751 ainda Manuel Escudeiro obrigou um certo número de imigrantes, 1.273, a desembarcarem na vila de Rio Grande de São Pedro, que na época tinha somente 1.400 almas.

Atente-se para a importância desses números, senhoras e senhores, e compreendemos com mais precisão o considerável aumento da população tanto da costa catarinense, quanto das terras do chamado Continente do Rio Grande. Em ambas as regiões a chegada dos portugueses insulanos praticamente dobrou a população existente, contando-se, inclusive, os escravos existentes.

Com a tomada da praça do Rio Grande pelos espanhóis, em 1763, a população açoriana espalhou-se pela região, como Viamão, Rio Pardo, Taquari, Morro Grande de Santa Ana, Porto Alegre, Santo Amaro, Mostardas, Estreito e Triunfo, todos no Rio Grande. Estava assim garantida a povoação do Brasil meridional pelos portugueses ilhéus.

Se a Coroa lusitana jamais esteve preocupada em colocar em prática uma política de povoamento por portugueses continentais, estavam agora os insulanos, açorianos e madeirenses fazendo este papel. A importância desses povos não está somente na discutível transmissão de traços culturais pela Ilha de Santa Catarina, continente fronteiriço e mesmo em grande parte do Rio Grande do Sul; não está só na farra do boi, na renda de bilro, nas várias danças que ainda praticamos, nem sequer somente na base da concepção religiosa do nosso povo, bem como não está numa série de traços desenvolvidos pela invencione do exército dos mal informados. A importância desses colonos açorianos e madeirenses está principalmente no importante papel que exerceram na povoação do Brasil meridional e, conseqüentemente, na fixação do homem português e brasileiro para a expansão e proteção do Império lusitano na América do Sul, tema que tem sido pouco desenvolvido pelas dezenas de novos estudiosos do açorianismo em Santa Catarina.

Por si só este fato já seria suficiente para mostrar o mérito e a influência exercidos pelos colonos lusos na expansão do Império português até as margens do Rio da Prata, território que depois perdemos, no início do século XIX, para formar a República Oriental do Uruguai. Por causa da povoação açoriana nessa região de pampas, não perdemos o território do Rio Grande e, em conseqüência, nós, catarinenses, podemos ver mais tarde o nosso Oeste catarinense ser definitivamente povoado até os limites com a Argentina.

Finalmente, o mérito dos portugueses insulanos, no Brasil meridional, não se limita somente às áreas de abrangência do folclore e da antropologia cultural, mas também, e principalmente, na grandeza da formação e consolidação de um grande Império e um extraordinário povo."

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Concedo a palavra ao Deputado Ivan Ranzolin, na qualidade de Autor do requerimento que ensejou a presente sessão solene.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, Vice-Governador, representando o excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo Desembargador Solon D'Eça Neves, representante do digníssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Heinzen Amin Helou, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Wilson Eder Graf, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juiz Geraldo José Balbinot, digníssimo Diretor do Fórum Trabalhista, representando o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o excelentíssimo senhor Diretor Presidente da RBS;

Excelentíssimo senhor Deputado Gervásio Maciel, digníssimo Segundo Secretário da Assembléia Legislativa;

Digníssimas autoridades presentes, Reitores das Universidades que participam do projeto, senhores Prefeitos, senhores Vereadores e Secretários de Estado, senhores Deputados, senhores e senhoras.

Vou iniciar esta saudação falando inicialmente do Estado de Santa Catarina, do nosso Estado catarinense.

"O Estado catarinense nos orgulha pela sua organização, pela distribuição de sua renda, pela evolução econômica, cultural, social e bem assim pelo valor de sua gente.

O Estado Barriga-Verde, como também é conhecido, se identifica perante o País como o Estado produtor, como o Estado que é considerado o modelo da Federação. Isto porque, ocupando apenas 1,1% do território nacional, se consagrou como o 5º produtor de alimentos do País. Atingiu também o 5º lugar em arrecadação de tributos federais. Apresentou-se no contexto nacional como grande exportador de produtos manufaturados, agrícolas e outros, atingindo a soma de cerca de 3 bilhões de dólares em exportações no ano passado. Possui exuberante indústria cerâmica no Sul do Estado, construiu, através de sua gente, invejável complexo industrial e produtivo na região Norte, destacando-se também na indústria moveleira como um grande produtor.

O Oeste catarinense conquistou o seu espaço pela agricultura e a formação das grandes agroindústrias, que se destacam perante o Brasil e o mundo com a marca consagrada do produto catarinense. Na região do Planalto as estatísticas demonstram que o Estado passou a ser o maior produtor de frutas de clima temperado, uma forte pecuária e a produção de papel e celulose.

O Vale do Itajaí mostra a sua exuberante produção têxtil, além da formação de um grande parque industrial.

O litoral catarinense, onde se localizam as 4 cidades que se integram nas comemorações registradas por esta sessão solene, oferece a todos os brasileiros e estrangeiros que nos procuram atrativos dos mais variados, oferecendo a milhares de turistas oportunidade de lazer e diversão.

Citei apenas algumas de nossas qualidades para num olhar retrospectivo reconhecer que tudo isto só foi possível em função do forte desempenho da gente catarinense. E, sem dúvida, o povo deste Estado sabe e reconhece a importância do desenvolvimento e a colonização da costa catarinense, efetivada a partir de 1504, pelos portugueses, e posteriormente a conquista do Planalto e do Oeste do Estado.

O festejado historiador Walter Piazza, em sua obra 'Santa Catarina sua história', inicia a sua peregrinação no campo histórico com a seguinte citação: 'Realizar uma história da gente - gente catarinense - com todos os seus lances heróicos, como soi ser o dia a dia do povo, não é tarefa fácil'. E, acrescentou: bem hajam aqueles que divulgam a sua terra, pois assim o fazendo valorizam-se diante dos contemporâneos e projetam-se para a posteridade. (Dez/1981)

Nesta obra, o renomado historiador mostra claramente que o que somos deve-se em grande parte aos nossos descobridores e colonizadores.

É evidente que não poderemos deixar de reconhecer o desempenho também dos italianos, alemães, austríacos, poloneses, asiáticos e tantos outros imigrantes que reforçaram o contingente de trabalhadores que com os seus braços e sua raça fizeram deste Estado um modelo a ser seguido.

Senhores, hoje, com a realização desta sessão solene, estamos dando início, juntamente com os irmãos gaúchos, ao processo de resgate da cultura portuguesa, que se fez grande, neste continente chamado Brasil.

A região Sul do País preserva fortemente os traços lusitanos e isto se evidência de maneira inconfundível, seja no plano arquitetônico, seja na música que produzimos, na indumentária e, fundamentalmente, na língua que falamos.

E como resgatar essa cultura sobre as raízes históricas luso-brasileiras?

E, senhores Deputados, com iniciativas como estas da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, que em parceria com as universidades, Federal de Santa Catarina, Udesc, Acafe, e as Prefeituras de Florianópolis, Itajaí, Laguna e São Francisco do Sul, juntando-se à feliz iniciativa da Universidade Federal de Pelotas, Universidade Católica de Pelotas, do jornalista Clayton Rocha, Coordenador Geral do Projeto Luso Grande do Sul, e da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, juntos, lançam em nosso Estado o Projeto 'Luso Grande do Sul/Santa Catarina/Brasil 500 anos', com o objetivo definido de ensejar um grande debate, revendo de forma sistemática a trajetória de nossos ancestrais, para legar à posteridade um material de pesquisa indispensável à valorização de nossa cultura.

A Assembléia Legislativa de Santa Catarina, tomando conhecimento do grande Projeto Luso Grande do Sul, que teve o seu nascedouro pelo seu idealizador Prof. Marcus Siqueira da Cunha, na cidade de Pelotas, adotou-o pelo Plenário desta Casa, em data de 3/11/97, quando aprovou requerimento que ensejou a realização desta sessão solene, e a partir daí integrou-se definitivamente e passou a agir, como agente animador deste projeto com vistas, também, a proporcionar ao povo catarinense a oportunidade de participar de todas as festividades do 5º centenário do descobrimento do País.

O processo de integração dos catarinenses deu-se inicialmente em Portugal, no dia 07/11/97, quando participamos da sessão solene de posse do ex-Presidente de Portugal, Dr. Mário Alberto Lopes Soares, na Presidência de honra do Projeto Luso Grande do Sul, na Embaixada Brasileira, e ainda do lançamento de protocolo referente ao concurso literário: 'Brasil 500 anos'.

Já no dia 17 de dezembro de 1997 a Assembléia Legislativa aprovou proposição dirigida à Rede Globo de Televisão sugerindo a instalação do relógio contagem regressiva em Florianópolis e a participação no grande projeto que começa amanhã na cidade de São Paulo Educação para mudar o Brasil.

No dia 03 de fevereiro do corrente, a direção da Rede Globo confirmou em expediente dirigido à Assembléia Legislativa que Florianópolis já está integrada no projeto e que a instalação do relógio especial ocorrerá no dia 29 do corrente mês.

Peço permissão às autoridades, aos senhores Deputados e a todos aqui presentes para registrar alguns agradecimentos. E o faço reconhecendo as pessoas que deram início a este grande debate, a este grande projeto.

Quero começar pelo jornalista Cleiton Rocha, Coordenador do projeto no Rio Grande do Sul, que veio a Florianópolis hoje para participar deste encontro.

Quero homenagear a senhora Inguelore Scheunemann de Souza, Magnífica Reitora da Universidade de Pelotas, pelo seu desempenho à frente do projeto, que hoje aqui vai se pronunciar fazendo referências ao mesmo.

Quero homenagear também o diretor da Rádio Gaúcha de Porto Alegre, Armino Ranzolin, meu irmão, tenho a honra de dizer, pela cobertura jornalística e formação da Rede dos Quinhentos Anos.

Não posso deixar de cumprimentar, mesmo estando ausente, o Embaixador Jorge Bornhausen, representado aqui pelo Deputado Pedro Bittencourt, que na Embaixada em Portugal aproximou brasileiros e portugueses.

Cumprimento também Marcus Siqueira da Cunha, da Universidade Católica de Pelotas, que lançou inicialmente a idéia do projeto.

Nosso reconhecimento especial às Prefeituras de Florianópolis, Itajaí, São Francisco do Sul e Laguna, que prestaram uma colaboração imprescindível trazendo um pouco dos costumes portugueses que até hoje permanece forte entre nós.

Nossos cumprimentos também às Universidades aqui citadas, todas de Santa Catarina, que têm como coordenador Rodolfo Pinto da Luz, que é também um agente animador deste projeto, juntamente com as Fundações Udesc e Acafe.

Devo registrar também a participação do Governo do Estado de Santa Catarina.

Conversei com a Secretária da Educação, que me confirmou que o Governo do Estado de Santa Catarina está integrado também no projeto.

Como se pode observar, Santa Catarina, a partir de hoje, consagra oficialmente sua participação em tão importante projeto, que tem sua base plantada no seio das nossas universidades, o que o caracteriza como um projeto com fortes traços culturais. Contudo, convém frisar, e frisar bem forte a todos que dele participam, que o resgate da nossa história, indispensável à valorização da cultura da nossa gente, somente surtirá efeitos positivos no exato momento em que, tirando o exemplo histórico, possamos possibilitar o grande debate nacional, visando o futuro, sim, com vistas a destinar ao nosso povo melhor qualidade de vida, dando a cada brasileiro as condições mínimas ao exercício da cidadania.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra a senhora Ângela Amin, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis.

A SRA. ÂNGELA AMIN - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, digníssimo Vice-Governador, representando neste ato o excelentíssimo senhor Governador do Estado;

Excelentíssimo senhor Desembargador Solon D'Eça Neves, digníssimo representante do excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Desembargador Wilson Eder Graf, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juiz Geraldo José Balbinot, digníssimo Diretor do Fórum Trabalhista, representando o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, digníssimo Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando aqui o Presidente da RBS; Excelentíssimo senhor Deputado Gervásio Maciel, digníssimo Segundo Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa;

Senhores Prefeitos de Laguna, de Itajaí e de São Francisco do Sul;

Magníficos Reitores da Universidade Federal de Santa Catarina, da Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul e da Universidade de Pelotas;

Senhora Deputada, senhores Deputados e demais autoridades.

(Passa a ler)

"A Prefeita de Florianópolis sente-se muito honrada em usar da palavra neste encontro, ao ensejo do início das comemorações dos 500 anos do Descobrimento do Brasil.

Desejo dividir esta honra com os ilustres Prefeitos que dirigem os Municípios de São Francisco do Sul, Itajaí e Laguna, comunidades nas quais a marca portuguesa foi e ainda continua sendo muito forte e destacada.

A presença lusitana em praticamente toda a extensão do litoral catarinense é um marco que o tempo não consegue apagar. Ao contrário, a torna sempre mais viva como referencial indispensável a tantos quantos se dispõem a pesquisar a história do nosso Estado.

Entre tantos privilégios, Santa Catarina ostenta o de possuir um litoral atlântico com mais de 500 quilômetros, todo ele recortado por baías, praias e reentrâncias, que o fazem preferência de milhares de turistas brasileiros e estrangeiros, fascinando-os pelos olhos e pelo coração!

Foi a primeira região a ser povoada e organizada institucionalmente em Santa Catarina. Com efeito, São Francisco do Sul foi fundada por Manoel Lourenço de Andrade, em 1658; Nossa Senhora do Desterro por Francisco Dias Velho, em 23 de março de 1673; Santo Antonio dos Anjos da Laguna por Domingos de Brito Peixoto, em 20 de janeiro de 1720; e Itajaí por Agostinho Alves Ramos, em 1860.

Hoje, São Francisco do Sul, como Itajaí, tem no seu porto graneleiro uma expressão econômica que em muito contribui com o desenvolvimento, especialmente na exportação das milhões de toneladas de grãos produzidas no Planalto e Oeste catarinenses e, também, no Nordeste do Rio Grande do Sul.

Ninguém conseguirá falar ou escrever com legitimidade sobre a história barriga-verde se não falar sobre Laguna, a nossa legendaria cidade de Laguna.

Nessa cidade do Sul nasceu Ana Maria Ribeiro - a guerreira Anita - que se fez companheira do bravo italiano Giuseppe Garibaldi, e que se tornou heroína de dois mundos.

Laguna está, também, intimamente ligada à história sul-rio-grandense, pois foi dali que partiram os grupos de açorianos que fundaram a cidade de Porto dos Casais, hoje a trepidante capital do vizinho Estado.

Na cidade de Laguna houve desdo-

bramentos políticos decorrentes da grande epopéia gaúcha, que foi a Revolução Farroupilha de 1835. Enquanto os gaúchos se rebelavam contra o descaso que lhes nutria o Governo Central, e partiram para a luta, fundando a República Piratini, em nosso Estado os catarinenses da Laguna, que acolheram Garibaldi e o ajudaram a transportar seus barcos, criaram a República Juliana.

Assim, as Repúblicas de Piratini e Juliana foram duas manifestações de independência e de bravura que entraram para as páginas da história nacional.

Finalmente, meus senhores e minhas senhoras, o Município de Florianópolis, que tenho a responsabilidade de dirigir, constituiu-se, no tempo e no espaço, na maior e na melhor expressão da presença açoriana em terras catarinenses.

Esta presença data de 250 anos, desde que aqui chegaram os colonizadores procedentes do Arquipélago dos Açores, especialmente das Ilhas de Pico, Terceira, Santa Maria, Faial e Flores.

O povo catarinense tem sido grato ao esforço dos colonizadores lusos. E assim procede cultuando os usos, costumes e as tradições portuguesas; preservando o seu patrimônio cultural e artístico e procurando manter, sempre, intercâmbio cultural com o país irmão e pai.

Meus senhores e minhas senhoras, caminhar pelas ruas de Florianópolis, de São Francisco do Sul, de Itajaí e de Laguna é evocar Portugal e suas mais caras tradições. É evocar Portugal nas ruas estreitas, nas casas multicoloridas e geminadas, nas paredes e muros azulejados, nas canções, nos fados, nos trajes, nas Festas do Divino, na Procissão do Senhor dos Passos.

Como faz bem ao espírito caminhar pelas vielas de São Francisco do Sul, de Itajaí, de Laguna e de Florianópolis cantarolando cantigas de ninar ou recitando versos de Fernando Pessoa.

Desejo cumprimentar os idealizadores e participantes deste já memorável encontro, pela oportunidade da iniciativa tão justa e tão merecida pelos portugueses, e tão importante para nós brasileiros.

É preciso, igualmente, que se fixe neste fórum histórico-cultural uma outra característica da índole dos portugueses. Eles conquistaram a terra, mas não foram egoístas. Tanto não o foram que o Estado de Santa Catarina continuou de braços abertos a receber imigrantes de outros povos como os alemães, italianos, poloneses, austríacos, gregos, judeus, libaneses e mais recentemente os japoneses.

Essa miscigenação de raças, de culturas e de comportamento social é que possibilitou a formação de um povo - o barriga-verde - forte, sadio, empreendedor, democrata e patriota.

Falar em Brasil é falar em Portugal. Falar em Portugal é falar de Santa Catarina. E falar de Santa Catarina é indispensável falar de São Francisco do Sul, de Itajaí, de Florianópolis e de Laguna, marcos indelévels da presença lusitana em nosso Estado."

Muito obrigada!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DA ORADORA)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ouviremos agora a manifestação do magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina, Professor Rodolfo Pinto da Luz, que discorrerá sobre as universidades catarinenses e sobre o Projeto Binacional Luso Grande do Sul, Santa Catarina, Brasil, 500 anos.

O SR. RODOLFO PINTO DA LUZ - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, digníssimo Vice-Governador, representando neste ato o Governador de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador Solon D'Eça Neves, representando neste ato o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssima senhora Ângela Amin, Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Wilson Eder Graf, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo senhor Moacir Bertoli, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juiz Geraldo José Balbinot, Diretor do Fórum Trabalhista, representando o Presidente Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o Diretor-Presidente da RBS;

Excelentíssimo senhor Deputado Gervásio Maciel, Segundo Secretário da Assembléia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimos senhores Prefeitos de São Francisco do Sul, de Itajaí e de Laguna;

Excelentíssima senhora Inguelore Scheunemann de Souza, Reitora da Universidade Federal de Pelotas;

Excelentíssimo senhor Professor Jorge Mussi, Vice-Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Professor Marcus Siqueira da Cunha, representante da Universidade Católica de Pelotas;

Excelentíssimos senhores professores, pró-Reitores e dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Professor João Lupt, representante do Cônsul de Portugal em Curitiba;

Senhores Deputados, minhas senhoras e meus senhores.

No dia 22 de abril do ano 2000, completar-se-ão 500 anos da chegada das velas portuguesas ao litoral da Bahia. Em que pesem as razões e as condições que inflaram aquelas velas, impulsionando-as até a estas terras, um feito de tal porte somente foi possível porque, mais do que destemor, os portugueses detinham o conhecimento e os instrumentos necessários, forjados na Escola de Sagres ou não.

Talvez não estivessem juntos no Algarve, debruçados sobre o Atlântico sob os olhos do infante D. Henrique, talvez não fosse numa escola tão formal, como a que se idealizou na península de Sagres, mas, com certeza, havia astrônomos, cartógrafos, geógrafos, engenheiros navais e militares para desenvolver a ciência e a técnica, interdisciplinares, da navegação de longo curso e da construção naval.

Deixemos aos especialistas a discussão das razões políticas e econômicas que levaram um país, geograficamente tão pequeno, a ir tão longe, chegando ao domínio da maior extensão de terra costeira do mundo de então. Não se trata de diminuir-lhes a importância, mas de destacar de forma límpida que a ação é consequência do conhecimento científico e técnico. Não é por acaso que a descoberta do Novo Mundo é contemporânea do

Renascimento, época do surgimento da imprensa de Gutenberg, marcada pelas idéias de Copérnico e influenciada pela genialidade de Michelangelo Buonarroti, El Greco, Cervantes, Leonardo Da Vinci, Botticelli, Niccoló Machiavelli, Thomas Morus, Lutero e Calvino, entre outros.

Quase quinhentos anos passados, aqui estamos hoje, mais do que reunidos, unidos ao Projeto Luso Grande do Sul - Brasil 500 Anos para, e com a participação de Santa Catarina, integrarmos-nos às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil e debatermos nossas raízes. Projeto que teve por idealizadores a Universidade Católica e a Universidade Federal de Pelotas, no vizinho Estado do Rio Grande do Sul, em 22 de abril de 1996.

Integram a Comissão catarinense a Assembléia Legislativa, as Prefeituras de Florianópolis, Itajaí, São Francisco do Sul e Laguna, a Associação Catarinense das Fundações Educacionais - Acafe -, a Universidade para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - Udesc - e a Universidade Federal de Santa Catarina.

O grande desafio é a definição das ações que devem marcar nossa participação, ou seja, qual a melhor forma de engajarmos nossas instituições na comemoração do nosso descobrimento. Entendemos que o desafio é o mesmo com que se defrontam os portugueses, há mais de cinco séculos: o conhecimento.

O desafio permanente da produção e da difusão do conhecimento técnico, científico e humanístico, através do processo educacional, deve ser, neste momento, assumido de forma intensa e destacada.

Senhoras e senhores, aqui, nesta solenidade, onde estão representadas todas as instituições de Ensino Superior de Santa Catarina, o Estado e os Municípios, é o momento adequado para, espelhados no exemplo que dá origem à nossa história, estabelecermos um pacto. Unidas as nossas instituições, propomos que estabeleçamos em conjunto as ações e as metas que deverão marcar um esforço intenso na área educacional, em nosso Estado, para terem seus resultados apresentados a portugueses e brasileiros no dia 22 de abril do ano 2000. Trabalho evidentemente associado a nossos vizinhos e irmãos gaúchos, como associado a outros Estados brasileiros que se engajarem nesse grande projeto.

Uma ação pioneira poderia ser voltada para a preservação do patrimônio histórico, artístico e cultural, a exemplo do trabalho de parceria que a Universidade Federal desenvolve com a Fundação Banco do Brasil, com o Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Cultural, com a Marinha e com o Exército na restauração e conservação das fortalezas do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina, testemunho indelével da engenharia portuguesa no litoral catarinense. Aliás, neste sentido, nossa aliança de esforços é desde já necessária para a restauração da quarta fortaleza, a fortaleza de Nossa Senhora da Conceição, na Ilha de Araçatuba.

Importante também poderá ser o papel das editoras das nossas universidades no resgate e na difusão do conhecimento histórico, artístico e cultural das raízes que nos unem.

Certamente serão importantes os debates, os seminários, os congressos e os encontros que serão realizados para, mais uma vez, discutirmos as origens, as causas e as consequências, mas mais do que isso: as perspectivas e o que podemos fazer em termos de um País cada vez mais consagrado

entre as Nações, cada vez mais importante neste mundo integrado, participativo, cooperativo, um País que precisa se afirmar, se tornar mais igual, mais justo para todos.

E que ações mais importantes que nós, de universidades, podemos desenvolver do que intensificarmos não só os debates, as propostas, mas as ações concretas para a melhoria ainda maior da melhoria da educação catarinense? Para tanto, é indispensável investir em tecnologias que superem as barreiras de tempo e de distância.

O Estado de Santa Catarina já vem implantando, por intermédio da Fundação de Ciência e Tecnologia, a Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia e Educação à Distância, que além de estender a Internet a todas as universidades catarinenses, já alcança seis cidades com videoconferência. É intenção que esta rede atinja as sede de todas as microrregiões, trabalho esse que vem sendo desenvolvido não somente pela nossa Fundação de Ciência e Tecnologia, ela que tem que ser um marco capaz de sustentar esse desenvolvimento, como fizeram os portugueses de mais de cinco séculos atrás, que só consolidaram esse desenvolvimento, só estabeleceram suas conquistas marítimas exatamente porque tinham essa base científica-tecnológica.

Associando as nossas universidades às Secretarias de Estado da Educação, nós poderemos estender essa rede a todas as regiões catarinenses para consolidar a qualidade da educação, desde o ensino fundamental, a educação básica como um todo e as próprias universidades, a exemplo do que vem sendo feito em cooperação com as diversas Secretarias, com o Plano Sul de Pós-graduação, que vem qualificando o corpo docente de todas as universidades catarinenses, numa iniciativa pioneira de educação à distância.

Digo isso porque à medida em que se associam rádios, uma vasta rede de rádios de todo o território gaúcho, catarinense e certamente brasileiro, associando inclusive as rádios de outros Estados e de outros Países, nós podemos também associar a isso essa rede que transmite não só o som, mas também a imagem e aproxima todos os catarinenses e, por que não dizer, todos os brasileiros, porque assim estaremos dando sentido efetivo não somente a uma comemoração, a não somente tirarmos lição do passado, mas, sim, colocarmos esses 500 anos como um marco efetivo para que possamos consolidar o desenvolvimento do País, fundamentado na educação.

E a contribuição que as nossas universidades podem oferecer é exatamente na qualificação permanente de um corpo docente superando as crises que constantemente vivemos. Mas eu não acredito que nós possamos ter um País capaz de competir, capaz de se tornar mais justo para o cidadão se efetivamente não investirmos em educação, em todos os graus de ensino.

Para isso, precisamos, sim, superar distâncias, precisamos superar todos os óbices. E não será através dos meios tradicionais que poderemos queimar essas etapas do nosso próprio desenvolvimento.

Daí que a nossa proposta, envolvendo esse grande projeto, é de nos fundamentarmos na educação associando novas tecnologias à competência já instalada para que assim possamos, efetivamente, unir não só o nosso território catarinense e gaúcho, mas todo o território nacional, tornando-o cada vez mais igual.

Eu acredito que esse grande projeto que associa Brasil, que associa Portugal, que associa os países de língua portuguesa,

poderá ter como um mote principal desse momento, olhando o passado mas projetando o futuro de uma forma consistente, firme, que é através da educação, esta que é a única, que é a capaz de justamente igualar oportunidades e assim estabelecer um verdadeiro regime democrático, forte, consolidado.

É essa a proposta que nós todos estamos envolvidos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o professor Marcus Siqueira da Cunha, idealizador do Luso Grande do Sul, representante da Universidade Católica de Pelotas.

O SR. PROFESSOR MARCUS SIQUEIRA DA CUNHA - Excelentíssimo senhor Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, Vice-Governador, representante do Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador Solon D'Eça Neves, digníssimo representante do excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssima senhora Ângela Amin, digníssima Prefeita Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Vereador Ptolomeu Bittencourt Júnior, digníssimo Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Excelentíssimo senhor Desembargador Wilson Eder Graf, digníssimo Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Excelentíssimo senhor Conselheiro Moacir Bertoli, digníssimo Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Juiz Geraldo José Balbinot, digníssimo Diretor do Fórum Trabalhista, representando o excelentíssimo Senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, digníssimo Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o excelentíssimo Senhor Diretor-Presidente da RBS;

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, digníssimo Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

Irmãos catarinenses, amigos aqui presentes, eu queria, em primeiro lugar, agradecer a oportunidade e a acolhida do povo catarinense a este projeto que visa o resgate da nossa cultura.

Os oradores que antes de mim falaram fizeram uma retrospectiva histórica importante, que nós, com o Projeto Luso Grande do Sul, queremos levar para o País, para o mundo.

Digo isso, porque as peculiaridades que forjaram o brasileiro do Extremo Sul, o catarinense e o gaúcho, são pouco conhecidas pelo restante do nosso País, até mesmo pouco conhecidas pelo nosso povo gaúcho e catarinense.

Nós tivemos um longo período da história brasileira que a história foi excluída das escolas. E esse resgate, a partir da cultura, da educação é importantíssimo. E nós criamos esse Projeto Luso Grande do Sul inspirados nessa possibilidade de, aproveitando esse momento de comemoração dos 500 anos da descoberta do Brasil, propormos uma reflexão e ampliação do debate sobre a nossa cultura, sobre a nossa história, não somente com o

objetivo de absorvermos aquilo que de positivo o passado pode nos dar a partir dessa reflexão, mas também programarmos o que juntos queremos ser daqui por diante.

Estamos aqui hoje em Santa Catarina é de grande felicidade para nós, porque acreditamos que o povo gaúcho e o povo catarinense têm uma história peculiar comum e que é importante então que, em conjunto, possamos levar ao conhecimento do povo brasileiro e ao conhecimento dos demais lusos descendentes espalhados por todos os continentes do mundo.

O Projeto Luso Grande do Sul, então, a partir desses módulos que fomos e vamos criando, à medida em que mais colaborações vamos recebendo das comunidades, a partir da união que vamos fazendo com colaboração de outros Estados e de outros países, tem como objetivo fundamental essa reflexão conjunta, que é culminar com essa proposta de, num futuro, pensarmos um país e um mundo lusitano mais solidário. E como podemos fazer isso? Contando um pouco da nossa história, iniciando por uma reflexão daquilo que já fomos e daquilo que conjuntamente queremos ser no futuro.

Por isso, criamos esses vários módulos e queremos aqui, especificamente para a história do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina, criar um filme para popularizar este conhecimento, um filme que retrate a saga das famílias portuguesas que para cá vieram, porque a linguagem do cinema hoje é mais popular e precisamos atingir a população em geral.

Fica o convite para que, junto com o empresariado que esteja interessado, lutemos para realizar esse filme que popularize a história peculiar dos brasileiros do Extremo Sul do Brasil.

Este é um dos objetivos do nosso projeto. Além disso, estamos diante da mundialização, processo que a todos nós inquieta. Podemos dizer, indagados constantemente sobre este processo de mundialização, que o projeto Luso Grande do Sul também quer ajudar a nós, lusos descendentes, a refletir sobre isso.

Temos falantes da língua portuguesa em todos os continentes do mundo. Podemos encontrar falantes da língua portuguesa na África, na Ásia, na Europa e na América. Portanto, uma oportunidade singular que os falantes da língua portuguesa, os lusos descendentes têm no mundo, onde as comunicações aproximam os continentes, de, utilizando a nossa própria língua, comercializar, trocar idéias, estreitar os laços que nos unem.

É importante frisar que a China fala português. Se quisermos entrar no mercado chinês de um bilhão e trezentos milhões de habitantes, podemos fazer isso via Macau, é uma porta aberta, uma legislação portuguesa próxima da nossa e com a língua portuguesa oficial pelos próximos cinquenta anos. Só isso já serviria para dizer da dimensão que é a reflexão sobre a nossa situação cultural hoje de lusos descendentes. E tem mais: temos sete países no mundo que falam o português, que têm o português a língua oficial. E isso não é pouco, são mais de duzentos milhões de falantes da língua portuguesa no mundo, a terceira língua mais falada no ocidente.

Então, a reflexão sobre todos esses aspectos nos fez criar o Projeto Luso Grande do Sul, é luso grande não só do Extremo Sul do Brasil, não só do Sul do Brasil, não só da América do Sul, mas do mundo lusitano que em grande parte está localizado no sul do mundo.

Temos uma linguagem própria e uma singularidade de podermos nos comunicar, aproximar, trocar idéias e até mesmo comercializar com os países na nossa língua. Essa oportu-

nidade que os países de língua portuguesa têm e que os representantes de Santa Catarina aqui presentes podem levar a diante, é que entendemos que a nível internacional se torna importante o nosso Projeto Luso Grande do Sul.

Queremos, na nossa viagem dos quinhentos anos, com a transmissão das quinhentas rádios veiculadas na língua portuguesa, nos cinco continentes, quem sabe, levar essa mensagem de aproximação, de reflexão conjunta entre todos os povos lusos descendentes no mundo, para que criemos juntos uma possibilidade de futuro mais solidário e mais rico para todos.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - O Projeto e a Rádio difusão no Rio Grande do Sul e em Santa Catarina na palavra do eminente jornalista Armino Antônio Ranzolin.

O SR. ARMINO ANTÔNIO RANZOLIN - Excelentíssimo senhor Presidente, Deputado Neodi Saretta, Prefeita Ângela Amin, companheiro Derly, Reitores, professores, Deputados, Prefeitos, demais autoridades, senhoras e senhores.

Antes de mais nada, Presidente Neodi Saretta, quero agradecer a oportunidade que nos dá esta Casa de ocupar esta tribuna neste momento.

E, como foi combinado entre nós, depois dele citar meu nome eu citaria o nome dele. Quero cumprimentar o Deputado Ivan Ranzolin, autor do requerimento que ensejou esta sessão solene. Honro o acordo, com muita honra.

Como diretor da Rádio Gaúcha, que lidera a Rede Gaúcha SAT, integrada por setenta e duas emissoras do Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, cobrindo toda a região Centro-Sul do Brasil, venho aqui cumprir uma missão delegada pelo Grupo RBS, a Rede Brasil Sul.

Quero declarar que nos sentimos muito honrados em poder nos associar aos idealistas que, na cidade de Pelotas, com a participação da Universidade Federal, representada aqui pela Reitora Ingleore Scheunemann Souza e pela Universidade Católica, decidiram criar o Luso Grande do Sul, um movimento reconhecido oficialmente pela Comissão Nacional das Comemorações do Quinto Centenário do Descobrimento, presidida pelo ilustre Vice-Presidente da República, Marco Maciel.

A convite do idealizador deste Projeto Luso Grande do Sul, o professor Marcus Siqueira da Cunha, que representa aqui a Universidade Católica de Pelotas, e do Coordenador, jornalista Cleiton Rocha, aceitamos a incumbência de administrar a formação da rede de rádio e co-emissoras do Brasil e Portugal, a Rede do Descobrimento, como um desafio, um excitante desafio, para chegarmos a um total de quinhentas rádios, uma para cada ano de vida do Brasil, uma rede independente, de empresas absolutamente abertas a todas as emissoras, sejam elas privadas, públicas, pequenas, médias ou grandes.

Com programas em cada uma delas, por suas próprias iniciativas e transmitindo simultaneamente os principais eventos, a Rede do Descobrimento tem por objetivo recontar os mais importantes episódios dessa grande epopéia.

Nossa Pátria é a língua portuguesa, como afirmou Fernando Pessoa. Atualmente o professor Marcus foi muito feliz em recordar e revelar isso, mais de duzentas milhões de pessoas se comunicam em português, terceiro maior idioma do ocidente e o sexto maior idioma falado no Planeta.

O rádio, em setenta e cinco anos de serviços prestados aos brasileiros, tem sido verdadeiro veículo de integração nacional, como meio de informação mais democrático, porque é instituído por múltiplos e variados pontos de geração, atingindo todas as classes sociais, nos mais remotos rincões do nosso território, inclusive onde a energia elétrica ainda não chegou.

A participação na Rede do Descobrimento está aberta a todas as emissoras que queiram participar dela. Deixamos aqui o nosso convite às co-irmãs catarinenses, colocando-nos inteiramente à disposição para maiores esclarecimentos.

A Rede do Descobrimento é binacional por sua própria natureza. Foi lançada em novembro passado em Lisboa, na Embaixada do Brasil, onde o Embaixador Jorge Bornhausen foi nosso anfitrião e quando o Dr. Mário Soares assumiu a Presidência de honra do Luso Grande do Sul. Nosso propósito é que esta inédita rede de rádio seja a grande difusora dos festejos do V Centenário do Descobrimento.

A Rádio Gaúcha e a Rede Gaúcha Sat já estão produzindo e transmitindo, todos os sábados, às 8 e 10h, o Repórter dos 500 Anos, primeiro programa deste projeto. Na Grande Florianópolis, este programa já pode ser ouvido pela Rádio CBN Diário, no mesmo horário. O pesquisador e escritor Elói Terra está produzindo textos radiofônicos com interessantes episódios da vida brasileira, do descobrimento aos dias de hoje.

Como exemplo das questões que pretendemos abordar, extraí de um dos programas já apresentados um tema para apresentar aqui neste momento:

'Quando os estudantes chegam ao capítulo da invasão holandesa na história do Brasil, é comum surgir na sua mente uma dúvida que já mexeu com a cabeça de muitas gerações. Uma dúvida que pode ser resumida nas seguintes palavras: Como seria o Brasil de hoje se os holandeses não tivessem sido expulso daqui? Seríamos um povo melhor e mais disciplinado? O Brasil seria hoje uma potência mundial de primeira grandeza? Vamos procurar a resposta, analisando a questão através de fatos históricos.

Entre os portugueses e os holandeses dos tempos coloniais a diferença era profunda. Os portugueses, quando pisaram em terras brasileiras, vinham preparados para continuar sua grande missão de formadores de povos, como já tinham demonstrado com suas conquistas no continente africano.

Aqui chegando, seu primeiro gesto foi estender-se pelo interior. Ao aportar no Rio de Janeiro, em 1531, Martin Afonso de Souza envia homens para o fundo da mata, os quais chegam a palmilhar mais de cem léguas Brasil a dentro. Em Cananéia, Pero Lobo comanda 80 portugueses que transpõem as muralhas da Serra do Mar. Duarte Coelho desvenda a floresta pernambucana até as nascentes do rio Capiberibe. De São Paulo partem as bandeiras, que expandem e consolidam a geografia.

Em todos os períodos da nossa história, os portugueses são levados pelo espírito de conquista e ocupação dos imensos territórios.

Mesmo no primeiro século do descobrimento, em que as atividades se voltavam mais para a faixa do litoral, os portugueses desbravaram o planalto brasileiro em busca dos mais remotos sertões, levando seus costumes, suas leis e o sentimento religioso.

Vamos observar agora o panorama do lado dos holandeses. Quando aqui chegaram, não tiveram necessidade de desbravar uma terra conhecida. Encontraram as linhas da costa perfeitamente demarcadas e em franco estágio de colonização. O sertão inulto e agreste e a floresta espessa os deixava amedrontados. E além do mais, sua missão não era de colonização mas, sim, de pirataria e expropriação.

A rigor, não foi o povo holandês que aqui chegou com seus costumes e sua cultura. Foram, na realidade, os prepostos e os agentes da então toda poderosa Companhia das Índias Ocidentais, que só via no Brasil uma fonte de riquezas para serem saqueadas, como fazem hoje os especuladores nas Bolsas globalizadas.

Por um dever de justiça, é preciso fazer uma ressalva à figura de Maurício de Nassau, que na verdade representou o verdadeiro espírito do

povo holandês como o administrador público no período em que esteve no Brasil, onde deixou uma grande obra, principalmente em Pernambuco. Excluindo o grupo liderado por Maurício de Nassau, os demais holandeses aqui chegaram apenas para carregar nossas riquezas, sem maiores compromissos com o povo e com as instituições. Os portugueses, ao contrário, vieram para multiplicar nossas riquezas, legando ao país seu espírito de trabalho, seus princípios morais e a sua verdadeira crença nos destinos do novo mundo.

Não há notícia, na história universal, de algum país que tenha sido criado pelo domínio holandês, a não ser a pequena e obscura Guiana Holandesa. Enquanto isso, o português, como já dissemos, é a sexta língua mais falada no mundo. E mesmo aqueles que ainda acham que nenhuma virtude os portugueses nos transmitiram, devem pelo menos reconhecer que eles nos deixaram este formidável território e fizeram de nós uma nação importante e respeitada.

O Luso Grande do Sul tem como foco a chegada dos portugueses neste extremo Sul brasileiro, que ocuparam, colonizaram e desenvolveram. Às lutas na Colônia do Sacramento, em território depois devolvido aos espanhóis - onde hoje é o Uruguai -, sucederam-se, não com menor sacrifício, as fixações das atuais fronteiras, a partir do arroio Chuí até os Rios Uruguai e Paraná.

No século 18, as imigrações de casais açorianos, chegando a Porto Alegre, Vila do Rio Grande e Vila do Desterro, aqui na ilha de Santa Catarina, foram a base para consolidar uma nova sociedade nacional.

Este ano Florianópolis deve comemorar os 250 anos da chegada dos açorianos com muito orgulho, afinal, o jeito de ser açoriano continua sendo a principal característica desta cidade, hoje uma importante metrópole.

Foi assim que se desenvolveu esta nação brasileira, que se prepara para completar os seus 500 anos, enriquecida pelo notável e invejável caldeamento racial que aqui se formou representado pelos nativos que precederam à chegada de europeus, africanos e asiáticos.

Cinco séculos nos separam da chegada das 12 caravelas de Pedro Álvares Cabral à costa brasileira em 22 de abril de 1500. E estes 500 anos agora estão sendo motivo para grandes comemorações. Se naquele tempo houvesse como transmitir as notícias com a rapidez e a abrangência como o homem pode fazer hoje, usando a tecnologia do satélite, imaginem o impacto que não haveria para o relato de Pero Vaz de Caminha, em aqui chegando.

Pero Vaz de Caminha, o escrivão que redigiu o texto a D. Manoel I, Rei de Portugal, dando conta da chegada ao Brasil, morreu no mesmo ano, em Calicut, nas Índias, durante ataque à feitoria portuguesa, e sua carta, conservada na Torre do Tombo, em Lisboa, permaneceu inédita até 1817, quando foi publicada na 'Corografia Brasileira', do Padre Manoel Dias Casal.

Aquela carta de Caminha foi, de fato, a certidão de nascimento do Brasil. Mas poderia ter sido também, na voz de um imaginário repórter de rádio, um relato fidelíssimo e instantâneo do que os olhos de Pero Vaz de Caminha viram e sua sensibilidade reproduziu em belíssimo texto como uma pintura daquele extraordinário momento:

'Esta terra, Senhor, parece-me que, da ponta que mais contra o sul vimos, até outra ponta que contra o norte vem, de que de nós deste ponto temos vista, será tamanha que haverá nela bem vinte ou vinte e cinco léguas por costa. Tem, ao longo do mar, em algumas partes, grandes barreiras, algumas vermelhas, outras brancas; e a terra por cima é toda chã e muito cheia de grandes arvoredos. De ponta a ponta é tudo praia redonda, muito chã e muito formosa.

Pelo sertão nos pareceu, vista do mar, muito grande, porque a estender d'olhos não podíamos ver senão terra com arvoredos, que nos parecia muito longa.

Nela até agora não pudemos saber que haja ouro, nem prata, nem coisa alguma de metal ou ferro; nem o vimos. Porém a terra em si é de muitos bons ares, assim frios e temperados como os de Entre-Douro e Minho, porque neste tempo de agora os achávamos como os de lá.

As águas são muitas e infinitas. E esta terra em tal maneira é grandiosa que, querendo aproveitá-la, tudo dará nela, por causa das águas que tem.

E desta maneira dou aqui a Vossa Alteza conta do que nesta Vossa terra vi.

'Beijo as mãos de Vossa Alteza.

'Deste Porto Seguro, da Vossa Ilha de Vera Cruz, hoje, sexta-feira, primeiro de maio de 1500.

(a) Pero Vaz de Caminha'."

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Francisco Küster) - Concedo a palavra à magnífica Reitora da Universidade Federal de Pelotas, professora Inguelore Scheunemann de Souza, que discorrerá sobre o advento do projeto.

A SRA. INGUELORE SCHEUNEMANN DE SOUZA - Excelentíssimo senhor Vice-Presidente da Assembléia Legislativa de Santa Catarina, ao saudá-lo estendo os meus cumprimentos a todas as autoridades já mencionadas, aos senhores Reitores, aos senhores Prefeitos e às senhoras e senhores que prestigiam esta cerimônia de extremo significado para nós, do Sul do Brasil, e para todo o nosso País.

(Passa a ler)

"No momento em que Santa Catarina assume a causa do 'Luso Grande do Sul', estabelecendo uma formidável parceria com o Rio Grande do Sul, que se diga, por um dever de justiça, o quanto representou o apoio dado pelo Palácio Piratini. O Governo gaúcho compreendeu, desde a primeira hora deste projeto binacional, que o Rio Grande e o Brasil também pertencem a uma raça de navegadores e de criadores de impérios. Ao que valeria acrescentar, na medida em que este cenário congrega as universidades do Sul do Brasil, que também pertencemos, todos, a uma raça de pensadores e de criadores de textos, cujas páginas, escritas pelos nossos melhores historiadores, haverão de sempre guiar, como se fossem facho de luz, a travessia das novas gerações em busca da memória gaúcha e catarinense, que ficou cristalizada, graças ao heroísmo de nossos antepassados, em meio aos horizontes largos destes dois berços portugueses ao Sul da Pátria.

Senhoras e senhores: O Rio Grande e Santa Catarina, juntos, estão alavancando esse sentimento português até então relegado, mas que está tão presente em nossa fala, em nossos pensamentos e em nossas mais fundas emoções.

E se hoje a identidade pessoal é a memória, visto que o homem tende a esquecer as suas circunstâncias, ignorando as suas datas e recordando-se, em compensação, de versos e de parágrafos lidos, esta é, pois, uma memória singular. Esta é a memória lusitana, que vive em cada um de nós e que se fortalece na causa comum que ora estamos a abraçar.

Há aqui, nesta hora mística e espiritual, a necessidade de um apelo, destinado a tantos quantos se dispõem a criar em favor do projeto Luso Grande do Sul. Ele é dirigido aos homens de imprensa do Rio Grande e de Santa Catarina: caberá a eles difundir as ações binacionais iniciadas em Pelotas, e referentes às comemorações do V Centenário do Descobrimento do Brasil. O sonho de uma rede de quinhentas emissoras de rádio materializa-se agora, neste Legislativo catarinense, alicerçando, numa Santa Catarina jamais ausente das horas fortes da nacionalidade, esse alvorecer de propostas concretas que se voltam para cinco séculos de Brasil.

A sustentação desta rede de rádio é missão reservada aos profissionais e dirigentes de emissoras. Deles, esperamos que se comuniquem, que se procurem, que se

adivinhem, que se questionem e que se compreendam.

Colegas Reitores: que nossas instituições de ensino sejam capazes de repercutir, a partir de agora, a essência desta proposta que se volta para 500 anos de Brasil.

Que tenhamos presente a idéia de que todo idealismo é exagerado, precisa sê-lo! Os idealistas românticos são exagerados, porque são insaciáveis! Sonham o mais, para realizar o menos. O idealismo romântico brota de corações ingênuos e sensíveis, fáceis de se comoverem, acessíveis ao entusiasmo e à ternura, com essa ingenuidade que não se dobra, e que os homens práticos, muitas vezes, simplesmente ignoram.

Senhor Presidente, sonhemos, portanto, o mais! E inspiremo-nos, todos, na força criativa deste instante, que é suficiente, num só minuto que seja, para repassarmos aos historiadores catarinenses e gaúchos a idéia de urgência quanto às obras literárias, através das séries os Lusos-Catarinenses e os Lusos-Gaúchos, obras estas que os nossos dois Estados esperam de sua boa vontade, de sua espontaneidade, de seu talento e de sua adesão imediata em defesa do resgate da nossa cultura portuguesa.

Senhoras e senhores: não esqueçamos jamais que o Rio Grande do Sul e Santa Catarina foram os Estados que se anteciparam e que acenderam uma luz na história, talvez a luz de Deus, através daquele facho que haverá de estar sempre presente, de 1998 até o ano 2000, irradiando a energia que se faz necessária junto a todos os seres que, em confraternização de cinco séculos, elevarão aos céus as mais sentidas preces em sinal de graças pelo V Centenário do Brasil!

A nós, riograndenses e catarinenses, portugueses na origem e na essência, na alma e na palavra, no pensamento e nas emoções, sintonizados na língua e, por consequência, no entendimento, bastará, tão-somente, que essa luz seja capaz de iluminar os caminhos do pampa e o verde dos nossos campos, a mata do Rio Grande, o interior e a grande ilha catarinense, assim como a espuma atlântica que, límpida, beija as areias das belas praias deste Estado e enfeita a paisagem - postal de sua geografia.

Por fim, uma palavra sobre a 'Esperança', na medida em que esta reside no atendimento e na vontade, e por isso mesmo é uma âncora. E assim como a âncora, para estar segura, há de prender de uma e de outra parte, assim a esperança, para se firmar bem na alma, não só há de estar fundada em uma das potências senão em ambas, juntamente.

Nesta hora de sonho, de navios ao oceano e de entrelaçamento dos povos pela palavra, através da formação da Rede do Descobrimento, essa esperança é um composto de desejo e confiança: com a vontade, deseja; com o entendimento, confia.

E se os pilotos e marinheiros portugueses souberam mais e filosofaram melhor sobre um dia de vista, e se souberam mais e filosofaram melhor que todos os sábios do mundo em cinco mil anos de especulação, que repouse nesta lição de Vieira a nossa esperança maior em relação à travessia projetada para maio do ano 2000, quando a Viagem dos 500 anos, entre Porto Seguro e Lisboa, idealizada pelas nossas universidades, haverá não somente de entrelaçar povos mas, sim, de estabelecer um vínculo histórico em pleno Atlântico que resulte em compromissos concretos entre o Brasil e Portugal.

Esta Santa Catarina portuguesa haverá de fortalecer, em cada um de nós, neste 14 de abril, a idéia de que toda a

imagem forte se realiza! Até porque são bastante ousados os sonhos do Luso Grande do Sul quanto aos eventos do ano 2000.

Na projeção deste sonho, por fim, recordemos uma história de amor e de lutas, pois é impossível deixar de evocar, nesta hora, o vulto singular de Anita Garibaldi, uma mulher cuja façanha está inserida na galeria de honra dos heróis verdadeiros.

Ao evocá-la, estamos reforçando, certamente, em nossos íntimos, a idéia de que são os idealistas os responsáveis pelas sementes que fazem brotar esplêndidos frutos. A Santa Catarina de hoje é o resultado da colheita destes semeadores, que, perseverantes, enfrentaram o tempo e desafiaram as décadas com os olhos postos na terra fértil que seria reservada às futuras gerações. Honrá-los, neste final de milênio, significará continuá-los na ousadia da aventura e do sonho."

Para que concretizemos de uma forma simbólica esta união em torno deste objetivo maior da comemoração do V Centenário do Descobrimento do Brasil, alicerçados nos nossos dois Estados, eu solicitaria ao Jornalista Roberto Engel, que coordena a Rede Sul Riograndense de Rádio, que entregasse o Brasão da Universidade de Pelotas ao excelentíssimo Deputado Neodi Saretta, Presidente da Assembleia Legislativa deste Estado, ao magnífico Reitor Rodolfo Pinto da Luz, da Universidade Federal de Santa Catarina, e ao Vice-Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à entrega do Brasão.)
(Palmas)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Convido o Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina e o Vice-Reitor da Universidade do Estado de Santa Catarina para procederem à entrega de placas comemorativas deste evento aos Reitores da Universidade Federal e Católica, ambas de Pelotas.

(Procede-se à entrega das placas.)
(Palmas)

Convido o jornalista Cleiton Rocha, coordenador geral do projeto, representando a Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul, para comparecer aqui a fim de que esta Presidência possa fazer a entrega de uma placa comemorativa deste evento.

(Procede-se à entrega da placa.)
(Palmas)

Sua Excelência, o Deputado Ivan Ranzolin, homenageará o co-estaduano Jorge Bornhausen pelo apoio dado ao projeto como Embaixador do Brasil em terras lusas. O Embaixador está representado aqui pelo senhor Deputado Pedro Bittencourt.

(Procede-se à entrega de placa.)
(Palmas)

Excelentíssimo senhor José Augusto Hülse, digníssimo Vice-Governador, representando o excelentíssimo Governador do Estado de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor Desembargador Solon D'Eça Neves, representante do excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal de Justiça;

Excelentíssima senhora Ângela Regina Heinzen Amin Helou, Prefeita Municipal de Florianópolis;

Senhor Vereador Ptolomeu Júnior, Presidente da Câmara Municipal de Florianópolis;

Senhor Desembargador Wilson Eder Graf, Presidente do Tribunal Regional Eleitoral;

Senhor Conselheiro Moacir Bertoli, Presidente do Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina;

Senhor Juiz Geraldo José Baldinot, Diretor do Fórum Trabalhista, representando o excelentíssimo senhor Presidente do Tribunal Regional do Trabalho;

Excelentíssimo senhor Derly Massaudi da Anunciação, Diretor Executivo do Diário Catarinense, representando o senhor Diretor Presidente da RBS;

Excelentíssimo senhor Deputado Odacir Zonta, Primeiro Secretário da Mesa Diretora da Assembleia Legislativa de Santa Catarina;

Demais autoridades presentes;

Senhoras e senhores.

(Passa a ler)

"Quatrocentos e noventa e oito anos após a chegada de Cabral a estas terras brasileiras, onde dezenas de nações indígenas falavam cada uma um idioma, vivemos na maior extensão territorial contínua do mundo onde se fala o Português.

O Português, esta língua sonora com quase meio milhão de vocábulos, a única língua que tem o capricho de sintetizar um sentimento, certamente o mais vivo e sentido pelos estoicos navegadores lusos que aqui aportaram: a saudade que sentiam da terra de origem. Feito que o poeta Fernando Pessoa sintetiza em apenas um verso: Navegar é preciso... Viver não é preciso.

Inventariar a herança lusa no Brasil implica no reconhecimento inicial de que, se nosso País tem estas dimensões continentais, não foram sabres nem canhões que as delimitaram, foi antes de tudo a língua que nos une e identifica como o grande elo da nacionalidade.

Nesta Santa Catarina, cujo povo temos a honra de representar nesta Casa Legislativa, não aportaram apenas portugueses, mas africanos, europeus de outras nações, até alguns orientais. O instrumento que harmoniza e integra todas estas gentes das mais variadas origens é o Português com um certo sotaque, para que estas origens não sejam esquecidas ao se integrarem.

O legado português também está nas ruas, na arquitetura das nossas cidades, na religiosidade, nas festas populares, na alma e na expressão do povo. Temos em São Francisco do Sul, que amanhã comemora 494 anos, um fiel retrato deste Brasil lusitano.

Nestes tempos em que navegadores são chamados de internautas, nestes tempos em que a Internet substitui as Caravelas e as pessoas correm mundo sem sair de casa, iniciamos as comemorações de 500 anos de construção desta Nação iniciada por portugueses e continuada por cinco séculos de trabalho e sacrifício desta gente, que passou a ser denominada de brasileira.

Esta gente brasileira que não herdou a justiça social e ainda luta para conquistá-la;

Esta gente brasileira que ainda não conseguiu superar necessidades básicas como educação, saúde e moradia;

Esta gente brasileira tem pressa em superar a má distribuição da terra e a mais injusta distribuição de renda do mundo;

Esta gente brasileira quer ter motivos para comemorar com mais alegria o grande feito lusitano. E já faltam apenas dois anos."

Muito obrigado!

(Palmas)

Convido a todos para, de pé, ouvirmos a execução do Hino do Estado de Santa Catarina.

(Procede-se à execução do Hino do Estado de Santa Catarina.)

Esta Presidência gostaria de fazer o registro de autoridades presentes nesta sessão solene, além das já nominadas:

Excelentíssimo senhor João Lupt, representante do Cônsul de Portugal em Curitiba;

Excelentíssimo senhor Ricardo Pimpão, assessor de gabinete, representando o senhor Prefeito Municipal de São Francisco do Sul;

Excelentíssimo senhor João Pereira, Prefeito Municipal de Laguna;

Excelentíssimo senhor Jandir Bellini, Prefeito Municipal de Itajaí e ex-Deputado desta Casa Legislativa;

Excelentíssimo professor Rodolfo Pinto da Luz, magnífico Reitor da Universidade Federal de Santa Catarina;

Excelentíssima senhora Ingelore Scheunemann de Souza, magnífica Reitora da Universidade Federal de Pelotas;

Excelentíssimo professor Edson D'Ávila, representante do magnífico Reitor da Universidade do Vale do Itajaí;

Excelentíssima senhora Eliane Neves Rebelo Adriano, Secretária de Estado da Educação e do Desporto;

Excelentíssimo senhor Carlos Araújo Leonetti, Procurador da Fazenda Nacional, re-

presentando o Procurador-Chefe da Procuradoria Geral da Fazenda Nacional;

Excelentíssimo senhor Coronel Nilo Fontoura Nunes, representante do senhor Comandante da 14ª Brigada de Infantaria Motorizada;

Excelentíssimo Capitão-de-Fragata Edson José Ferreira Araújo;

Excelentíssimo senhor Major Ivon Jomir de Souza, representante do Coronel PM Comandante Geral da Polícia Militar do Estado;

Excelentíssima senhora Maria Soares Camelo Cordoli, Procuradora Chefe da Procuradoria da República em Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor José Carlos Mendes, Vereador, representando o Presidente da Câmara Municipal de Laguna;

Excelentíssima senhora Araci Cristina França, representante do Superintendente do Sesi;

Excelentíssimo senhor Carlos Humberto Correa, Presidente do Instituto Histórico e Geográfico de Santa Catarina;

Excelentíssimo senhor jornalista Ciro

Barreto, Vice-Presidente da Confederação Nacional de Imprensa;

Excelentíssimo senhor Mário Moraes, Professor da Udesc;

Excelentíssimo senhor Dionísio Pauli, Vereador, Presidente da Câmara Municipal de São Pedro de Alcântara;

Excelentíssimo senhor professor Jorge Mussi, Vice-Reitor da Udesc;

Excelentíssimo senhor Charles Edgar Moritz, da Irmandade Senhor dos Passos.

A Presidência agradece, mais uma vez, a presença da banda da Polícia Militar, que abrilhantou a presente sessão, bem como a presença de todos os que aqui compareceram.

Convidamos a todos para um coquetel no hall de entrada da Assembléia Legislativa.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, às 9h, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATA DA 032ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 15 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às nove horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Merss - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivo Konell - Jaime Mantelli - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olices Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczaí - Reno Caramori - Romildo Luiz Titon - Sérgio Silva - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à leitura do expediente.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

OFÍCIOS NºS: 2691, 2692 e 2693/98, do senhor Governador do Estado, em atenção aos Pedidos de Informação nºs 004, 007 e 008/98, respectivamente;

774/98, do senhor Procurador-Geral de Justiça, encaminhando proposta de participação do Ministério Público na receita líquida do Estado para o exercício de 1999;

097/98, do senhor Presidente do Presi/Seger, referente ao Ofício DP/148/98.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, esta Presidência gostaria de informar que diversas Comissões manifestaram o desejo de se reunirem agora pela manhã, inclusive a Mesa Diretora.

Propomos aos senhores Líderes a supressão do horário de Breves Comunicações e do horário destinado aos Partidos Políticos, com a suspensão da presente sessão até as 11h.

(As Lideranças acquiescem.)

Com a concordância e a acquiescência de todos os senhores Líderes Políticos, está suspensa até as 11h a presente sessão ordinária. Está suspensa a sessão.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) (Faz soar a campainha) - Estão reabertos os trabalhos.

Passaremos à Ordem do Dia.

Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Estão presentes 10 senhores Deputados.

Há quórum para a manutenção da sessão, mas não para deliberação.

Solicito à assessoria que anote o nome dos 10 senhores Deputados e dispense a lista de assinatura, uma vez que a presente sessão será, conforme deliberação anterior, computada pela lista de chamada.

Há a justificativa de ausência do Deputado Vanderlei Rosso, que se encontra em Brasília.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Coopercentral, cumprimentando pelo transcurso da data de 15 de abril, comemorativa aos 29 anos de constituição daquela Cooperativa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, pedindo instalação de telefones públicos com cartão magnético em Ipumirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Registre-se a presença na presente sessão do Deputado Odacir Zonta.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, sugerindo a instalação de telefones com cartão magnético em Ipumirim.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da Telesc, sugerindo a expansão do plano de linhas telefônicas convencionais da Telesc para a comunidade de Lajeado Crescêncio.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Deixa de ser votado por falta de quórum.

Registre-se também a presença dos Deputados Lício Silveira, Pedro Uczaí e Adelor Vieira.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Senhor Presidente, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, gostaria de fazer uma colocação nos seguintes termos: acho correto e justo que a presença dos Parlamentares seja consignada pela chamada e não pela lista de presença.

Agora, no dia de ontem, cheguei em Plenário às 15h30min e a sessão estava suspensa. Eu tinha dois compromissos fora da Casa, que estavam previamente agendados, e quando cheguei aqui não havia mais sessão, pois havia sido suspensa por falta de quórum.

Então, gostaria de observar que se esta questão...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Só uma correção, Deputada Ideli Salvatti: ontem a sessão não foi suspensa por falta de quórum, mas porque foi suprimido o horário destinado às Breves Comunicações.

No caso de ontem, em função de ter havido uma mudança proposta pela Mesa e aquiescida pelos Líderes, a lista de presença foi pelas assinaturas. Agora, no caso da sessão normal, quando tem Ordem do Dia, no momento da Ordem do Dia vai pela chamada. V.Exa. poderá, inclusive, fazer a justificativa da sua ausência.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Mesmo com a ausência, Senhor Presidente, gostaria de dar continuidade ao meu raciocínio. Quer dizer, não aconteceu da forma como fui informada, mas já tivemos ocasiões onde na sessão, por não ter inscritos no horário das Breves Comunicações e dos Partidos Políticos, a Ordem do Dia foi antecipada. Mas se vamos ter essa regra de chamada a Ordem do Dia tem que iniciar às 16h, porque nos planejamos para estar aqui na Ordem do Dia. Se a Ordem do Dia acontece 30 minutos, 45 minutos ou 1 hora antes não podemos ser punidos por isto.

Gostaria de fazer esta observação até para poder me organizar, porque se não for estabelecida essa questão de que a Ordem do Dia será às 16h, como estabelece o nosso Regimento, então isto significa que nenhum Parlamentar pode fazer qualquer tipo de atividade antes da 16h, pois a qualquer momento poderemos ter a Ordem do Dia estabelecida na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Gostaria de lembrar que não está escrito no Regimento que a Ordem do Dia é às 16h. A sessão é aberta com a leitura da ata da sessão anterior e após, em Breves Comunicações, se não houver orador inscrito, inicia-se o horário dos Partidos Políticos por 1h. Se os Partidos declinarem da utilização deste horário, é redividido o tempo, mas não há segunda redivisão. Após encerrado esses períodos, obrigatoriamente, nós temos que adentrar à Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Embora eu entenda que a Deputada Ideli Salvatti tenha razão, quero fazer outra justificativa, porque os Deputados estão reunidos nas Comissões. Embora a Ordem do Dia seja intransferível, também seria injusto o Deputado receber falta quando está debatendo nas Comissões. Tomamos conhecimento, pelo Deputado Lício Silveira, que há duas ou três Comissões reunidas neste momento, e os Deputados lá estão.

Então, eu acredito, Senhor Presidente, na minha opinião, respeitando a opinião da Mesa, que seria injusto punir os Deputados que estão trabalhando.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não há punição, Deputado Onofre Santo Agostini, há uma lista de chamada. Os Deputados que não estão presentes não podem ganhar presença. Há uma única

Comissão que está reunida, a Comissão de Finanças, e a Mesa Diretora. A Mesa interrompeu às 11h e foi solicitado à Comissão de Finanças a interrupção também, aliás, desnecessariamente, porque o Regimento proíbe a realização de reunião de Comissão durante a Ordem do Dia.

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - A Comissão de Saúde também estava reunida, Senhor Presidente. Até agora eu estava lá.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Será feita uma nova chamada, Senhor Deputado. Agora, Deputado Lício Silveira, a Mesa da Assembléia não pode abonar ausência de Deputados.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Está havendo uma série de coincidências de horários. Os Deputados não estão tendo condições de trabalhar adequadamente. Os Deputados, às vezes, estão mais marcando presença do que efetivamente produzindo um trabalho. Só para terem uma idéia, ontem eu tinha três audiências públicas, de duas Comissões fui numa, pensando na outra. Resultado, não atendi direito nenhuma das duas. Isso não só ocorre comigo, ocorre também com outros Deputados.

Ontem tivemos quatro reuniões de Comissões, além das audiências públicas. Isso tem que ser coordenado de uma forma mais tranqüila, de tal forma que os Deputados tenham condições de se fazer representar nas Comissões.

Não é possível trabalhar dessa forma, quero fazer o registro.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Ainda mais, Deputado Neodi Saretta, que essas sessões na quarta-feira pela manhã surgiram agora.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Se os senhores Deputados desejarem, podem fazer um projeto cancelando o calendário especial.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Não, eu acho que teria que ser organizado para evitar que os Deputados reúnam as Comissões nas quartas-feiras, porque, caso contrário, isso vai causar um transtorno muito grande. Por outro lado, também, se as Comissões não se reunirem não vamos ter matéria para deliberar.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Já há um acordo no sentido de abriremos a sessão às 9h das segundas-feiras e estendermos, no máximo, até às 11h das quartas-feiras.

As Comissões podem se reunir segunda-feira pela manhã, terça-feira pela manhã, quarta-feira, das 9h às 11h, quinta-feira à tarde, sexta-feira de manhã e sexta-feira à tarde.

Os demais horários são destinados às sessões Plenárias. Isso não é decisão da Mesa. É regimental.

O Sr. Deputado Olíces Santini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Olíces Santini.

O SR. DEPUTADO OLÍCES SANTINI - Nós tivemos a oportunidade de discutir essa

questão na Comissão de Justiça e até propor que houvesse uma reunião de Liderança exatamente para evitar esses excessos. Todos os dias temos solicitação de reuniões das Comissões em horários extras e principalmente de audiências públicas, inclusive no interior do Estado. Sempre vai acontecer isso. Então, tem que haver uma coordenação através da Mesa, reunindo os Líderes de Partido, para estabelecer as diretrizes.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Acatada a sua sugestão, convoco uma reunião de Líderes para logo após o encerramento da presente sessão. Esta matéria já está superada.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, quero comunicar que já tem quórum.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, gostaria que fosse feita uma nova chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao senhor Secretário "ad hoc", Deputado Francisco Küster, que proceda à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para verificação de quórum.)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Há 26 senhores Deputados presentes.

É prova de que é possível realizar as sessões, basta que passemos a adotar algumas medidas, infelizmente, necessárias.

Tão logo seja encerrada a presente sessão, ficam, portanto, convocados todos os senhores Líderes para uma reunião no gabinete da Presidência.

Determino também à assessoria da Mesa que comunique a todos os coordenadores das Comissões que está encerrada a reunião das Comissões neste momento por estar ferindo o Regimento Interno da Assembléia Legislativa.

Em votação os dois requerimentos de autoria do Deputado Neodi Saretta, com a sua discussão encerrada já no início da Ordem do Dia de hoje.

Em votação.

Os senhores Deputados que os aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovados.

Esta Presidência alerta que fez uma inversão da pauta e está votando primeiro os requerimentos.

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente em exercício da Zona de Processamento de Exportação, objetivando a regularização dos terrenos cedidos para a implantação do Distrito Industrial, no Município de Blumenau, bem como em outros Municípios do Estado.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro dos Transportes, com cópia ao Diretor-Geral do DNER, manifestando preocupação com o abandono da BR-116, trecho de Santa Catarina.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Odacir Zonta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Secretária de Estado da Educação e do Desporto, dando conta que os professores de educação de jovens e adultos, nível 06, não foram beneficiados com o aumento de 25%.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Ministro da Agricultura, encaminhando protesto das lideranças políticas do interior de Santa Catarina pela falta de seriedade do Governo Federal para com o Pronaf.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria da Deputada Ideli Salvatti, requerendo a realização de Audiência Pública na Comissão de Educação, Cultura e Desporto desta Casa, a fim de esclarecer à sociedade catarinense acerca da greve dos docentes e servidores da UFSC.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento de autoria do Deputado Neodi Saretta, que solicita o envio de mensagem telegráfica à Superintendente do INSS, encaminhando pleito dos aposentados e pensionistas do Município de Paial, no sentido de que os proventos sejam transferidos para o Besc.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Requerimento da Bancada do PPB, objetivando uma sessão solene para homenagear o Colégio Coração de Jesus pelos seus 100 anos.

Senhores Líderes, chamo a atenção para este requerimento, pois temos tido dificuldade quanto à presença dos Deputados em sessão solene.

Portanto, a Presidência sugere a retirada deste requerimento e sua devolução aos Autores. Se houver interesse de manutenção poderá retornar posteriormente, se assim o desejar a Bancada do PPB.

Requerimento de autoria do Deputado Adelor Vieira, que requer a constituição de uma Comissão Especial Externa composta de três membros, para acompanhar, evidenciar a importância e levar à Bancada Federal catarinense e aos Líderes Partidários na Câmara e Senado Federal a posição de apoio à Assembleia Legislativa de Santa Catarina à proposta de emenda constitucional com vista à alteração dos incisos IV, do art. 20, e II e IV, do art. 26.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

Indicação de autoria do Deputado Adelor Vieira, a ser endereçada ao Governador e ao Secretário dos Transportes e Obras, solicitando que sejam providenciados reparos na Rua Eugênio Krause, no Município de Penha.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Pedido de Informação de autoria do senhor Deputado Afonso Spaniol, a ser enviado ao senhor Secretário dos Transportes e Obras e ao senhor Diretor do DER, solicitando informações sobre a SCT-283, estrada Beira Rio, que liga Itapiranga a Mondaí.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovado.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - Eu gostaria que V.Exa. levasse em consideração o requerimento da Bancada do Partido Progressista Brasileiro, com relação à deliberação do Plenário, no dia de hoje, de homenagem, em sessão solene, o Colégio Coração de Jesus, pelos 100 anos, pois que vem prestando relevantes serviços ao Estado de Santa Catarina.

Faço essa solicitação, porque esta sessão pode ser após o expediente, senhor Presidente, pode ser após as 18h, sem problema nenhum. É só uma questão de V.Exa. colocar o horário ao nosso Líder e em consequência aos demais Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Retorna a matéria, o presente requerimento, à Ordem do Dia.

Em discussão.

(Pausa)

Lembrando apenas que a Presidência está sempre presente nas sessões, tanto solenes quanto especiais, o que se faz necessário é a presença, também, do quórum mínimo de Deputados.

Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam, permaneçam como se encontram.

Aprovado.

A Presidência, de acordo com o § 1º do art. 89 do Regimento Interno, dá conhecimento ao Plenário de que foram aprovadas nas Comissões Permanentes e que, não havendo recurso no prazo de duas sessões, serão elaborados os respectivos autógrafos das seguintes matérias:

Projeto de Lei nº 004/98, de autoria do senhor Deputado Reno Caramori; e

Projeto de Lei nº 165/97, de autoria do senhor Deputado Herneus de Nadal.

Votação da redação final do Projeto de Resolução nº 008/97, de autoria de senhor Deputado Pedro Uczai, que institui o Código de Ética e Decoro Parlamentar.

Não há emendas à redação final.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permanecem como se encontram.

Aprovada.

Votação, em segundo turno, do Projeto de Resolução nº 009/97, de autoria do senhor Deputado Luiz Herbst, que acrescenta o § 3º do art. 96 do Regimento Interno, instituído pela Resolução 047/89, alterado pela Resolução 07/96 e Resolução DP nº 010/97, substitutivo global, emenda redacional, com sua discussão encerrada. Conta com parecer favorável da Mesa Diretora.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente, para fazer encaminhamento em nome da Bancada do PFL, o Deputado Adelor Vieira vai...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Adelor Vieira.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente, a Bancada do PFL, analisando o projeto de resolução de autoria do eminente Deputado Luiz Herbst, entende que é importante conceder um espaço à sociedade organizada e aos cidadãos devidamente identificados, conforme prevê a Resolução nº 09/97, em processo de votação.

Mas entende a nossa Bancada, e eu penso que também vários senhores Deputados, que dez minutos não são suficientes para que essa sociedade apresente aqueles problemas de relevância, aquelas matérias que estão sendo discutidas aqui, nesta Casa. E quanto a suprimir do horário das Breves Comunicações, no pequeno expediente, esses dez minutos já são tão escassos para os senhores Deputados, que também não seria a melhor opção.

Por esta razão, nós entendemos e fizemos, inclusive, uma proposta de que este espaço de tempo pudesse ser ampliado para uma hora. Ou seja, ao invés de dez minutos, se pudesse dar uma hora, porém, não no

horário das Breves Comunicações. Isso, sim, antecipando, das 13h às 14h.

Por outro lado, para trazer a sociedade organizada, aqui, Deputado Gilson dos Santos, este Plenário seria pequeno, o espaço físico também seria insuficiente. Seria de bom alvitre que nós analisássemos e colocássemos a tribuna livre, por exemplo, no plenarinho.

Nós temos um grande espaço, temos todas as condições físicas para trazer a sociedade organizada num espaço de uma hora, com a presidência de um membro da Mesa. Ai, sim, poderia ser concedido um espaço de tempo suficiente, um espaço físico relativamente grande, para que pudesse contemplar a proposta do eminente Deputado Luiz Herbst e também a da sociedade.

O Sr. Deputado Luiz Herbst (Intervindo) - Senhor Presidente, já foi discutido o projeto...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Tem razão. Deputado Adelor Vieira, apenas para encaminhamento.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Por este lado nós recomendamos que a Bancada do PFL vote contra esta proposição.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Senhores Deputados, lembrando, com razão, o Deputado Luiz Herbst, a manifestação é apenas para encaminhamento, uma vez que a discussão está encerrada.

Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Exatamente! É que o Deputado Luiz Herbst equivocou-se.

O Deputado Adelor Vieira estava fazendo o encaminhamento da Bancada dele e, evidentemente, fazendo ao Deputado uma sugestão no sentido de que ele retirasse o projeto e acolhesse a idéia da Bancada do PFL, que se efetivamente ocorresse num momento atrasado, talvez o Deputado Luiz Herbst já tivesse se convencido de que esta seria uma boa solução.

Mas, pela manifestação preliminar de S.Exa., já se vê que ele não aceita.

Então, eu apenas queria, em nome da Bancada do meu Partido, registrar que votaremos contrariamente ao projeto.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Encerrados os encaminhamentos, colocaremos a matéria em votação.

Solicito aos senhores Deputados que tomem assento aos seus lugares a fim de que possamos proceder à votação.

Em votação.

Os senhores Deputados que aprovam o projeto com o substitutivo global e com a emenda permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Resolução nº 001/98, de autoria da Mesa Diretoria, que cria a Coordenadoria do Orçamento Estadual Regionalizado como órgão executivo, e dá outras providências.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Lembro aos senhores Deputados que havia uma emenda de autoria do Deputado Olives Santini, constante de um parecer, e outra emenda de autoria do Deputado Pedro Uczai, que não foram aprovadas. Deu empate em relação aos pareceres, e, portanto, nenhuma delas está aprovada.

Em votação o projeto.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria, com o voto contrário do Deputado Olives Santini.

Senhores Deputados, o Projeto de Decreto Legislativo nº 0007/98 está sendo retirado da pauta e devolvido à Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis em função de rasuras, a fim de que se faça os ajustes necessários na redação.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 263/97, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que aprova os primeiros termos aditivos aos Convênios nºs 6.391, 6.362, 6.363, 6.368 e 6.369/96, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, objetivando alteração de cláusula, nos termos do Decreto Governamental nº 1.516, de 27 de dezembro de 1996.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Decreto Legislativo nº 274/97, de autoria da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, que aprova os primeiros termos aditivos aos Convênios nºs 4.999, 5.021, 5.022, 5.023 e 5.024/96, constantes deste processo, celebrados com a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família, objetivando alteração de cláusulas, nos termos do Decreto Governamental nº 1.472, de 23 de dezembro de 1996.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em turno único do Projeto de Lei nº 341/97, de procedência governamental, que autoriza a aquisição de imóvel no Município de Pomerode.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Finanças e Tributação.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 148/97, de autoria do Deputado Luiz Herbst, que denomina Ginásio de Esportes Adelino Bona o ginásio de esportes do Colégio Estadual Dr. Francisco Izabel, da cidade de Mafra.

Conta com parecer favorável das Comissões de Constituição, Justiça e Redação de Leis e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 257/95, de autoria do Deputado Ivan Ranzolin, que concede título de cidadão catarinense ao senhor Günther Max Walzer.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 340/97, de autoria do Deputado Volnei Morastoni, que dispõe sobre o peso máximo tolerável do material escolar transportado diariamente por alunos do pré-escolar e 1º grau da rede pública e privada do Estado de Santa Catarina.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, de Finanças e Tributação e de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Gostaria de encaminhar a votação, senhor Presidente, no sentido de que, com certeza, o projeto merecerá o apoio de todos os senhores Deputados, pois trata-se de um problema de saúde pública, refletido a partir do peso máximo, do peso exagerado das mochilas escolares transportadas pelas crianças, tanto do pré-escolar como também no período do 1º grau, o que tem acarretado muitos problemas, às vezes, sentidos tempos mais tarde.

Esses problemas podem ser sobre o sistema músculo-esquelético, uma vez que esse excesso de peso proporcione deformidades nos ombros, quadris, na coluna lombar, desvios posturais, joelhos, tornozelos e assim por diante.

Eu tenho me deparado com essas situações muitas vezes até como médico pediatra, podendo acompanhar crianças. Tenho, inclusive, em mãos, um trabalho importante que foi realizado recentemente pelo serviço de saúde de um posto de saúde anexo ao Colégio Estadual Henrique Veras, na Lagoa, com acompanhamento do serviço de fisioterapia da UDESC, acompanhando crianças de 1ª a 4ª séries desse colégio, onde há um trabalho prático de avaliação das crianças sobre os vários problemas posturais, sobre o sistema músculo-esquelético, das deformidades, dos problemas que são relacionados com a questão do excesso de peso.

Então, esse projeto de lei propõe disciplinar um peso máximo de até 5% do peso corporal na idade pré-escolar e no máximo de 10% na fase do 1º grau.

O excesso de material que possa, então, ficar nas escolas a partir de armários

especiais, onde a coordenação da escola deverá se responsabilizar desse processo.

Entendemos que isso também faz parte de uma conscientização, e as crianças são muito suscetíveis a isso, pois a partir do momento em que proporcionarmos a elas essas informações, essas orientações, elas serão os primeiros agentes que irão fazer com que um projeto de lei como esse, objetivo, possa ser alcançado, além do que os pais também precisam ter a sua devida conscientização.

Então, neste sentido, buscamos o apoio de todos os senhores Deputados, eis que da Secretaria da Educação, que tem a responsabilidade de implementar isso em todo o Estado, depende, necessariamente, também o apoio e a conscientização que podemos criar a partir das crianças, dos pais e de toda a comunidade.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Senhor Presidente, peço a palavra pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Eu gostaria de fazer o encaminhamento favorável a este projeto de lei, até porque há uma polêmica na cidade de Blumenau.

Está tramitando na Câmara de Vereadores de Blumenau (não sei se já foi aprovado) um projeto idêntico a esse, porque tem inclusive pesquisa de que existe alunos que têm que levar, praticamente, todo o seu material para a escola todos os dias, o que chega a dar 10, 12, 13 quilos de material escolar. É um absurdo! Têm professores e escolas exigindo que o aluno leve todo o seu material diariamente, e não há necessidade!

Por isso, acho muito importante esse projeto de lei e quero solicitar aos Companheiros do PFL que o aprovem, porque tenho conhecimento, que os pais estão reclamando, como vizinhos meus. Acho que esse projeto vai fazer justiça, vai fazer com que as crianças evitem um problema de saúde mais grave no futuro. Portanto, o nosso encaminhamento é favorável.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Feito os encaminhamentos, colocamos em votação.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 409/97, de autoria do senhor Deputado Hans Fritsche, que denomina Vereador Paulo Vermoehlen o ginásio de esportes do Município de Braço do Trombudo.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis e da Comissão de Educação, Cultura e Desporto.

Em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Está aprovado.

Para registro em ata, o Deputado Gilson dos Santos, o Deputado Jaime Mantelli, o Deputado João Henrique Blasi e o Deputado Jorginho Mello estão presentes, mas não haviam, no momento da chamada, respondido. Estão presentes e já estão consignadas as suas presenças.

Lembramos aos senhores Líderes, do PPB, Deputado Gilson dos Santos, do PFL, Deputado Wilson Wan-Dall, do PMDB, Deputado João Henrique Blasi, do PT, Deputado Pedro Uczai, do Governo, Deputado Romildo Titon, ao representante do PDT e ao Líder do PSDB da reunião no gabinete da Presidência, logo em seguida, a fim de tratarmos do andamento das sessões.

O Sr. Deputado Volnei Morastoni - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Volnei Morastoni.

O SR. DEPUTADO VOLNEI MORASTONI - Senhor Presidente, eu estou inscrito no horário de Explicação Pessoal, mas quero fazer a minha manifestação aqui neste momento. E daí não há necessidade de me pronunciar a seguir, no horário de Explicação Pessoal.

É que acabamos de realizar uma audiência pública da Comissão de Saúde e Meio Ambiente sobre a situação do Ipesc. Mais uma vez o Ipesc está com atraso de várias parcelas aos prestadores de serviço. Há um indicativo de greve a partir do dia 17, na próxima sexta-feira, de paralisação dos serviços de todos os prestadores de serviços ao Ipesc.

Sem dúvida, isso acarreta um transtorno, uma situação indesejável. Na verdade, representa 10% da população de Santa Catarina. São 450 mil dependentes do Ipesc que nós temos no Estado entre servidores e seus familiares. Nós precisamos envidar, a partir dos encaminhamentos dessa audiência pública, todos os esforços no sentido de evitarmos essa paralisação dos serviços do Ipesc a partir do dia 17.

Nesse sentido a audiência pública propôs trazer aqui ao Plenário, aos senhores Deputados, a seguinte proposta: aproveitando a reunião da Mesa Diretora com os Líderes de Bancada a seguir, poderíamos ter a participação, nessa reunião, dos Deputados da Comissão de Saúde para imediatamente poderem apresentar as propostas, os encaminhamentos dessa audiência pública, no sentido de que esta Casa não vote a partir de agora nenhuma matéria de interesse do Governo enquanto não estiver regularizada a situação de repasses que o Governo deve ao Ipesc - e daí, em seguida, também do Ipesc aos prestadores de serviços.

Da mesma forma, nós precisaríamos de todo o empenho da Presidência desta Casa, da Mesa Diretora da Casa, das Lideranças de Bancada, juntamente com a Comissão de Saúde, de contatos com o Secretário Estadual da Fazenda, para que durante o dia de hoje ou no máximo até amanhã possamos ter uma reunião com o Secretário da Fazenda aqui nesta Casa, na sala da Presidência, ou na Secretaria da Fazenda, porque a Secretaria deve ao Ipesc um valor de R\$8.000.000,00, um valor imediato de R\$8.000.000,00. O repasse desse valor possibilita a regularização das parcelas em atraso do Ipesc para com os prestadores de serviço.

O Ipesc está devendo três parcelas, e no dia de hoje o Ipesc está regularizando uma parcela, pagando a parcela relativa que venceu em 15 de fevereiro.

Então, as parcelas que venceram em 15 de março e 15 de abril totalizam R\$8.000.000,00, exatamente o valor que a Secretaria da Fazenda deve de subsídios ao Ipesc.

Por isso, nós precisaríamos tentar de todas as formas esse contato, essa audiência com o Secretário da Fazenda, intermediado pela Presidência, pelas Lideranças, ainda no dia de hoje ou, no máximo, até amanhã, para evitarmos que na sexta-feira haja a paralisação dos serviços do Ipesc aos usuários do Ipesc, porque isso é uma humilhação para os servidores públicos, para os seus familiares e vai ser uma sobrecarga para o SUS, que já está com problemas.

Então, eu faço um apelo aqui, em nome da audiência pública que acabamos de realizar, para que haja esse empenho, digamos, da Presidência, da Mesa Diretora e das Lideranças de Bancada e que nos concedam agora nessa reunião, então, o espaço para podermos definir melhor esses encaminhamentos aqui.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - A Mesa tomará as providências para o contato com o Secretário da Fazenda.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, é evidente que a proposta do Deputado Volnei Morastoni já é uma repetição daquilo que houve na Assembléia Legislativa no ano passado, em que todas as Bancadas tomaram uma posição de não votar matéria do Governo sem que o Governo saldasse os seus compromissos com a saúde do servidor de Santa Catarina.

Em primeiro lugar, eu quero dizer que é uma proposta de última instância. Isso não é agradável nem para a Assembléia Legislativa e muito menos para o povo de Santa Catarina. Mas, infelizmente, não existe outra saída, porque tudo o que foi combinado, à medida que o tempo passava, foi descumprido pelo próprio Governo. E o que nós queremos do Governo, Deputado Lício Silveira, V.Exa. que participou da reunião da Comissão de Saúde, é que o Governo diga com clareza quando ele pode efetuar os pagamentos para que não chegue daqui a dois ou três meses e volte tudo de novo, a pressionar a Assembléia Legislativa, que, aliás, está com dificuldades imensas e não tem tido, por parte do Governo, uma resposta aos seus pleitos.

Eu entendo que a proposta do Deputado Volnei Morastoni também é por mim e pela nossa Bancada endossada e acho que é importante um histórico dos membros da Comissão de Saúde à Mesa Diretora para que se tome as providências devidas, até porque o que vamos analisar é pauta para votação daqui para a frente.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra, pela ordem, a senhora Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Temos participado ativamente de todo esse debate da questão do Ipesc, e o Deputado Gilson dos Santos já se referiu que é uma situação que vai e vem e continua sempre acontecendo.

Quanto à proposta de que tomemos a mesma iniciativa da última vez, de fazer o bloqueio das votações, eu acho que neste momento se reveste de um caráter mais amplo do que a questão do Ipesc, meramente.

Eu terminei de pedir à minha assessoria para que fizesse o levantamento da convocação do Secretário da Fazenda. Ele foi convocado no dia 10 de março para vir prestar esclarecimentos sobre a questão do 13º salário dos servidores, e foi reconvoado no dia 19 de março para prestar esclarecimentos sobre a questão da Invesc - venda das ações da Casan.

Hoje, numa das convocações já passaram os 30 dias e na outra já estamos próximos de completar os 30 dias.

O argumento de que o Secretário mudou não nos interessa, porque a convocação é feita ao responsável pelo cargo. A convocação é feita ao Secretário da Fazenda e não ao senhor Nelson Wedekin ou ao senhor Marco Aurélio Dutra.

Temos agora, na semana que vem, em pleno feriadão (e o Deputado Lício Silveira já deve ter recebido a cópia do edital de venda de debêntures da Casan), a autorização para a venda de 60 milhões de debêntures da Casan e estamos com a encrência das debêntures da Celesc, já com o problema de juros não pagos, numa proposta de revender aquilo que já foi vendido uma vez.

Então, Presidente, eu queria que pudéssemos trabalhar nessa reunião com os Líderes, com essa questão da proposta de fazermos o bloqueio das votações, não só pela questão do Ipesc, não só, mas, sim, que pudéssemos ter junto com isso essa questão gravíssima, porque ontem à tarde, na sala de imprensa, comentando essa questão da venda das debêntures da Casan com o jornalista Moacir Pereira, ele expôs a seguinte questão: a

Assembléia Legislativa é um Poder impotente. Impotente! Ela não consegue fazer cumprir as suas deliberações e não consegue fazer com que o Executivo se explique, com que o Executivo compareça, com que o Executivo preste contas, minimamente, dos seus atos!

Então, eu gostaria de levantar essa questão (vamos ter em seguida a reunião dos Líderes), porque essa impotência da Assembléia Legislativa está se colocando de forma pública, de forma explícita para a sociedade catarinense.

Então, eu gostaria que nessa questão do bloqueio, principalmente porque temos o projeto de autorização de viagem do Governador, e V.Exa. mesmo, nos jornais hoje, falou uma frase que é uma frase corretíssima: "Quem não cumpre o dever de casa não tem nada que ficar passeando, não tem nada o que falar no outro País, porque não cumpre com as suas obrigações elementares aqui no nosso Estado".

Então, como nós temos esta questão da viagem, que é uma questão importante, não podemos permitir que o Governador viaje sem que o Secretário da Fazenda, que está convocando há mais de 40 dias, venha a esta Casa explicar algumas questões. Não adianta depois do fato estar concretizado vir explicar, depois de vendidas as ações, de vendidas as debêntures. Não adianta vir depois.

Gostaria de colocar esta questão e tenho certeza de que os Líderes dos Partidos vão ter o entendimento que nós estamos tendo, de que este Poder precisa ter, efetivamente, poder, senão, é melhor irmos fazer outras coisas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Fica feito o registro da Deputada Ideli Salvatti para a inclusão na pauta da reunião dos Líderes a discussão da sustação da votação de matérias e da reconvocação do senhor Secretário da Fazenda e outros Secretários que estejam sendo convocados.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Pois não!

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, na semana passada eu levantei uma questão aqui solicitando à Mesa se já tinha alguma posição vinda do Secretário da

Fazenda, mas não fui respondido. E a competência é da Mesa Diretora junto à autoridade que é convocada. Isto é fundamental!

Com referência à colocação da Deputada Ideli Salvatti, faria a seguinte ressalva: são debêntures do Estado garantidas por ação da Casan, a exemplo do que foi feito com a Celesc. O Estado lançou debêntures garantidas pelas ações da Celesc. Agora, deve querer repetir a mesma operação, só que com garantia das ações da Casan, entende?

Então, realmente, são assuntos que têm que ser ponto da pauta. A Deputada Ideli Salvatti tem toda a razão, nós não estamos fazendo nada. E o pior de tudo é que, efetivamente, a nossa competência está em xeque. Realmente precisamos ter algumas medidas que pare com este caos que está ocorrendo.

O Sr. Deputado Lício Silveira - Senhor Presidente, peço a palavra, pela ordem.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Feito o registro do Deputado Gilson dos Santos, concedemos a palavra, pela ordem, ao Deputado Lício Silveira.

Antes, porém, gostaria de dizer que a Mesa Diretora está em contato, através do Deputado Vanderlei Rosso, com o Secretário da Fazenda para agendar a sua vinda aqui e responder como Secretário, substituto que é do anterior Secretário, a estas convocações que foram referidas.

Com a palavra, pela ordem, o Deputado Lício Silveira.

O SR. DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA - O que foi dito aqui é uma realidade. Esta Assembléia não está tendo poder para dar um basta a essas operações que o Governo está fazendo com as empresas estatais. Dois anos e cinco meses atrás, aqui, nós aprovamos a Invesc.

A Invesc, que é a engenharia financeira do século, em dois anos e cinco meses só fez uma operação que rendeu líquido para o Governo do Estado 98 milhões de reais. Custou ao Estado, pelas notícias dos jornais, que nós temos agora praticamente 179 milhões de reais. De que forma? O lastro corrigido hoje, segundo os jornais, vale 142 milhões. Os juros pagos em 96, com o dinheiro das letras, são 17 milhões e mais 25 milhões de juros, que eles não pagaram e estão

sendo forçados pelos debenturistas a fazer o pagamento. Como não tem dinheiro, eles acharam, pelas notícias de jornais, a melhor forma de liquidar a Invesc. Não extinguir, porque extinguir teria que passar por aqui.

Ora, liquidar a operação da Invesc, seria nada mais, nada menos do que pegar lastro da Celesc e investir mais recursos, através do leilão, a terceiros. E o pior de tudo, transferir o controle da empresa para a mão de terceiros sem esta Assembléia saber, porque nós não sabemos o tipo de contrato que estão fazendo.

Desconhecemos esse contrato absurdo que está sendo feito com a Invesc e ao mesmo tempo sendo feito com a Casan, só que de uma forma diferenciada. E a Assembléia está alheia ao processo. Daí a razão do projeto de lei que nós colocamos em regime de urgência, o qual peço à Mesa que venha hoje à tarde a Plenário, para que possamos dar um basta ao Governo que não dá satisfação a esta Casa e que, além de não dar satisfação, pratica atos inadequados contra a população de Santa Catarina.

Esse projeto veda de uma vez por todas qualquer execução de contrato, qualquer assinatura de contrato com essas entidades. E pasmem, senhores Deputados, segundo declaração do próprio Secretário da Fazenda, essas empresas já estão dirigidas.

Esse absurdo todo está acontecendo aos nossos olhos e eu espero que esta Assembléia tome uma atitude de uma vez por todas.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Finda a matéria da Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não há oradores inscritos.

Livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra em Explicação Pessoal, esta Presidência dá conhecimento da pauta da sessão de hoje às 14h: discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 002/96, de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin.

Antes de encerrar a presente sessão convocamos outra, ordinária, para hoje, às 14h.

Está encerrada a presente sessão.

ATA DA 033ª SESSÃO ORDINÁRIA

4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

EM 15 DE ABRIL DE 1998

PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO NEODI SARETTA

Às quatorze horas, achavam-se presentes os seguintes Senhores Deputados: Adelor Vieira - Afonso Spaniol - Carlito Meris - César Souza - Ciro Roza - Eni Voltolini - Francisco Küster - Gelson Sorgato - Gervásio Maciel - Gilmar Knaesel - Gilson dos Santos - Herneus de Nadal - Ideli Salvatti - Idelvino Furlanetto - Ivan Ranzolin - Ivo Konell - João Henrique Blasi - Jorginho Mello - Lício Silveira - Luiz Herbst - Manoel Mota - Miguel Ximenes - Narcizo Parisotto - Neodi Saretta - Norberto Stroisch - Odacir Zonta - Olives Santini - Onofre Santo Agostini - Pedro Bittencourt - Pedro Uczai - Reno Caramori - Sérgio Silva - Udo Wagner - Volnei Morastoni - Wilson Wan-Dall.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao senhor Terceiro Secretário Deputado Afonso Spaniol, Deputado, que proceda à leitura da ata da sessão anterior.

(É lida e aprovada a ata.)

Solicito ao senhor Terceiro Secretário, Deputado Afonso Spaniol, que proceda à leitura do expediente.

O SR. TERCEIRO SECRETÁRIO (Deputado Afonso Spaniol) - O expediente consta do seguinte, senhor Presidente:

PROJETO DE LEI:

- de autoria do senhor Deputado Gilson dos Santos, que denomina Parque Hélio do Amaral Lange, o logradouro público conhecido como Saco da Lama, localizado em Coqueiros, Florianópolis.

PROJETO DE RESOLUÇÃO:

- de autoria do Deputado Adelor Vieira, que institui o serviço Disque-Denúncia, no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

CORRESPONDÊNCIA:

- do senhor Presidente do Joinville Esporte Clube, encaminhando a renovação do reconhecimento do Joinville Esporte Clube como entidade de utilidade pública de acordo com

a Lei Municipal nº 2140.

OFÍCIO Nº:

796/98, do senhor Secretário de Desenvolvimento Rural e da Agricultura, reportando-se ao telefax TE/0156.6/98, que solicita interceder em favor da resolução da questão envolvendo a Chapecó Companhia Industrial de Alimentos.

FAX:

- do comando de greve dos professores da Ufsc, encaminhando um veemente protesto ao volume crescente de assassinatos de homens que estão na luta pela reforma agrária, o direito elementar à terra e ao trabalho.

Era o que constava do expediente, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a leitura do expediente, passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o senhor Deputado Idelvino Furlanetto, a quem concedemos a palavra.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, ontem a Comissão de Agricultura realizou uma audiência pública e acredito que todos os Membros da Comissão e os demais Deputados que estavam presentes puderam identificar um fato que chamou a atenção.

O projeto Pronaf Infra-estrutura, que beneficia 57 Municípios em Santa Catarina, está ameaçado pelo fato de ter havido cortes no Orçamento. E esses cortes no Orçamento me chamaram a atenção. Inclusive o próprio Presidente da República tem desencadeado uma propaganda muito grande em nível de Brasil. Admitiu que o Congresso Nacional avançou no Orçamento do Pronaf Infra-estrutura, um programa específico, através do qual, da forma como se está trabalhando, vai recuperar a infra-estrutura dos Municípios e também dos agricultores, já que a própria agricultura familiar foi esquecida pelos Governos Federal, Estadual e Municipal.

Os Governos Municipais ficaram entusiasmados com um projeto dessa natureza, para ser desenvolvido em quatro anos, com os valores, a fundo perdido, em torno de um milhão de reais.

No início de 1997 era em torno de um milhão de reais, mas ao final deste mesmo ano já não era mais este valor, diminuíu praticamente 40% do Orçamento.

Com essa diminuição - e foi isso que me chamou a atenção -, o programa está ameaçado! O Congresso Nacional, ao fazer as emendas, avançou o sinal; já haviam dado "sinal verde" no sentido da deliberação do projeto, da implantação do projeto, mas tomaram uma parte do bolo.

Consideramos que um milhão de reais é pouco, já que a agricultura está sucateada, houve um esvaziamento rural, as pequenas e médias propriedades foram abandonadas.

O Poder Municipal também está sucateado, quebrado, endividado, sobrecarregado; a máquina está inchada, assim como os agricultores familiares, e o Pronaf Infra-estrutura era uma alternativa para o Município.

Na audiência pública ocorrida no dia de ontem conseguimos alcançar o nosso objetivo. A intervenção feita pelos senhores Deputados foi bem direcionada. Os Deputados Eni Voltolini, Olices Santini, Pedro Bittencourt e outros intervieram no sentido de cobrar respeito ao Orçamento, de que seja cumprido o programa, que não se coloque apenas uma alternativa gerando perspectivas, que realmente seja um projeto concreto.

A forma como está se desenvolvendo este projeto em nível nacional é um desprezo. O Governo Federal, quando admite que os Congressistas avancem o sinal no bolo do Orçamento do Pronaf para Santa Catarina, prejudica o programa.

O Conselho Municipal de Agricultura, o Sindicato dos Trabalhadores e as pequenas cooperativas dos Municípios fizeram um planejamento, levantaram todas as necessidades e definiram as prioridades, mas depois de definirem quais as prioridades, acontece o corte no Orçamento.

De início, era um projeto de 250 mil reais, que daria em torno de um milhão de reais por Município em quatro anos. Depois, caiu para 220 e, numa terceira reunião, diminuiu para 170 ou 180 mil reais.

E agora, no início de 1998, os Municípios que foram selecionados, que foram colocados com critérios, com levantamentos, com dados... A partir disso, identificaram mais vinte e seis Municípios. No início era um

projeto de trinta e um Municípios, depois colocaram mais vinte e seis, e agora, ao todo, são cinquenta e sete Municípios.

Estes cinquenta e sete Municípios passaram a desenvolver um projeto para recuperar a sua infra-estrutura e a dos próprios agricultores. Agora, com a surpresa da diminuição, poderão chegar em torno de 96 a 90 mil reais por ano para cada Município.

Daremos sequência à audiência pública realizada ontem. Pretendemos realizar uma reunião nas próximas semanas, estamos dependendo apenas da agenda do Fórum Catarinense.

Foi muito importante a reunião realizada ontem. Convocamos cinquenta e sete Municípios e contamos com a presença de trinta e cinco Prefeitos, de conselhos municipais e de Secretários de Agricultura. Enfim, foi uma grande reunião, com o objetivo concreto de garantir o Orçamento do Pronaf Infra-estrutura para todos os cinquenta e sete Municípios.

Queremos agora dar continuidade a isso, para tanto, esperamos a confirmação do Fórum Catarinense para que possamos, nas próximas semanas, realizar esta importante reunião na Comissão de Agricultura para garantir o Orçamento do Pronaf Infra-estrutura.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - O próximo orador inscrito é o Deputado Afonso Spaniol, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIO - Senhor Presidente e senhores Deputados, na esteira do pronunciamento do Deputado Idelvino, tenho engasgado um problema e por isso fiz, por escrito, um pronunciamento com relação à nossa falida agricultura do Oeste catarinense.

(Passa a ler)

"Há muito tempo, aqui deste Parlamento, estamos fazendo um alerta. Há muitos anos, por inúmeras vezes desta tribuna, pronunciávamos um triste destino ao povo do nosso Oeste catarinense, caso o Governo não tratasse essa questão com seriedade, com justiça. Cansamos de alertar que a agricultura precisa de incentivos, que o nosso pequeno agricultor necessita de ajuda, de assistência, de recursos.

Hoje, infelizmente, pela indiferença do Governo ao nosso grito de alerta, há pavor, medo, total ausência de perspectivas; a desolação instalou-se nas famílias dos oesteiros. É duro dizer isso, mas o chamado Celeiro do Estado, a região dos cereais, das agroindústrias, o outrora promissor Oeste catarinense, está com seus dias contados.

Senhores Deputados, é sofrido ver, constatar que o Celeiro está se transformando num campo abandonado; que os integrados das agroindústrias estão sendo reféns de uma globalização devoradora, reféns de um neoliberalismo voraz, destruidor.

O pequeno agricultor de subsistência, trabalhador esforçado, calejado, está sem forças até para ter esperanças, muito menos para reagir. A dor da sua indignação, a dor da sua humilhação já lhe corroeu todos os músculos, já lhe sugou todo sangue da resistência, não consegue mais lutar, nem mesmo acreditar em coisa alguma.

As famílias dos integrados das agroindústrias vivem assustadas, estressadas, bem perto da ruína, da desesperança. As próprias agroindústrias estão seminocauteadas, torpedeadas com a política, ou melhor, com a antipolítica econômica do Governo. Sobressaltadas com importações sem

critérios, com juros altos, dia-a-dia colocam na amargura do desemprego mais e mais trabalhadores oestinos.

Usando termos mais radicais, mas não menos reais, poderíamos dizer que estão transformando nosso querido Oeste catarinense num grande prostíbulo. É a dura verdade. Outro dia um jornal regional circulava com a seguinte manchete: 'Na cidade de Concórdia surge, em média, um prostíbulo novo por dia'. E a situação não é diferente em Chapecó, São Miguel do Oeste, Xanxerê, Joaçaba e outras cidades.

O que antes era uma promessa de desenvolvimento, com os cinco dedos da mão, símbolo da vergonhosa campanha de FHC, hoje se transformou em pesadelo. Só do Município de Romelândia há três mil jovens em São Paulo, fazendo Deus sabe o quê.

Toda semana, em quase todos os Municípios, dezenas de famílias se mudam, nem elas sabem ao certo para onde, muito menos o que fazer, mas vão embora, pois conforme dizem: 'em qualquer outro lugar, até mesmo no inferno, a humilhação e o sofrimento não devem ser tanto quanto aqui'. E assim, comunidades inteiras vão virando grandes poteiros, campos de capins e capoeirão.

Os que ficam em suas propriedades, pagando para trabalhar, empobrecem, ficam doentes, envelhecem precocemente. E os que vão embora, criando favelas nos centros urbanos, alguns conseguem um subemprego, outros se marginalizam, e ainda outros tantos são obrigados a se prostituir ou roubar para matar a fome dos seus filhos.

O Estado, o Governo, está brutalizando o coração das pessoas. O Governo está fazendo com que homens e mulheres não encontrem mais ânimo e nem sentido para viver. O Governo, com sua política destruidora, está embrutecendo o convívio das famílias, está conseguindo fazer com que as pessoas percam a noção dos valores; o povo humilhado está percebendo que pouco vale cultivar os bons valores.

O Governo já radicalizou, sistematicamente vem dizendo 'não' a todos os apelos que são feitos. Por que o sofrido agricultor não pode radicalizar? Acho que está mais do que na hora de tomar atitudes radicais, duras, drásticas para salvar o que ainda resta da nossa pequena agricultura.

O que é mais radical? Ir se prostituir, assaltar e se marginalizar nas cidades ou invadir todos os órgãos do Governo Federal aqui no Estado, numa última tentativa de sensibilizar o Governo, para socorrer a agricultura?

O que é mais radical? Criar fatos fortes, duros, que chamem atenção, que perturbem a indiferença do Estado agora, ou criar mais violência, insegurança, páginas e páginas de fatos policiais nas cidades amanhã? O que é mais radical?

Esta, infelizmente, é a radiografia real do nosso Oeste catarinense. Um Estado que governa para os banqueiros, que entrega o patrimônio do povo para o grande capital, para os investidores internacionais, transforma um povo cheio de esperança num povo nômade, migrante, num povo sem futuro.

Um Governo que tem mais de 30 bilhões de reais para socorrer bancos privados não tem 50 milhões de reais para salvar o pequeno agricultor (como fizemos e aprovamos um requerimento nesta Casa já por duas vezes) e ainda corta milhões de reais do Pronaf, que também seria uma forma de amenizar a situação.

Sei que pouco adianta fazer mais este discurso, senhores Deputados, ou ainda

outros tantos, pouco adianta aprovarmos aqui indicações, moções para mofarem na gaveta do assessor do Chefe do Ministro, mas que a nossa voz, que clama por aqueles que já não têm mais voz, encontre eco. Que todos aqueles que conhecem o Oeste catarinense, como nós o conhecemos, levantem também o seu clamor e que possamos, juntos, gritar bem alto e forte que se faça justiça, que se salve a pequena agricultura de Santa Catarina.

Nenhum Município sozinho, nenhum Partido sozinho, nenhuma liderança sozinha vai conseguir mexer com a insensibilidade dos Governos Federal e Estadual, é preciso a união de todos que sentem, como nós, que a situação está insuportável, que o perigo do caos geral está bem próximo. E o caso requer urgência, muita urgência!

Sindicatos, cooperativas, Prefeituras, Deputados, todas as associações envolvidas com a agricultura têm que reagir enquanto é tempo. Vamos a Brasília, vamos acampar no Palácio do Presidente, ou vamos intimar o nosso Governante maior a vir até aqui, enfim, vamos agir com vigor, com toda força, porque a situação está grave.

Senhores Deputados, se esperarmos, daqui a pouco não haverá mais propriedade alguma, nem empresa alguma. Os Municípios irão falir e aí será tarde. Repito, o nosso pequeno agricultor precisa de ajuda, de recursos enquanto é tempo. Se esperarmos mais um pouco poderá ser tarde."

Não estou aqui concitando para a violência, mas a violência já está instalada no Oeste. Então, é preciso reagir com medidas duras, na minha opinião.

Muito obrigado, senhores Deputados!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Gervásio Maciel) - Não havendo mais oradores inscritos em Breves Comunicações, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quarta-feira, os primeiros minutos são destinados ao PMDB.

(Pausa)

Não havendo interesse dos integrantes do PMDB em fazer uso da palavra, passaremos ao horário do PT.

(Pausa)

Não havendo interesse dos integrantes do PT em fazer uso da palavra, passaremos ao horário do PDT.

Com a palavra o senhor Deputado Afonso Spaniol, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Senhor Presidente e senhores Deputados, desta vez vou abordar um outro assunto, as eleições que estão se avizinhand.

Falta pouco menos de seis meses para as eleições, dia 04 de outubro deste ano.

Queira Deus que esta seja uma eleição guiada mais pela consciência do eleitor do que por qualquer outro argumento.

Que a consciência, o bom senso, o conhecimento, o trabalho e a vida do candidato falem mais alto do que o poder econômico, do que qualquer outra coisa que nós abominamos na política.

Preciso, aqui, também, senhor Presidente e senhores Deputados, fazer uma denúncia, relatar um caso que está ocorrendo enquanto é tempo.

Nós, que somos candidato à reeleição pelo Oeste catarinense, pelo Extremo Oeste, na nossa última viagem já havíamos tido notícias deste caso.

Constatamos, "in loco", senhores Deputados, que um pré-candidato do PPB, de sobrenome Dreher, da empresa Kolbach, de Jaraguá do Sul, já percorreu pequenos Municípios do nosso Extremo Oeste catarinense oferecendo

altas quantias em dinheiro, aliciando lideranças, cooptando, e, para sermos bem claros, tentando comprar cabos eleitorais na base do dinheiro.

Sabemos que este senhor Dreher já passou em Iporã do Oeste, em Mondai, em Riqueza, em Guatambu, e em outros Municípios, e pelas informações que nos foram passadas, oferecendo, para algumas lideranças, 20 mil reais, 50 mil reais e, em alguns casos, até 100 mil reais.

Isto é uma vergonha, como diria certo jornalista, isto é um absurdo!

Não podemos admitir, não podemos nos calar, faltando seis meses apenas para a eleição, que um candidato saia de uma região, embora estejamos vivendo uma democracia, onde todos têm o direito de disputar o voto, de percorrer o Estado, para aliciar lideranças à base do dinheiro, à base do poder econômico.

Esta é uma denúncia que queremos fazer. E, se preciso for, poderemos até trazer aqui as pessoas que nos passaram estas informações. É triste!

Até sei que pessoas do PPB não devem concordar com esse tipo de atitude, que coloca o poder econômico acima das credenciais, dos referenciais, da postura.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - V.Exa. me concede uma aparte?

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Pois não!

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - No jornal A Notícia de hoje há uma denúncia formulada pelo PPB de Caçador contra determinados pré-candidatos, como disse V.Exa. E o Juiz de Caçador tomou uma medida dura, pesadíssima, multando cada carro que tinha o adesivo em vinte mil Ufirs, aproximadamente 20 mil reais. Na reportagem consta que o Tribunal Regional Eleitoral será duro, pesado no encaminhamento dessas eleições.

Quanto a esse fato que V.Exa. levanta, é público e notório, todo mundo comenta sobre esse cidadão. Então, como sugestão, por que V.Exa. não entra com uma denúncia no Tribunal Regional Eleitoral? Temos certeza absoluta que a Justiça irá tomar providências. Inclusive, há pouco, conversávamos com um funcionário aqui da Assembléia que nos reafirmava o que esse cidadão está fazendo.

V.Exa. deveria fazer a denúncia por escrito, que o Tribunal haverá de tomar providências.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOI - Deputado Onofre Santo Agostini, eu agradeço o aparte e a sugestão de V.Exa. Irei consultar a nossa assessoria jurídica para formalizar essa denúncia ao TRE.

Era isso o que tínhamos para falar, senhor Presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos dezesseis minutos pertencem ao PPB.

Com a palavra o senhor Deputado Olices Santini.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Senhor Presidente e senhores Deputados, o ilustre Deputado Afonso Spaniol nos trouxe na tarde de hoje dois assuntos que consideramos de muita relevância, de muita importância.

Quero, de forma muito breve, referir-me, Deputado Afonso Spaniol, ao último assunto que V.Exa. colocou aqui, sobre um pré-candidato do PPB da região Norte, o qual V.Exa. citou até nome e sobrenome, que vem desenvolvendo algumas atitudes não muito éticas, ou nada ética, em termos de postulante a uma candidatura de Deputado Estadual.

Gostaria de dizer a V.Exa. que nós, do PPB, ainda não temos conhecimento detalhado dessas atitudes. Pelas informações preliminares que dispomos, ele está postulando a possibilidade de uma candidatura visitando alguns Municípios. O Partido ainda não fez a sua convenção, portanto, ainda não tem uma candidatura legitimada nesse sentido.

Também gostaria de dizer que o nosso Partido, o PPB, como é conhecido pela sociedade catarinense, é um Partido pobre, não tem em suas fileiras grandes grupos de empresários. As empresas maiores, em todas as cidades, não são vinculadas ao nosso Partido. E essa não é a nossa prática.

Todos os Deputados do PPB, que estão aqui na Assembléia Legislativa, e V.Exa. conhece muito bem, como todos os outros senhores Deputados, são Deputados de posses escassas, que fizeram suas campanhas com muita dificuldade, sem grandes estruturas nas mãos, foram campanhas principalmente em cima de um trabalho político, defendendo algumas idéias, algumas bandeiras junto à comunidade catarinense.

Este, parece-me, é o quadro de todos os Deputados do PPB na Assembléia Legislativa. É uma pena que o nosso Presidente, Deputado Leodegar Tiscoski, e o nosso Líder, Deputado Gilson dos Santos, não estejam presentes, mas tenho certeza que a opinião é unânime, pois este é o comportamento da Bancada do PPB. Não aprovamos isso, não fazemos política assim. Política se faz com idéias, defendendo pontos de vista, pregando a filosofia básica do Partido. Talvez o nosso Partido até não tenha feito um número maior de prefeituras nas últimas eleições em função da deficiência de recursos que sempre tivemos.

O nosso Partido não prega isso, nobre Deputado. Inclusive conversamos com o Deputado Eni Voltolini e vamos levar esse fato ao conhecimento do nosso Presidente, para que seja averiguado com maior profundidade. E se isso realmente for confirmado, seremos parceiros de V.Exa. nesse processo.

A segunda questão que gostaria de colocar é com relação ao primeiro assunto que o Deputado Afonso Spaniol nos colocou nesta tarde, sobre a agricultura catarinense, principalmente a do Oeste e do Meio-Oeste de Santa Catarina.

Achamos até, Deputado Afonso Spaniol, que o seu pincel hoje agiu com muita firmeza, com um pouco mais de tinta que nas vezes anteriores.

A agricultura do Oeste vive o período mais crítico da sua história. Foi totalmente abandonada pelo Governo Federal e pelo Governo do Estado.

O Deputado Idelvino Furlanetto se referiu há pouco sobre a audiência pública que realizamos ontem para discutir o Pronaf Investimento.

Tive a oportunidade, assim como outros Deputados, de me pronunciar. Todos concordam que este programa foi feito muito mais para criar uma imagem positiva do Governo do que para auxiliar a nossa pequena agricultura.

Os cortes que foram feitos no Congresso, Deputado Idelvino Furlanetto, são culpa talvez não do Governo Federal, mas dos próprios Deputados que lá estão, que não têm a devida sensibilidade de entender o drama, o problema da pequena propriedade do Rio Grande do Sul, do Paraná e do nosso Estado.

Deputado Afonso Spaniol, tenho certeza que V.Exa. está muito preocupado, talvez até traumatizado pelo quadro que tem presenciado na região. V.Exa. pregou ou defendeu aqui talvez até

algumas teses de rebelião, mas, no nosso ponto de vista, não é esse o caminho, até porque, se fizermos isso na região Oeste, estaremos brigando entre irmãos, porque a culpa não está lá, não está no nosso agricultor, a não ser nas estruturas organizadas do Oeste, mas está principalmente no Governo do Estado de Santa Catarina, que não tem se pronunciado a respeito do assunto, tem feito de conta que não tem nada a ver com isso.

Um papel que julgamos fundamental é o de conscientizar o Governo do Estado e o Governo Federal a tomar alguma medida para socorrer a situação, principalmente aqui no nosso Estado, que está em estado de falência, sem dúvida nenhuma.

O Governo Federal, com absoluta consciência, tem dito que a agricultura tem que se sacrificar mais em função do Plano Real.

O Presidente da República disse, na posse do Presidente do CNA, que compreendia que a agricultura tinha sido sacrificada em função do Plano Real, mas pedia ainda mais sacrifício para que pudéssemos virar o ano mantendo o Plano Real na sua estabilidade.

Então, esse é o papel, parece-me, que temos que fazer junto com os nossos sindicatos, com as cooperativas e até com as empresas ligadas à agricultura, porque na verdade é um conjunto.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Nobre Deputado, V.Exa. tem razão, no meu pronunciamento carreguei um pouco mais nas minhas palavras do que me é usual. No entanto, não preguei, como V.Exa. falou, rebelião ou coisa semelhante.

O que acho é que com apenas tratativas, enviando requerimentos, fazendo reuniões, não se resolve o problema. Na minha opinião, tem que ser criado um fato, mesmo que seja duro, que sensibilize, porque com diálogos já estamos cansados de tentar sensibilizar o Governo Federal.

Meu intuito neste pronunciamento é de que será necessário usarmos talvez uma forma um pouco mais radical, que chame a atenção das autoridades federais para que se sensibilizem.

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Caro Colega, talvez eu não tenha compreendido bem V.Exa., mas acho que algumas atitudes extremas não trarão nenhum resultado positivo.

Temos que acionar com mais intensidade os nossos Deputados Federais e Senadores de todos os Partidos para que tenhamos, no mínimo, uma posição do Governo Federal frente a este grave problema.

Aqui no Estado, volto a repetir, as questões da agricultura têm passado à margem deste Governo. Está aqui o Deputado Gelson Sorgato que nos honrou como Secretário da Agricultura, que talvez não tenha conseguido mexer com o setor como gostaria, talvez até por não ter sensibilizado o seu Governador.

A situação é tão grave que merecia, merece e precisa de uma ação mais incisiva deste Governo.

Disse ao Deputado Afonso Spaniol que as atitudes extremistas não levam a resultado nenhum porque tenho presenciado algumas aqui no Estado de Santa Catarina. Em Campos Novos, por exemplo, agricultores invadiram a Prefeitura, depredaram o patrimônio público, invadiram propriedade privada por duas vezes, foram retirados e não tivemos nenhum resultado positivo.

Nós, como políticos, temos a obrigação de discutir, avaliar e tentar encaminhar algumas soluções. O nosso caminho é a tribuna, a imprensa e, principalmente, as gestões junto aos órgãos responsáveis pela condução da política agrícola, tanto em nível de Estado como em nível Federal.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Pois não!

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Caro Deputado, estamos "carecas" de ouvir, com a abertura do mercado, a situação do pequeno produtor. V.Exa., que passou pela presidência da Cidasc, tinha os seus dados, o Governador atual tem os dados dele, assim como tem a Secretaria da Agricultura. Vou citar um exemplo: o Governo anterior aplicou em microbacias, no Programa de Microbacias do Bird, 21 milhões e o Governo atual vai ter que aplicar 50 milhões. Então, se pegarmos os dados do que um Governo fez e compararmos com os dados do outro Governo, teremos os comparativos.

Temos que lutar mesmo é para que o Governo Federal... Esperamos que o Ministro Francisco Turra, do PTB, possa aumentar a produtividade, gerar empregos.

A discussão é válida, temos que continuar porque aqui é o fórum adequado. Se não participarmos, com certeza teremos a metade dos produtores daqui a dois ou três anos. Esse é um modelo que vem se exaurindo em todo o Brasil e em outros países.

Para preservar esse modelo catarinense só com muitos recursos. O Governo Federal não repassa um centavo sequer para a extensão, para a pesquisa. Portanto, temos que cobrar!

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Agradeço, Deputado Gelson Sorgato.

Concordo que a ação deve ser conjunta de todos os Partidos. Nós temos que pressionar o Governo Federal, que não tem agido aqui.

Se o Governo do Estado aplicou 50 milhões de reais no Programa de Microbacias em quatro anos, na média de 12 milhões e 500 mil reais por ano, não é uma coisa que resolve o problema da agricultura catarinense, V.Exa. tem consciência disso, eu me refiro ao abandono que tem vivido a pequena propriedade.

Eu nunca vi o Governador, num discurso, dizer que estava preocupado com o pequeno agricultor. Ainda desejo, se tiver oportunidade, no fim do Governo dele, ouvir um pronunciamento com relação a esse assunto, que, no mínimo, manifeste a sua preocupação.

Ainda ontem estive com o Prefeito de Pinheiro Preto, que não é do meu Partido, que me relatou que os agricultores que produzem frutas naquele Município perderam 40% da sua safra num único dia. Eles não tiveram nenhum apoio do Governo do Estado, pelo que me disse o Prefeito.

Hoje, estive no Besc, que está cobrando judicialmente os agricultores que não conseguiram pagar os seus empréstimos em tempo hábil. Esperava pelo menos esta solidariedade por parte do Governo do Estado aos pequenos agricultores.

Não vou negar que V.Exa. se esforçou na Secretaria da Agricultura, mas o comandante geral do Governo é o Governador do Estado, de quem não ouvi posicionamento algum, qualquer demonstração de preocupação com o Estado de Santa Catarina.

Estive em Águas Frias, onde o Governo é do PMDB, e o Prefeito me colocou que não recebeu auxílio para a pequena propriedade.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado, se V.Exa. quiser se informar, ações da Secretaria da Agricultura aconteceram naquele Município, que tem coligação com o PPB. Houve ações - podemos citar que fizemos ações no Município do Deputado Odacir Zonta -, e sem distinção. Às vezes, V.Exa. não tem conhecimento das ações do Governo do Estado porque não participa das solenidades!

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Solenidade quem faz é o Governo. Nós vamos ouvir a comunidade. Isso foi o que ouvi lá em Águas Frias, como ouvi em Modelo, que também é do PMDB!

Deputado Gelson Sorgato, até acho válido fazermos os comparativos, termos todos os dados estatísticos para fazer os comparativos, agora o que quero dizer é...

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Eu vou trazer os relatórios dos dois Municípios que receberam da Secretaria os benefícios!

O SR. DEPUTADO OLICES SANTINI - Perfeito! Iremos comparar se frente ao problema o benefício doado realmente foi expressivo!

Eram estas as nossas colocações, senhor Presidente e senhores Deputados

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos pertencem ao PFL.

Com a palavra o Deputado Wilson Wan-Dall, por até nove minutos.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero fazer um pequeno registro na tarde de hoje da presença do Padre Geraldo, da cidade de Blumenau, do senhor Orlando Oliveira, bem como do Tenente Cunha, sogro de Dalírio Beber, que foi candidato a Prefeito de Blumenau.

A comitiva, juntamente com este Deputado, fez uma visita à Secretaria de Estado da Educação, que nos recebeu muito bem. Até fiz esta visita como Líder do PFL, porque a Secretaria assumiu há poucos dias.

Nós fomos reivindicar, junto à Secretaria de Estado de Educação, uma pendência do Colégio Governador Celso Ramos, de Blumenau. Este colégio é do Estado, mas as instalações são da Mitra Diocesana.

O aluguel, pago pelo Estado para aquela instituição, está pendente. No mês de maio completa um ano que o aluguel não é pago. A Secretaria deixou bem claro que dará prioridade para esta instituição, até porque a própria comunidade do bairro Garcia e a diretoria da igreja estão envolvidas na construção, já iniciada, de um centro de convivência para os idosos.

Ela tem na sua missão - sempre lutou como Vereadora em Itajaí - defender esta categoria que muito trabalhou e que se aposentou com uma migalha. Ela mostra que tem interesse de ajudar a terceira idade.

Não gostaria de chamar de terceira idade, mas, sim, de pessoas valorosas, que já prestaram um grande serviço à nossa sociedade. Essas pessoas, no fim de sua vida, precisam de um atendimento mais digno, mais humano.

Por isso, gostaria de cumprimentar o Padre Geraldo, o senhor Orlando e o Tenente Cunha, que estão hoje aqui em Florianópolis para reivindicar não coisas para eles, mas, sim, para a comunidade.

Era esse o registro que gostaria de fazer em nome da Bancada do PFL.

O resto do tempo que nos resta, senhor Presidente, vamos deixar para o Deputado Adelor Vieira.

Muito Obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Com a palavra o Deputado Adelor Vieira, por até seis minutos.

O SR. DEPUTADO ADELOR VIEIRA - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero, nesses minutos que restam para o PFL, trazer a informação de que demos entrada neste dia, conforme previamente já havíamos anunciado, no Projeto de Resolução que institui o serviço Disque-Denúncia no âmbito do Poder Legislativo do Estado de Santa Catarina.

(Passa a ler)

"Fazendo valer a competência desta Assembléia Legislativa quanto à fiscalização e controle dos atos administrativos, sobejamente definida na Constituição do Estado e no art.26 do Regimento Interno da Casa, propomos a instituição do Disque-Denúncia na esfera deste Poder, o qual será desenvolvido sob a coordenação da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa.

Este serviço consistirá na coleta de denúncias oferecidas pela sociedade, através da utilização de linha telefônica e endereço eletrônico exclusivos, colocados à sua disposição.

A sistemática a ser adotada na implantação do Disque-Denúncia observará, fundamentalmente, a celeridade do encaminhamento das respectivas denúncias e a sua execução respeitará a estrutura funcional e logística da Comissão.

A nossa proposta, como enfatizamos no início, vem ao encontro da atividade-fim do Poder Legislativo, mormente pela sua atribuição de fiscalizar a eficácia legislativa, de supervisionar a administração e pelo compromisso diuturno de dar retorno à opinião pública, em autêntica prestação de contas de sua atuação.

Nesse contexto, situamos o Disque-Denúncia. E a disposição desta Casa em recepcionar a reclamação popular ensejará, a curto prazo, uma nova imagem do Legislativo e, aliada à prática já existente, temos convicção de que esta Assembléia Legislativa, em perfeita consonância aos princípios constitucionais, patrocinará uma verdadeira interação entre os cidadãos catarinenses e o seu Poder Legislativo Estadual."

Portanto, pelo nosso projeto de resolução, fica implantado, se aprovado nesta Casa, na Assembléia Legislativa, o Disque-Denúncia.

A Mesa Diretora da Assembléia Legislativa é quem destinará uma linha telefônica do tipo 0800 e o endereço eletrônico exclusivo para esse serviço e para as ligações que serão gratuitas.

Essas denúncias serão coletadas pelo serviço e serão cadastradas registrando o dia e a hora da chamada, cujas informações deverão constar de um relatório a ser analisado pela Comissão de Fiscalização e Controle desta Casa.

Será também, senhor Presidente e senhores Deputados, assegurado o registro da denúncia sempre que houver identificação de denunciante, garantindo-se, no entanto, a preservação da sua fonte.

Nós entendemos que, dentro de noventa dias, a Mesa Diretora da Assembléia Legislativa terá condições de regulamentar o que não consta do projeto de resolução, para que cumpra o que se pretende com o nosso projeto de resolução.

Nós entendemos que com mais esse instrumento esta Casa realmente cumpra o seu papel como uma caixa de ressonância de

poder recepcionar esse tipo de ação ou de reação da sociedade catarinense.

Por último, senhor Presidente e senhores Deputados, queremos fazer o registro de que recebemos um expediente da Associação das Entidades Filantrópicas do Estado de Santa Catarina sobre a triste situação em que se encontram essas entidades.

Elas estão sem receber o objeto dos seus convênios relativos aos meses de janeiro, de fevereiro, de março e de abril. E como se isso não bastasse, nem sequer os convênios estão firmados.

Eu pergunto: como ficam essas entidades que assumiram compromissos com os pais de centenas, de milhares de crianças para atendimento nas creches, nos orfanatos? Como darão cobertura a esse tipo de atendimento? São cento e vinte e cinco creches mantidas por essas instituições financeiras que trabalham com amor e por amor. E ainda, quanto a infima, a tão pequena ajuda financeira que sempre recebiam do Governo do Estado, agora estão na pendência, estão sem receber já há quatro meses.

Essas cento e vinte e cinco entidades assistem hoje a cerca de dezenove mil crianças, sendo a maioria delas de três a seis anos de idade.

Portanto, é inadmissível essa falta de responsabilidade, de sensibilidade para com essas dezenove mil crianças. Só falta agora dentro de mais alguns dias essas creches encerrarem as suas atividades, fecharem as portas e mandarem, quem sabe, essas crianças nas portas dos órgãos governamentais, porque não há mais o que apelar, não há mais o que insistir. Está havendo uma insensibilidade e por que não dizer uma falta de responsabilidade.

Oxalá o apelo insistente das entidades filantrópicas possa chegar, através dos senhores Deputados que aqui representam o Governo que aí está, aos ouvidos do senhor Governador, dos senhores Secretários que atendem a respectivas áreas, a fim de que soltem esse compromisso social com a sociedade catarinense.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Restam ainda 24 minutos do horário dos Partidos Políticos. Faremos a redistribuição deste tempo. A primeira redistribuição é destinada ao PMDB, por até cinco minutos.

Consulto os senhores Deputados do PMDB se desejam fazer uso do horário.

(Pausa)

Não havendo interesse da Bancada do PMDB em fazer uso da palavra, passaremos ao horário do PT.

Com a palavra o senhor Deputado Idelvino Furlanetto.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu acho que depois da minha intervenção o Deputado Gelson Sorgato vai ter interesse de falar.

Eu observei que o Deputado Gelson Sorgato, que apartou o Deputado Olices Santini, retorna para a Assembléia para faltar com a verdade.

Com relação às microbacias, o Governo do Estado deixou vencer projetos e não aplicou 17 milhões de reais. Não aplicou por incompetência! Por isso o Deputado vai ter logo interesse de falar.

Outro ponto que o Deputado Gelson Sorgato volta aqui para faltar com a verdade é que o Governo do Estado não recebeu nenhuma ajuda do Governo Federal.

O Dr. Murilo Flores ontem, na audiência pública, colocou bem claro, à luz das luzes e à luz do sol, que o Pronaf planejado, orçado... Temos aqui em mãos: "Proposta orçamentária e aprovada pelo Governo Federal para o Estado de Santa Catarina." Orçada: 15 milhões de reais; transferência para o Estado: 2 milhões e 900 mil reais. Aprovada: dos 15 milhões de reais caiu para 11 milhões e 500 mil reais; para transferência para o Estado continuou os 2 milhões, 982 mil e 352 reais.

Foi com esse dinheiro, imagino, que o Governo do Estado comprou os carros para a Epagri, porque está escrito na porta: Convênio Pronaf.

Quer dizer, o Governo defendeu a manutenção. O Governo do Estado, na época, Deputado Gelson Sorgato, no mínimo, juntamente com o Conselho Estadual do Pronaf, defendeu com unhas e dentes que não fosse cortada a transferência para o Estado e aceitou os cortes para os Municípios.

Duas inverdades que S.Exa. coloca no dia 15 de abril de 1998!

Deputado Gelson Sorgato, gostaria de ouvi-lo para que possa desmentir essas duas inverdades.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Idelvino Furlanetto, em aparte ao Deputado Olices Santini falei que o Ministério da Agricultura não repassa recursos para pesquisa, para manutenção da extensão. Não falei em investimento, senhor Deputado, por isso, não falei inverdades! V.Exa. não prestou atenção no que eu falei!

Quanto à segunda questão, se houve investimento em compra de carros, este Deputado e ex-Secretário (e V.Exa. é membro do Conselho Estadual) vai lhe trazer os documentos. Eu gostaria que V.Exa. ouvisse...

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Não precisa...

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Eu nunca pedi! Nunca foi cortado um centavo dos Municípios! Não tem nada a ver a compra dos carros, que é para assistência!

Se V.Exa. me mostrar um documento que prove isso, realmente V.Exa. tem toda a razão. Mas eu quero que V.Exa. traga um documento, que diga que houve corte por este Deputado, que foi Secretário de Estado. Isso é o que eu quero que V.Exa. prove.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - V.Exa. quer audiência pública aqui, de novo, para aprovar tudo novamente?

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Olha, Deputado Idelvino Furlanetto, não precisa audiência pública, V.Exa. tem o Plenário, portanto, use a tribuna e traga documentos para comprovar.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Deputado Gelson Sorgato, eu tinha prometido desmenti-lo completamente, inclusive toda a demagogia que V.Exa. fez com o dinheiro do Pronaf, com o dinheiro do Programa Nacional para a Agricultura Familiar, quando lá no Município compravam trator, retroescavadeira, e lá aparecia toda a turma da Secretaria da Agricultura para dizer como o Estado de Santa Catarina tinha conseguido aquela máquina.

Olha, Deputado, vamos criar vergonha na cara, porque usar o dinheiro do Pronaf, usar o dinheiro para fortalecer a agricultura familiar para fazer demagogia, é algo que não aceitamos. Se V.Exa. quiser, trago pacotes de recortes de jornais com a sua pessoa. Vamos parar de mentir para este Estado. Nós precisamos de políticos sérios, coerentes.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Idelvino Furlanetto, V.Exa. está apavorado.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Apavorado deve estar este Governo e V.Exa., pois que enquanto Secretário não teve a capacidade de implantar o seguro agrícola e vem aqui fazer discurso demagógico, enganoso. E tem mais uma que vou lhe apresentar. Aliás, são três, fora as outras que nós vamos puxar durante os debates neste Plenário.

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - Deputado Idelvino Furlanetto, gostaria que V.Exa. fizesse o levantamento das Prefeituras do PT, quanto eles aplicam na Prefeitura e quanto a Secretaria de Agricultura repassou. Gostaria que V.Exa., depois, me trouxesse esse levantamento.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - Deputado Gelson Sorgato, V.Exa. usa mais uma vez de demagogia. Não repassam o dinheiro, fazem cortes, e a mesma coisa acontece com o repasse aqui, para a Assembléia, a mesma coisa. Será que não é uma perseguição?

O Sr. Deputado Gelson Sorgato - A estrutura da Assembléia tinha 3,5% e mantinha os gabinetes dos Deputados, hoje tem 3,6% e quem paga a conta são os Deputados.

O SR. DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO - V.Exa. vai ter muito para explicar sobre as demagogias que a Secretaria da Agricultura esteve fazendo durante sua gestão.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PDT.

(Pausa)

Não havendo interesse do PDT, o próximo horário pertence ao PPB.

Com a palavra o Deputado Udo Wagner por 5 minutos.

O SR. DEPUTADO UDO WAGNER - Senhor Presidente e senhores Deputados, o que me traz à tribuna hoje é o anúncio de que estou encaminhando, a partir de hoje, um projeto de lei tornando obrigatório o uso de farol baixo aceso, nos veículos automotores em trânsito, nas rodovias estaduais de Santa Catarina.

O projeto visa, no art. 1º, a obrigatoriedade do uso de farol baixo aceso nos veículos automotores, de qualquer categoria, em rodovias estaduais de Santa Catarina.

O órgão estadual competente colocará ao longo das rodovias estaduais do Estado de Santa Catarina placas de advertência aos motoristas sobre a obrigatoriedade estabelecida.

Após três anos de vigência, irá se fazer uma verificação da eficiência dessa medida.

Gostaríamos de alertar e comunicar aos senhores Deputados que esse projeto de lei é baseado naquilo que já funciona com eficiência no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais. Nós temos dados concretos de que a incidência de colisões nesses dois Estados diminuiu em até 30% por causa dessa medida adotada nesses Estados.

Nós também fizemos uma pesquisa ampla com relação a essa medida implantada em vários países como na Europa e nos Estados Unidos. A eficiência é de 17 a 20%.

Gostaríamos de ressaltar que em Santa Catarina essa medida se faz necessária no nosso ponto de vista por causa inclusive da nossa topografia. E no novo código de trânsito apenas é necessária essa medida para túneis. Eu diria que a posição geográfica do Estado apresenta nas estações de outono e inverno constantes nevoeiros e neblinas.

Eu gostaria de comunicar o envio desse projeto, que estará certamente tramitando nesta Casa para receber as emendas que os senhores Deputados acharem por bem fazê-las, assim como consultar todas as entidades e instituições para ver o acerto da implantação dessa medida. Mas eu penso que essa é uma medida salutar para inibir constantes desastres automobilísticos no nosso Estado.

Temos visto essa medida no Rio Grande do Sul e em Minas Gerais sendo adotada com excelentes resultados. Esperamos a aprovação nesta Casa deste projeto de lei até aproveitando a reativação e a reimplantação do novo código de trânsito em nível nacional.

Muitas pessoas dizem que o código de trânsito atualmente cobrado no Brasil é novo. Mas esse código de trânsito é antigo, apenas está se implementando através de multas mais pesadas. Por isso, chamou tanto a atenção da população brasileira.

Por isso, essa nossa iniciativa desse projeto de lei, ao qual espero o apoio dos senhores Deputados para implantarmos em Santa Catarina o uso obrigatório nas estradas estaduais do farol baixo, é no sentido de minimizar as batidas e os desastres nas rodovias de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Odacir Zonta) - Ainda dentro do horário destinado aos Partidos Políticos, o próximo horário está destinado ao PFL por cinco minutos.

Com a palavra o senhor Deputado Norberto Stroisch.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Senhor Presidente e senhores Deputados, quero fazer uso desses cinco minutos que cabem ao PFL para relatar o resultado da importante audiência pública que tivemos na manhã de ontem, neste mesmo Plenário, e que ocupou um pouco mais de quatro horas de debates a respeito da segurança nos estabelecimentos bancários em nosso Estado, em especial quanto ao cumprimento de uma legislação estadual que está em vigor desde setembro do ano passado, aprovada por unanimidade por esta Casa Legislativa, vetada pelo Governo do Estado, derrubado o veto por unanimidade também pela Assembléia e promulgada por esta Casa no dia 9 de setembro 1997.

Prevê essa legislação que num prazo de 180 dias os estabelecimentos financeiros bancários em Santa Catarina deveriam estar adaptados a essa legislação.

Como elementos que nos dão o embasamento para que realizemos essa cobrança, no ano de 1997, pelos dados estatísticos da própria Secretaria da Segurança Pública e da Polícia Militar, 128 estabelecimentos bancários foram assaltados em nosso Estado.

No primeiro trimestre de 98, 31 agências foram assaltadas. No ano de 98! No primeiro trimestre! E um dado curioso e interessante é que essas 31 agências estavam adaptadas à nova legislação. Legislação esta que prevê a instalação de equipamentos eletrônicos, no sentido de não eliminar, mas de dificultar o acesso e o procedimento ilícito dos assaltantes.

Por isso mesmo, como resultado dessa audiência pública, dois importantes pontos ficaram estabelecidos. Um deles, até como competência da Assembléia Legislativa, é a cobrança da legislação que está em vigor. E o segundo ponto, aproveitando o trâmite de um projeto de lei que se encontra na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara Federal, estamos aproveitando para fazer uma moção, va-

mos colher assinaturas dos Líderes de todos os Partidos com assento nesta Casa, a ser endereçada ao Presidente da Câmara Federal, Michel Temer, para que busquemos o trâmite sobre regime de urgência e que de uma maneira definitiva se estabeleça uma legislação nacional para a questão da segurança bancária.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - V.Exa. nos concede um aparte?

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Pois não!

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Não foi suficiente a criação de uma lei estadual para essa experiência de assaltos nas instituições bancárias, não conseguimos sensibilizar as instituições financeiras, apesar da rentabilidade desse setor, o mais rentável desses últimos anos neste Brasil.

Esta Casa e a própria sociedade catarinense precisam ampliar a pressão, para que não só o funcionário da agência tenha a sua vida defendida, como também os clientes dessas agências, já que é um local atrativo para o assalto, pois a moeda corrente está à disposição.

Nós temos que continuar denunciando o não-cumprimento da lei estadual, porque não está sendo cumprida uma lei votada nesta Casa, que precisa ser respeitada nas deliberações que toma. Temos também que fazer uma pressão para que se vote em nível nacional, para que todas as experiências de assalto sejam evitadas no setor bancário.

Por isso, é louvável esse encaminhamento para uma lei federal, impedindo a viabilização de assaltos que produzem mortes e violências nesse espaço, que é um atrativo hoje colocado no País.

O SR. DEPUTADO NORBERTO STROISCH - Obrigado, senhor Deputado!

A legislação estabelecida pela Assembléia Legislativa não vem de confronto a nenhuma legislação federal, ela vem ao encontro dos interesses do cidadão brasileiro, quanto ao aspecto da sua segurança.

Por isso, essa Assembléia, em especial através da Comissão que este Deputado preside, Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, deve fazer a cobrança ao Governo do Estado, que vetou a lei aprovada por unanimidade nesta Casa, mas esse veto foi derrubado, a lei foi promulgada pela Assembléia e hoje está em pleno vigor.

Por isso, vamos cobrar, porque o Governo tem a obrigação da fiscalização dos estabelecimentos bancários para o cumprimento das regras estabelecidas por aquela lei.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Findo o horário destinado aos Partidos Políticos. Passaremos à Ordem do Dia.

O senhor Secretário procederá à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.

Antes, porém, esta Presidência anuncia a ausência dos senhores Deputados Romildo Titon, Leodegar Tiscoski e Vanderlei Rosso, cujas justificativas encontram-se sobre a mesa.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quórum.)

Estão presentes 25 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Emenda Constitucional nº 002/96, de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin, que dá nova redação ao art. 124, da Constituição do Estado.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente e senhores Deputados, o projeto de emenda constitucional não é de autoria exclusiva deste Deputado. Este projeto é de autoria de vários senhores Parlamentares; temos aqui cerca de vinte e poucas assinaturas. Ele prevê a independência entre os Poderes.

Nós sabemos, Deputado Reno Caramori, que os Poderes não são independentes, eles até que estão muito harmônicos entre si, porque o que estabelece a independência entre os Poderes é exatamente a liberação dos recursos para que eles possam se manter.

O que concentra o poder? O que faz com o Executivo seja o concentrador do poder? São os recursos que estão em suas mãos. O Executivo é que destina, como ele bem entende, os recursos.

O que motivou este Deputado, depois de consultar a sua e outras Bancadas desta Casa, a ingressar com esse projeto de emenda constitucional, no dia 23 de abril de 96, foi a forma como o Governo vinha liderando os percentuais estabelecidos na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Tribunal de Justiça, Assembléia legislativa, Tribunal de Contas e também para o Ministério Público.

Esses recursos que nós votamos na Assembléia Legislativa pertencem aos Poderes. 3.6% do Orçamento do Estado pertence a esta Casa. Nós não queremos saber se o Governo pertence a esse ou àquele Partido. Todo o Partido que está no Governo tem que ter respeito pela norma constitucional.

Acontece que o Poder Executivo tem o cacete de concentrar nas suas mãos o poder, através dos recursos, e não libera, de acordo com os ditames da lei, os percentuais estabelecidos pela Assembléia Legislativa, num perfeito acordo.

Estamos, senhores Deputados, correndo de pires na mão, e acho até que já perdemos o pires, não tem mais pires! Lembro-me de quando o Deputado Gilson dos Santos era Presidente da Casa, de quando eu assumi a Presidência, de quando o Deputado Pedro Bittencourt foi Presidente, assim como o Deputado Francisco Küster e, agora, o Deputado Neodi Saretta, realmente, isso sempre foi uma preocupação diária, constante, permanente, sempre estávamos, e ainda estamos, correndo atrás do Secretário da Fazenda. Isso não é possível!

Hoje, Deputado Lício Silveira, ouvi o Deputado Odacir Zonta dando um entrevista para uma rádio local. E ele dizia na sua entrevista que a Mesa está tomando algumas providências para que nós, aqui, na Assembléia, não votemos mais os projetos do Executivo, exatamente porque o Executivo não respeita a Assembléia Legislativa, não respeita a lei.

Tenho conversado muito com os juizes, com desembargadores, com promotores, e eles vivem o mesmo problema semanalmente! Mas nós temos os instrumentos nas nossas mãos para fazer com que o Governo cumpra a sua obrigação, através de dispositivos como esse que altera o art. 124 e que diz o seguinte:

(Passa a ler)

“Os recursos relativos às dotações orçamentárias compreendidos por critérios suplementares especiais, bem como as transferências da União destinados aos órgãos, os Poderes Legislativos, Judiciários, do Ministério Público, do Tribunal de Contas, ser-lhes-ão entregues observando o seguinte:

- O agente financeiro oficial responsável pelo recebimento dos tributos estaduais terá em conta vinculada e repassará aos Poderes Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público e ao Tribunal de Contas, até o dia 20 de cada mês, os recursos correspondentes ao respectivo percentual orçamentário.

- Os recursos destinados aos Poderes Legislativo, Judiciário, ao Ministério Público, ao Tribunal de Contas, decorrentes de créditos suplementares especiais e das transferências da União, ser-lhes-ão entregues até o dia 20 de cada mês.

Com isso, senhores Deputados, nós vamos, na realidade, restabelecer a harmonia e a independência entre os Poderes.

Há também uma emenda do Deputado Onofre Santo Agostini que pede que os recursos sejam também liberados para a Universidade do Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina e também para as Fundações. Acolhemos a emenda e hoje está para ser decidido pelos senhores Deputados se nós queremos ou não a nossa independência.

Eu tenho ouvido de alguns Parlamentares do PMDB por que isso não foi feito nos Governos passados. E eu quero dizer a V.Exas. que quando nós elaboramos a Constituição nesta Casa, apresentamos uma emenda igual.

Não importa se o Governo é desse ou daquele Partido. O que importa é que a lei tem que ser cumprida. Não importa se é o Governador do PMDB atualmente que está no comando do Poder Executivo, não é isso! O que nós temos que decidir é se nós queremos o depósito dos nossos recursos e que os Poderes sejam independentes ou se preferimos estar semanalmente atrás do Secretário da Fazenda, pedindo audiência com o Governador, não sendo recebido, como se diz na gíria, “baixando as calças”.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não !

O Sr. Deputado Lício Silveira - Nobre Deputado, além de tudo o projeto de V.Exa. é de extrema importância, no meu modo de entender.

Ainda ontem eu estava assinando, pela Comissão de Saúde e de Educação, convênios de 1996. Isso é uma brincadeira! O que é que nós estamos fazendo aqui? Isso é uma formalização, porque, de resultado, para aquilo lá já foi repassado dinheiro há um ano, e ninguém sabe como foi aplicado. Vêm simplesmente para cá para passar por três Comissões e dois anos depois, simplesmente para formalizarmos.

Isso não tem sentido nenhum. Acho que está na hora de mudar e concordo com o projeto que V.Exa. está colocando no Plenário.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Não está em discussão, mas só gostaria de lembrar aos Deputados que aquela emenda constitucional - que estabelecia que os convênios deveriam antes receber os aplausos da Assembléia Legislativa - realmente foi lamentável, porque nós estamos vendo agora como funciona a questão dos convênios. É uma coisa muito triste.

Os Deputados que estão no Governo é que têm que ter o maior cuidado, porque ge-

ralmente o Governador dá um “by pass” naqueles Deputados que não interessam, especialmente num ano de eleição. O Governo vai destinar para os candidatos que são seus amigos levar os convênios, e os demais saberão só no ano que vem - aqueles que se reelegerem, porque se não se reelegerem não ficarão sabendo nunca.

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Gervásio Maciel - Gostaria de cumprimentá-lo e dizer do mérito da sua emenda. Na verdade, se o Governo fosse honesto, nem precisaria emenda, se tivesse consciência. Mas como esse Governo não é correto, e até para dar uma lição para quem vir para o Governo, é bom dizer que o dinheiro da Assembléia é sagrado, assim como é sagrado o do Tribunal e o do Governo!

V.Exas. podem imaginar se a Assembléia ficasse com o dinheiro do Governo, para somente liberar de acordo com sua vontade?! E nós temos poder para isso, tanto que o Governo não faz uma lei sozinho, mas a Assembléia faz! Vem para cá a lei, o Governo veta, e aqui é aprovada, e a lei é lei só com os Deputados. E nós não temos feito isso para atrapalhar a administração, sempre damos governabilidade - até nós que fazemos oposição.

Deputado Ivan, coisas que talvez nem deveríamos ter dado a este Governo nós demos, e este Governo não reconhece, não tem respeito. Este mesmo foge à crítica. Acho que até a crítica cai no vazio. Quando ele mesmo não respeita nem a carta que assinou para o seu próprio Partido, só mesmo na base da lei e trancando a conta no Besc, porque se o dinheiro chegar ao Tesouro, ele põe a mão. Não tenham dúvidas disso!

Por isso, acho que V.Exa. merece essa discussão, e se for o caso - se não houver número para votar hoje -, podemos suspender a presente sessão, porque essa matéria é de vital importância para o Estado de Santa Catarina e para os Poderes para que, efetivamente, a Mesa Diretora e seus Deputados não fiquem nessa situação melancólica, na dependência de um Governo que ninguém sabe de que lado está, para que lado vai, para que lado governa e, ainda, quem ele respeita, porque se não respeita nem seus Companheiros que o elegeram, então imagina....

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Agradeço pelo seu aparte e solicito que ele seja inserido no meu pronunciamento.

Acho que realmente esse é o caminho. Nós desta Casa, os 40 Parlamentares, precisamos entender que essa é uma emenda que realmente nos dará uma independência, para evitar que o Deputado esteja diuturnamente à frente do Presidente deste Poder, solicitando a ele verba para isso ou para aquilo, ou para que não atrase o seu pagamento, para que o funcionário da Casa tenha a garantia do seu pagamento, para que o provisionamento do 13º esteja em dia - que hoje está com problemas sérios.

Ah, mas o Governo, Deputado Lício, pode invocar a inconstitucionalidade? Pode! Ele pode entrar com uma ADIn no Supremo e o Supremo pode decidir. Mas a verdade é que aí a decisão do Supremo vai influenciar diretamente no Tribunal de Justiça e nesta Casa.

Temos que fazer aqui o que nós achamos que está correto, que está certo. Se o Governo do Estado liberasse os recursos, de acordo com o que estabelece a lei, não haveria necessidade de estarmos produzindo emendas constitucionais para que esses recursos fossem colocados numa conta vinculada.

O Sr. Deputado Lício Silveira - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Pois não!

O Sr. Deputado Lício Silveira - Gostaria de complementar meu raciocínio. Estava falando que V.Exa., em outra ocasião, estava fazendo uma mudança na Constituição e também um projeto de lei, no sentido dos convênios. V.Exa. lembra-se bem, porque inclusive foi retirado de pauta por V.Exa.

Agora, com relação a esse assunto, eu acho de muita importância, porque nós ficamos também numa situação muito delicada. Ainda hoje, na Comissão de Saúde, o próprio Presidente do Ipsc colocou os nossos débitos para com aquele Instituto.

Esses débitos resultam do quê? Da má aplicação dos nossos recursos? Não! Resultam simplesmente de não termos os recursos suficientes para repassarmos ao Ipsc.

Hoje, além de todas as dificuldades que o Deputado Ivan Ranzolin colocou, acho que realmente nós temos que ser incisivos nesse processo. O Governo tem que ter um calendário e data própria para repassar esses recursos, caso contrário, eles vão ficar sempre na dependência.

Hoje pela manhã ficamos com seis entidades de profissionais da área da Saúde até rindo um pouco, porque eles estavam dentro deste ambiente, e foi dito a eles que nós mesmos devemos ao Ipsc. E nós realmente devemos ao Ipsc, lógico. Por quê? Devido ao não-repasse dos recursos.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Deputado Lício Silveira, acolho o aparte de V.Exa.

Para encerrar, eu gostaria de dizer aos senhores Deputados que essa é uma questão de honra para a Assembleia Legislativa. Nós vamos perder toda a autoridade de irmos ao Governo do Estado pleitear a liberação dos nossos recursos, vamos perder toda a autoridade de irmos à Presidência ou à Mesa apresentar as nossas solicitações para liberação de recursos para entidades beneficentes ou coisa que o valha, vamos perder toda a autoridade perante a comunidade catarinense de tentarmos ser um Poder independente. Está nas nossas mãos.

Agora, eu acredito que teremos é que realmente decidir se queremos a independência, se queremos que as Fundações recebam em dia, se queremos que o Ministério Público, o Tribunal de Contas recebam em dia, sem prejudicar uma linha sequer das iniciativas do Governo. O que nós queremos é que se faça justiça e que se cumpra a lei.

Assim eu deixo a tribuna, solicitando aos senhores Deputados a votação - precisamos de 24 votos - dessa emenda constitucional que vai definitivamente caracterizar a independência dos Poderes.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pedimos a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o senhor Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente e senhores Deputados, em primeiro lugar eu quero me reportar a um tópico do aparte do eminente Deputado Lício Silveira, em que ele se reportava a uma dívida da Assembleia Legislativa para com o Ipsc.

Eu quero dizer, em alto e bom som, que do período em que nós gerenciamos a Casa, na condição de Presidente da Casa, ao Ipsc não ficamos devendo nem obrigação, pagamos em dia, nunca atrasamos um minuto os nossos compromissos para com o Ipsc. Não devemos nada ao Ipsc.

O Ipsc alega uma dívida antiga, que é discutível sobre todos os aspectos. Inclusive uma história de um recolhimento patronal do 13º salário, que eu acho que a Assembleia Legislativa não deve nem perder tempo com essa questão. No entanto, achamos que quem deve ao Ipsc deve pagar.

Ato contínuo, o meu propósito é discutir a emenda de autoria do eminente colega, Deputado Ivan Ranzolin, que contou com o apoio da esmagadora maioria dos demais senhores Deputados.

Se vivêssemos uma realidade de harmonia, de respeito, de responsabilidade de parte do Poder Executivo para com os demais Poderes, se vivêssemos essa realidade, talvez, seria dispensável essa discussão, esse debate nesta tarde e mais dispensável ainda uma alteração constitucional. Mas quando se depara com uma figura que extrapola os limites da autoridade que está revestida no Poder, recorrendo ao autoritarismo a ponto de afrontar, com o maior cinismo, a lei vigente, a Constituição, nós precisamos recorrer a instrumentos que nos permitam criar ao Parlamento uma salvaguarda.

A aprovação dessa emenda é uma salvaguarda para a Assembleia Legislativa do Estado de Santa Catarina e, por extensão, para a sociedade catarinense, porque o constrangimento no funcionamento do Parlamento afeta toda a sociedade catarinense. E o constrangimento acontece quando o Governador não honra o seu compromisso legal e constitucional.

Quando o Governador não cumpre com o seu dever, se arvorando no direito de ser o dono absoluto, o senhor absoluto do dinheiro do povo, usando esse dinheiro da forma que lhe convém, afrontando com isso a lei e a Constituição, precisamos nos salvaguardar.

Pois bem, se estou me reportando à Constituição, que ele não raras vezes afronta, quero dizer que é preciso que a Constituição de Santa Catarina contemple, no seu texto, um dispositivo que obrigue, ao cair o fruto da arrecadação da sociedade, imediatamente a saída da quota/parte devida à Assembleia Legislativa.

Não aceitamos, não podemos aceitar, melhor dizendo, o constrangimento a que somos submetidos, pela arrogância do Chefe do Poder Executivo, em não repassar de forma pontual, correta, o que é devido à Assembleia Legislativa e, por extensão, aos demais Poderes.

Por isso, senhores Deputados, quero crer que essa emenda deve ser de interesse não apenas dos Deputados de Oposição, nem apenas da Bancada B ou C, mas de interesse de todo o Parlamento catarinense, de toda a Assembleia Legislativa, de todos os senhores Deputados. Por isso, eu ousaria dizer que não concebo um posicionamento contrário à aprovação dessa emenda.

Tenho, é verdade, algumas limitações, algumas dificuldades, melhor dizendo, quando se trata de alterar a Constituição. A Constituição é o instrumento que foi feito para não ser alterado ao bel prazer da vontade de uma ou de algumas pessoas. Mas, neste caso, é uma necessidade, Deputado Reno Caramori.

Portanto, é preciso dotar a Assembleia Legislativa de um instrumento ca-

paz de servir como uma salvaguarda no seu funcionamento, sem constrangimento, porque a postura do Governador, da Secretaria da Fazenda, não é apenas de irresponsabilidade para com a lei, para com a legalidade vigente, não é apenas de irresponsabilidade para com a Assembleia Legislativa e demais Poderes, há um desejo claro dele de constranger o funcionamento dos outros Poderes.

É sabido por todos que a Assembleia depende do duodécimo, dos repasses, para o seu funcionamento. Não é apenas ao salário dos senhores Deputados que estamos nos referindo - e vamos completar quatro anos aqui e nunca passou de duzentos e quarenta mil reais/mês a folha de pagamento dos Deputados, nunca passou de duzentos e quarenta mil reais, repito -, e não é apenas à folha de pagamento dos servidores, esta, sim, é mais robusta, transcende os quatro milhões, mas não é apenas isso, é o funcionamento do Poder como um todo.

Realmente estamos nos referindo ao funcionamento do Poder como um todo, pois também temos que pagar telefone, luz, água e outras obrigações, como, por exemplo, os fornecedores de material de expediente.

Pois bem, no ano passado os repasses se deram, é verdade, na maioria dos casos, sob pressão. Tínhamos, no ano passado, uma boa parceria no Tribunal de Justiça, mais especificamente na pessoa do seu Presidente, à época, doutor Napoleão Amarante, que nos momentos de dificuldades estava à disposição.

Não sei dos contatos feitos entre o nosso Presidente com o Presidente do Tribunal de Justiça e com, vou mais além, o Presidente do Tribunal de Contas.

Nós precisamos fazer com que essas instituições - Tribunal de Justiça, Assembleia Legislativa e Corte de Contas - não sofram o constrangimento no seu funcionamento.

Por isso, a importância da aprovação dessa emenda constitucional. Eu não sei por que a Casa, ao invés de ficar lotada, ela se esvazia na hora de ir à votação. Sinto que com o quórum que estamos vislumbrando neste momento, é impossível submeter a uma rejeição, por insuficiência de quórum, uma proposta que é uma solução para um problema grave.

Senhores Deputados, encerro da forma que comecei. Tivéssemos no Governo do Estado um governante que respeitasse as leis, a Constituição, que tivesse consciência elevada e ética da grave responsabilidade que pesa sobre os seus ombros, não precisaríamos, Deputado Ivan Ranzolin, propor mais uma alteração à nossa Constituição, mas somos obrigados a buscar o instrumental legal e constitucional para evitar o constrangimento a que estão querendo nos submeter, de cessar o funcionamento na plenitude do Parlamento catarinense.

Isso, senhores Deputados, nós não podemos consentir! Recuso-me a admitir que tenha Deputado nesta Casa que adóie essa impostura do Governador do Estado, de levar a Casa ao extremo da iminência de um constrangimento no seu funcionamento pelo não-repasse integral do que é devido na letra da lei à Assembleia Legislativa.

Por isso, faço coro àqueles que defendem a aprovação dessa emenda. Ela é uma necessidade! É uma salvaguarda para o funcionamento da Assembleia Legislativa de Santa Catarina.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira discutir, encerramos a sua discussão.

Antes de procedermos à votação, solicito ao senhor Secretário para que proceda à chamada dos senhores Deputados para a verificação de quorum.

(Procede-se à chamada dos senhores Deputados.)

Consulto se algum dos senhores Deputados deixou de registrar a sua presença.

(Pausa)

Estão presentes 29 senhores Deputados.

Há quórum para deliberação.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, não desejando colocar em risco essa possibilidade grande que nós temos em Santa Catarina de fortalecer e deixar com que os Poderes se tornem independentes, eu peço a V.Exa. que retire essa matéria da pauta exatamente para dar oportunidade quando tivermos um quórum mais acentuado.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Gostaria de registrar a presença também do Deputado Ciro Roza.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, mais uma vez, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Ouvindo os Líderes, especialmente da minha Bancada, eles acham que nós devemos colocar em votação hoje, seja qual for o resultado. Então, senhor Presidente, acho que V.Exa. colocou em votação e não vou retirar. Vamos fazer os encaminhamentos, não adianta mais protelarmos uma coisa que já está nesta Casa há muito tempo. Vou acatar a posição do meu Líder para deixar arquivar a votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Pois não!
Em votação.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - A Bancada do Partido dos Trabalhadores também tem o entendimento da importância de colocar em votação essa emenda constitucional, na medida que vem contribuir com a construção de uma nova relação entre o Executivo e o Legislativo.

É por isso que a Bancada do Partido dos Trabalhadores entende que não só vai colocar em votação como também vai votar favorável à emenda, porque temos a necessidade de tornar cada vez mais transparente as nossas ações, as nossas atividades. E por isso damos esse encaminhamento, enquanto Bancada do Partido dos Trabalhadores.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Os Deputados sem Partido também votam "sim", senhor Presidente.

O Sr. Deputado Afonso Spaniol - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Afonso Spaniol.

O SR. DEPUTADO AFONSO SPANIOL - Senhor Presidente, nos últimos dias temos tido uma atuação constrangedora nesta Casa. Ontem ainda, no meu gabinete, havia 4 pessoas doentes, indigentes, da nossa região do Extremo Oeste, e para as duas mais necessitadas precisei pagar a passagem com o meu próprio dinheiro.

Então, realmente estamos mendigando para podermos trabalhar. E isso é um absurdo.

Portanto, pela autonomia deste Poder, pela nossa vontade de trabalhar, urge, é necessário que aproveemos essa matéria, para que de uma vez por todas sejamos respeitados pelo Poder Executivo.

O nosso encaminhamento é amplamente favorável em nome da Bancada do PDT.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Gilson dos Santos.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - É evidente, senhor Presidente, se não estivesse ocorrendo esta série de acontecimentos em que os direitos constitucionais não estão sendo cumpridos pelo Governo do Estado, talvez não houvesse a necessidade da apresentação dessa emenda. Mas é uma instância última que este Poder recorre para tentar sensibilizar os homens do Executivo, objetivando que dê a eles apenas o cumprimento daquilo que a Constituição prevê, Constituição esta que foi jurada pelo próprio Governador do Estado ser cumprida na sua plenitude.

Assim sendo, senhor Presidente, encaminhamos favoravelmente à emenda constitucional.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Wilson Wan-Dall.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Da mesma forma, senhor Presidente, realmente achamos que essa emenda constitucional vem, neste momento difícil que Santa Catarina passa, assim como também outros Estados, fazer com que o Governo cumpra as determinações que estão na Constituição.

Por isso a Bancada do PFL é favorável.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, primeiro, como preliminar, gostaria de reiterar o meu entendimento já várias vezes deduzido neste Plenário, ou seja, que se considerarmos a Constituição como o arcabouço basilar de todo o ordenamento jurídico, não podemos concedê-la como passiva de modificação em razão de circunstâncias políticas momentâneas.

Tenho o entendimento, que já foi manifestado expressamente por escrito na Comissão de Constituição e Justiça, de que a emenda constitucional em análise é benfazeja, ela, se aprovada, talvez contribuisse para minimizar as incertezas que existem com relação aos repasses dos Poderes, mas não posso deixar de assinalar, porque estaria traindo a minha consciência, que ela é inequivocamente, flagrantemente, inconstitucional.

Disse há pouco da tribuna, o Deputado Francisco Küster, que não conceberia qualquer posicionamento contrário.

No mérito acho que nenhum de nós se oporia a essa emenda constitucional. No entanto, uma análise criteriosa, isenta do ponto de vista constitucional, vai encontrar estorvo incontornável, porque em primeiro lugar esse dispositivo da Constituição do Estado repete exatamente o outro que consta da Constituição Federal.

O que está no art. 123 da Constituição do Estado consta com a mesma redação no art. 167 da Constituição Federal, e os Tribunais têm decidido, toda vez que a norma da Constituição Estadual é simétrica da Constituição Federal, qualquer modificação na Estadual teria que ser precedida por uma modificação na Constituição Federal.

Por outro lado, isso implica, vulnera o princípio da unidade de conta que sempre houve, e por isso entendemos, reafirmando o que foi consignado em longo despacho proferido em voto de vistas na Comissão de Constituição e Justiça, que a medida, sob o ponto de vista de mérito, deve ser analisada, mas que se houver um critério de rigor jurídico, ela não pode passar.

Este é o meu entendimento, este foi reafirmado e recoloco-o, agora, para a análise desta Casa, eu o recoloco sobretudo para posicionar a Bancada do PMDB dessa preliminar de natureza jurídica, de natureza constitucional.

No mérito cada Deputado fará a votação e terá o entendimento que melhor lhe aprouver.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Senhor Presidente, é evidente que temos que ter a preocupação de legislar obedecendo os requisitos da lei e da Constituição.

Contudo, o que nos levou a tomar essa atitude de encaminhar essa emenda constitucional ao art. 24, foi o flagrante desrespeito à lei e à Constituição praticado pelo Executivo. Nós estamos sob o tacão do Executivo e não temos outra saída. Será que vamos praticar aqui o boicote, a Assembléia vai deixar de legislar em projetos do Governo para que ele cumpra as disposições da lei?

Então, senhor Presidente, vamos, pelo menos, estabelecer uma grande discussão.

O Governo do Estado terá que provocar através de uma ADIn a inconstitucionalidade. E eu gostaria de ver uma decisão do Supremo Tribunal Federal neste sentido, porque o Supremo vai decidir contra os interesses do Tribunal de Justiça, contra os interesses do Tribunal de Contas e contra os interesses da Assembléia Legislativa; contra os dispositivos legais da Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Então, a Assembléia aprovando, quero ter o prazer de fazer um relatório e encaminhar ao Supremo Tribunal, antes de qualquer iniciativa governamental, os motivos que fizeram com que a Assembléia Legislativa tomasse essa iniciativa.

Está na hora de fazermos algumas reformas, não só da Previdência, não só tirar do bolso do trabalhador, do empregado, mas também de fazermos uma reforma tributária e alterarmos algumas questões da Constituição que está concentrando os recursos nas mãos do Poder Executivo.

A Constituição de 88 estabeleceu regras bem definidas na distribuição dos recursos para as Prefeituras, e isto não está sendo cumprido. Então, se as Prefeituras podem receber numa conta vinculada, nada impede que a Assembléia, o Tribunal de Justiça e o Tribunal de Contas também recebam.

Se nós cometermos aqui um deslize sobre a questão constitucional, vamos discutir isto no Supremo, mas teremos que nos antecipar para que o Supremo tome conhecimento.

Eu pretendo encaminhar um relatório a todos os Ministros, mostrando objetivamente por que a Assembléia está tomando essa iniciativa.

Assim que chegar a ADIn do Supremo, os senhores Ministros haverão de realmente rever essa questão, e vamos ter uma grande discussão em termos da questão constitucional.

Por isso, senhor Presidente, eu peço a aprovação. Pelo menos a Assembléia Legislativa vai dar uma demonstração de que não estamos satisfeitos e provocamos essa atitude, porque o Governador não cumpre a lei, não cumpre a Constituição e está impedindo o funcionamento da Assembléia Legislativa e dos demais Poderes.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Encerrados os encaminhamentos, faremos a votação. O processo de votação será nominal.

Quem votar "sim" aprova a emenda e quem votar "não" rejeita a emenda.

Lembramos ainda aos senhores Deputados que em seguida temos mais uma proposta de emenda constitucional. Vamos consultar os Líderes para incluí-la na pauta. Por isso, solicitamos a permanência de todos os Deputados até o fim de todas as votações da presente sessão.

Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO

(Deputado Odacir Zonta) -	
DEPUTADO ADELOR VIEIRA	sim
DEPUTADO AFONSO SPANIO	sim
DEPUTADO CARLITO MERSS	sim
DEPUTADO CESAR SOUZA	sim
DEPUTADO CIRO ROZA	não
DEPUTADO ENI VOLTOLINI	sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER	sim
DEPUTADO GELSOM SORGATO	não
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL	sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL	sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS	sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL	ausente
DEPUTADA IDELI SALVATTI	sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO	sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN	sim
DEPUTADO IVO KONELL	não
DEPUTADO JAIME MANTELLI	ausente
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI	não
DEPUTADO JORGINHO MELLO	ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA	ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI	ausente
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA	sim
DEPUTADO LUIZ HERBST	sim
DEPUTADO MANOEL MOTA	não
DEPUTADO MIGUEL XIMENES	sim
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO	não

DEPUTADO NEODI SARETTA	Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH	sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA	sim
DEPUTADO OLICES SANTINI	sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI	sim
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT	sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI	sim
DEPUTADO RENO CARAMORI	sim
DEPUTADO ROMILDO TITON	ausente
DEPUTADO SERGIO SILVA	não
DEPUTADO UDO WAGNER	sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO	ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI	sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL	sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos vinte e cinco votos "sim" e sete votos "não".

Está aprovada em primeiro turno a emenda.

Senhores Deputados, temos a Emenda Constitucional nº 04.5/95 para a votação da sua admissibilidade.

Consulto os senhores Líderes para incluirmos também esta emenda na pauta, é a que revoga dispositivos da Constituição do Estado de Santa Catarina, também de autoria do senhor Deputado Ivan Ranzolin.

É votação de admissibilidade.

Consulto os senhores Líderes para incluirmos na pauta.

(As Lideranças aquiescem.)

Com a concordância dos senhores Líderes, está incluída na pauta.

Em discussão e votação a admissibilidade da Emenda Constitucional nº 004.5/95, que revoga dispositivos da Constituição do Estado de Santa Catarina.

"Fica revogado o art. 51 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Santa Catarina."

Em discussão a admissibilidade.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Peço a palavra pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Sergio Silva.

O SR. SERGIO SILVA - Senhor Presidente, quero crer que o Deputado Ivan Ranzolin está apresentando essa série de modificações porque tem certeza que o senhor Esperidião Amin não será Governador. Porque quando ele coloca uma emenda retirando do Governo o repasse dos recursos do Estado para os Poderes, primeiro, ele já duvida que o seu Governador será o Esperidião Amin, portanto, ele teme que um outro Governador faça esse não-repasse.

Agora, temos novas emendas modificando a Constituição, Deputado Ivan Ranzolin! Eu imagino que seja devido à preocupação antecipada pela não-vinda do Governador Esperidião Amin ao Palácio de Santa Catarina. Por isso, querem preparar o terreno para garantir, pelo menos, o espaço da Assembléia Legislativa. Quero crer que seja isto, a não ser que V.Exa. tenha uma explicação mais coerente com os seus princípios políticos.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra pela ordem, Senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Quero dizer para o Deputado Sergio Silva que S.Exa. incorre lamentável equívoco. Ele é daqueles que pensa que a Assembléia Legislativa deve sempre estar vinculada ao Governador.

Como ele é um Deputado que obedece o Poder Executivo, ele fica defendendo os interesses do Governador do seu Partido. Quero dizer a S.Exa. que já apresentei essa

emenda constitucional, ou seja, a emenda constitucional que foi votada eu já apresentei no Governo passado. Portanto, não é uma questão de quem é que está no Governo, é uma questão de respeito aos Poderes.

Não estou preocupado com quem vai ser o próximo Governador, estou preocupado com a independência dos Poderes e o respeito à norma legal e constitucional. Porque todo aquele que não deseja estar vinculado às questões legais, é porque deseja descumprir a lei e a Constituição.

Quero dizer ao Deputado Sergio Silva que o Governador Vilson Kleinünbing, quando foi Governador, respeitava esta Casa. Esta iniciativa veio mais forte agora, porque este Governador não respeita! E não tem respeitado os próprios Deputados de seu Partido.

O Deputado Sergio Silva, que agora está dando algumas gargalhadas, tem sido prova disso, pois ele foi um dos homens que lutaram para manter o seu Governador no poder, e lutou terrivelmente, e hoje está arrependido, tem até que dar um sorriso meio nervoso, porque na realidade está vendo que o senhor Pinho está sendo derrubado pelo seu Governador, coisas que eles não queriam.

Então, Deputado Sergio Silva, eu não tenho a preocupação de saber quem está no Governo. Eu tenho a preocupação de que se respeite a lei e a Constituição e que nós não tenhamos que estar correndo atrás para recebermos benefícios. Nós não precisamos de benefícios, precisamos da lei.

Essa emenda constitucional é a emenda que fala sobre a questão da medida provisória. É isso, Presidente?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente, suprime o art. 51.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Essa emenda, Deputado Sergio Silva, devo dizer a V.Exa., lembre-se, não é uma emenda de minha autoria. É uma emenda de autoria do Deputado Noemi Cruz, do PMDB, com o qual eu me solidarizei.

É uma emenda do Deputado Noemi Cruz, da Legislatura passada, que eu dei apoio, solidarizei-me. Só não foi votada, porque ele saiu da Casa, e é uma emenda de origem de um Parlamentar do PMDB. Essa é a resposta que eu dou a V.Exa.

V.Exa. está criticando este Deputado, criticou antes o ex-Deputado Noemi Cruz, e em respeito a ele aceitamos o argumento dele. Eu apresentei essa emenda, inclusive V.Exa. pode ver que está anexo o projeto do Deputado Noemi Cruz.

O Sr. Deputado Sergio Silva - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Sergio Silva.

O SR. DEPUTADO SERGIO SILVA - Nós só queríamos dizer, já que fomos citado pelo nobre Deputado que me antecedeu, que evidentemente nós estamos aqui para fazer cumprir a lei e para legislar a favor das leis.

Por isso, votei contra uma alteração legislativa que vai ferir a nossa Constituição Federal, a Carta Magna deste País, a qual devemos ter como guia e como bússola, como espelho desses Legisladores mais modestos na esfera estadual.

Não podemos jamais imaginar que a nossa subordinação deve se ater a homens e a Partidos, mas, sim, às leis. Temos que estar atentos neste Poder, senhor Presidente e senhores Legisladores Estaduais, para o fato de que há uma Carta Nacional respeitada e venerada por aqueles que a fizeram. E nós, como sucessores e continuadores desse projeto, aqui, na instância estadual, devemos respeitá-la, Deputado.

Por isso, continuo com a minha premissa de respeitar a Constituição Federal, assim fazendo o espelho da nossa Estadual.

Quanto ao seu projeto, que é apresentado de posse do de autoria do Deputado Noemi Cruz, ele só vem engrandecer este Parlamento. Mas eu tenho certeza, Deputado, que isso também foi fruto, na época do Deputado Noemi Cruz, por ser na época um Parlamentar de Oposição, como V.Exa. agora também o é, mas que imaginando poder continuar nesta mesma condição no próximo Governo, antecipa a apresentação do projeto.

Muito obrigado!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem a queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

O Sr. Deputado Gilson dos Santos - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação..

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Gilson dos Santos, para encaminhamento de votação.

O SR. DEPUTADO GILSON DOS SANTOS - Senhor Presidente, realmente eu fico cada vez mais surpreso com o Deputado Sergio Silva. O Deputado Sergio Silva é pródigo em incoerências, esta é a grande verdade.

Nós queríamos dizer ao Deputado Sergio Silva que vamos votar essa emenda constitucional, a exemplo do que fizemos na outra, exatamente pelo descumprimento constitucional de tudo que acontece no Governo do Estado.

Naturalmente o Deputado aproveitou para dar uma injeção ou para dar uma fustigada nos Deputados do PPB a respeito da eleição do Senador Esperidião Amin. Mas eu vou dizer que não sei qual é o candidato do Deputado Sergio Silva, acho que é o "Dr. Paulo Eduardo Moreira Evangelista". Realmente eu não sei qual é. Agora, o meu candidato, o nosso candidato, vai ser o Senador Esperidião Amin, sem dúvida nenhuma, que cumpriu os dispositivos constitucionais.

Quero dizer a V.Exa., Deputado, que foi um Relator da CPI dos Precatórios, que deveria recordar aqueles lamentáveis acontecimentos em que V.Exa. foi protagonista.

Quero, portanto, neste momento, encaminhar a Bancada pela votação favorável à emenda constitucional.

O Sr. Deputado Francisco Küster - Pela ordem, senhor Presidente, para encaminhamento de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado Francisco Küster.

O SR. DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER - Senhor Presidente, tive o privilégio de ser Constituinte à época e desenhemos uma Constituição que deveria ser uma Constituição Parlamentarista.

Esse instrumento, medida provisória, é uma instrumento para o sistema de Governo Parlamentarista, realmente. E no fim nós saímos com uma coisa mista, e acabaram ficando as medidas provisórias na Carta Federal, na Constituição Federal e, por extensão, na maioria dos Estados, porque alguns Estados não as têm.

Eu acho que há uma incompatibilidade, pois o sistema presidencialista, com a existência do instituto das medidas provisórias, permite que o Executivo fique legislando, fazendo leis e, o que é mais grave: a partir da edição, surte os seus efeitos e

coloca contra a parede o Parlamento, que, em rejeitando, tem que baixar um ato convalidando todos os efeitos, nefastos ou não.

Eu acho que não há nenhum mal em retirarmos da nossa Carta neste exato momento esse instrumento. Amanhã ou depois, se mudar o sistema de Governo, aí sim, vamos ter que conviver com o instrumento dessa natureza, mas não nos moldes atuais.

Por essa razão e por força dessas colocações, o nosso posicionamento é pela aprovação da proposta de supressão desse dispositivo da nossa Carta Estadual.

O Sr. Deputado Onofre Santo Agostini - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o Deputado Onofre Santo Agostini.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - Senhor Presidente, nós ainda estamos em dúvida, porque V.Exa. leu o número da emenda, mas não tomamos conhecimento do seu sentido.

Então, pedimos a V.Exa. a gentileza de ler a emenda, para que possamos formar opinião.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A emenda diz o seguinte:

"Art. 1º - Ficam revogados o art. 51 e seus parágrafos da Constituição do Estado de Santa Catarina.

Art. 2º - Esta emenda constitucional entrará em vigor na data da sua publicação."

O art. 51 da Constituição do Estado trata das medidas provisórias, exatamente onde diz que "em caso de relevância e urgência, o Governador do Estado poderá adotar medidas provisórias, com força de lei, devendo submetê-las de imediato à Assembléia Legislativa, que, estando em recesso, será convocada extraordinariamente no prazo de cinco dias".

E nos seus §§ 1º, 2º e 3º, fala, então, da vedação de reedição e da forma com que elas perdem a sua eficácia.

Esse artigo seria suprimido se aprovada a emenda.

O SR. DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI - É no frigar dos ovos que acabam as medidas provisórias?

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Exatamente!

O Sr. Deputado Carlito Merss - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Carlito Merss.

O SR. DEPUTADO CARLITO MERSS - Senhor Presidente, senhores Deputados, principalmente os Deputados Gilson dos Santos e Pedro Bittencourt, nós estamos aqui discutindo a admissibilidade. É uma questão polêmica, e eu fiz questão de me inscrever para esse encaminhamento, inclusive em nome da Bancada do PT, baseado no pronunciamento do Deputado Francisco Küster.

Vejam bem, o que é a essência de uma medida provisória? O nome está dizendo: é um instrumento que acabou substituindo os famigerados decretos-lei da época da ditadura, que são medidas, pelo nome dito, provisórias que servem para eventualidades. O que nos deixa angustiados enquanto republicanos e democratas é, por exemplo, verificar o Governo Federal hoje tendo um número de medidas provisórias muito superiores ao período da ditadura militar.

Eu quero dizer, senhor Presidente, que até concebo a admissibilidade dessa emenda, para que aprofundemos a discussão. Com certeza, independente da posição partidária, eu não votaria numa emenda constitucional desse nível, porque nós temos, sim, de uma vez por todas, que discutir com seriedade o que é medida provisória, porque ela acaba se transformando, Deputado Miguel Ximenes, em algo usual!

Eu não aceito e não concordo que se amarre um Governo, independente qual seja, sem ter a possibilidade da medida provisória. O que não pode é o Governo Federal e o Governo Estadual (meio que por osmose) continuarem a transformar a medida provisória em algo usual, em algo como ato administrativo do dia-a-dia.

Acho interessante até a discussão que o Deputado Ivan Ranzolin levanta, acho que a admissibilidade deve ser trazida para se fazer essa discussão de Poderes, de valorização da autonomia do Poder Legislativo, do Poder Judiciário e do Poder Executivo.

Acho que a discussão é pertinente e até voto pela admissibilidade. Entendo que poderíamos fazer algumas emendas no sentido de limitar efetivamente aquilo que o art. 51 da Constituição diz quanto à forma que a medida provisória pode ser utilizada, porque, infelizmente, ela não está sendo utilizada de maneira concreta.

Nesse sentido, coloco, como encaminhamento da Bancada, o apoio à admissibilidade, para que essa discussão seja aprofundada.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, a Bancada do PFL, de igual forma, já discutiu a matéria. Na nossa avaliação, o instrumento da medida provisória, o instrumento legal em Santa Catarina, esta Casa o regulamentou muito bem, tanto no texto constitucional como nas disposições do nosso Regimento Interno, onde há um capítulo próprio sobre a tramitação da medida provisória, até que perde a sua eficácia se, dentro do prazo de trinta dias, não for analisada por esta Casa, também não podendo ser reeditada, o que vem ocorrendo com frequência no Governo Federal, que edita medidas provisórias sem que sejam votadas pelo Congresso Nacional, e elas passam a valer "ad eternum", porque não têm nem deliberação legislativa.

Em Santa Catarina o instrumento tem sido utilizado de maneira correta, no meu modo de ver. É um instrumento necessário também para o momento que vivemos, um momento republicano, como se referiu o Deputado Carlito Merss, e além de republicano, democrático, onde as Casas Legislativas têm, constitucionalmente, os seus períodos de recesso. E não seria aconselhável que o Poder Executivo tivesse, em momentos de relevância, de urgência e de calamidade, que convocar as Casas Legislativas para apreciarem instrumentos legais para as suas ações.

Por isso, a medida provisória, na nossa avaliação, é correta, constitucional e legal. E nós não estamos, na Bancada, dispostos a rever a forma como é adotada em Santa Catarina, por entender que esta Casa, neste instante, vota exclusivamente a admissibilidade, tendo ainda, por parte do

Líder do PPB, Deputado Gilson dos Santos, uma manifestação anterior de que o objetivo desta emenda constitucional é discutir o assunto e que a própria Bancada não tem uma posição fechada a respeito do mesmo.

Há também por parte da Bancada da PPB e do seu próprio Autor manifestações que poderão ser revistas no correr das discussões da matéria. A Bancada do PFL votará favoravelmente à discussão da medida provisória, à admissibilidade, e se não for convencida do contrário, já anuncia que votará de forma contrária na votação definitiva da matéria quando vier a Plenário.

Era este o encaminhamento que gostaria de fazer, senhor Presidente.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Peço a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, o Deputado João Henrique Blasi, em nome da Bancada do PMDB.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Senhor Presidente, eu penso que deve haver uma exata compreensão do que significa admissibilidade.

Admissibilidade, nesses projetos que requerem um quórum privilegiado, é uma análise prévia para saber se a medida está de acordo com a legalidade, com a constitucionalidade e com a jurisdição. Este é o juízo que tem que ser feito neste momento.

Então, não adianta alguém entender que ela é inconstitucional e admiti-la, porque isto é um contra-senso!

Eu gostaria de chamar a atenção para o fato de que a medida provisória é um instituto jurídico que existe nos regimes democráticos. Ela veio em substituição ao antigo decreto-lei, através do qual o Executivo usurpava as funções do Legislativo, baixava um decreto e valia como lei.

A medida provisória não, ela é diferente. O Executivo pode baixá-la em casos de urgência, mas cabe à Assembléia analisar e cancelar aquela disposição.

Então, é importante que isto fique claro e que fique claro também que em Santa Catarina, depois da Constituição de 88, todos os Governadores, sem exceção, utilizaram com parcimônia o instituto da medida provisória. Não é o que sucede no Governo Federal! O senhor Fernando Henrique Cardoso, o senhor Fernando Collor e mesmo o senhor Itamar Franco foram pródigos em editar centenas e centenas de medidas provisórias, e o Congresso Nacional, nunca, em tempo algum, teve soberania para dizer não a uma dessas medidas provisórias.

Nós já dissemos, nós já negamos, nós já não admitimos. E no Governo atual, os senhores sabem da minha posição, mesmo sendo do Governo, de independência e de crítica a algumas ações do Governador Paulo Afonso, mas ele também, a exemplo de alguns dos seus antecessores, tem agido com cautela.

Então, nesses três anos e quatro meses de Governo, são treze medidas provisórias, o que é um número considerável. E eu pergunto: se limitarmos, como quer o Deputado Ivan Ranzolin, se liquidarmos, se eliminarmos a figura da medida provisória, como vai proceder o Governador? Hoje é Paulo Afonso, a partir de 1º de janeiro pode ser outro. Como ele vai agir em caso de urgência e de relevância? Virá bater nesta Casa e pedir socorro? De que forma, se não há um instrumento regido (a medida provisória)?

Inclusive, assinalou bem o Deputado Pedro Bittencourt, com temperamentos que foram colocados ali, com regras para redução do poder. No Governo Federal, a medida provisória é baixada e pode ser reeditada sempre. Tem algumas que já estão na vigésima-sétima reedição. Aqui não, ela é editada e, se for rejeitada, não pode mais vir, só em outra oportunidade.

Então, o legislador de Santa Catarina (e eu não estava aqui) foi sábio, estabeleceu critérios e objetivos.

No âmbito federal, já se chegou a mandar uma medida provisória para o Congresso, lamentavelmente aprovada, para autorizar a compra de um veículo ao Vice-Presidente Marco Maciel. Ora, há urgência, há relevância numa medida provisória dessa? Não há!

E se nós aqui eliminarmos essa figura que existe no âmbito federal, também estaremos vulnerando, porque não há simetria entre aquilo que determina a Constituição Federal e a Constituição Estadual.

Por isso, senhor Presidente, o nosso encaminhamento é pela não-admissibilidade dessa emenda constitucional que suprime o instituto da medida provisória.

O Sr. Deputado Ivan Ranzolin - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Ex.a já não havia encaminhado, Deputado Ivan Ranzolin?

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Encaminhei, agora peço a palavra pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, o senhor Deputado Ivan Ranzolin.

O SR. DEPUTADO IVAN RANZOLIN - Eu só queria justificar uma posição que foi levantada pelo Deputado Pedro Bittencourt.

Na realidade, senhor Presidente, quando entrou essa medida provisória (inclusive tem a assinatura de muitos Deputados do PMDB que hoje ainda tem acesso na Casa, como o Deputado Noemi Cruz), nós assumimos um compromisso de, se admitida, nós discutirmos esta questão mais profundamente. Por isso é que pretendemos que seja votada a admissibilidade, para quem sabe produzir uma pequena alteração e mantermos o instituto da medida provisória, coisa que não poderemos fazer se ela não for admitida.

Não há nenhuma ilegalidade, nenhuma inconstitucionalidade nessa admissão. Portanto, se ela for admitida, é apenas para um questionamento de estudo no seu mérito.

Essa é a explicação que dou à questão levantada pelo Deputado Pedro Bittencourt: que nós assumimos um compromisso de reexaminar o mérito para, quem sabe, se o encaminhamento for pela manutenção da medida provisória, produzirmos algumas alterações para realmente facilitar o trabalho na Casa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao senhor Primeiro Secretário, Deputado Odacir Zonta, que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal.

Quem votar "sim" aprova a admissibilidade da emenda e que votar "não" rejeita-a.

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -
DEPUTADO ADELOR VIEIRA sim
DEPUTADO AFONSO SPANIOL sim
DEPUTADO CARLITO MERSS sim
DEPUTADO CESAR SOUZA ausente
DEPUTADO CIRO ROZA não

DEPUTADO ENI VOLTOLINI sim
DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim
DEPUTADO GELSOM SORGATO não
DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL sim
DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim
DEPUTADO GILSON DOS SANTOS sim
DEPUTADO HERNEUS DE NADAL ausente
DEPUTADA IDELI SALVATTI sim
DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO sim
DEPUTADO IVAN RANZOLIN sim
DEPUTADO IVO KONELL não
DEPUTADO JAIME MANTELLI ausente
DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI não
DEPUTADO JORGINHO MELLO ausente
DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA ausente
DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI ausente
DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim
DEPUTADO LUIZ HERBST não
DEPUTADO MANOEL MOTA não
DEPUTADO MIGUEL XIMENES não
DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO não
DEPUTADO NEODI SARETTA Presidente
DEPUTADO NORBERTO STROISCH sim
DEPUTADO ODACIR ZONTA sim
DEPUTADO OLICES SANTINI sim
DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI não
DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT sim
DEPUTADO PEDRO UCZAI sim
DEPUTADO RENO CARAMORI sim
DEPUTADO ROMILDO TITON ausente
DEPUTADO SERGIO SILVA ausente
DEPUTADO UDO WAGNER sim
DEPUTADO VANDERLEI ROSSO ausente
DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim
DEPUTADO WILSON WAN-DALL sim

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - temos 21 votos "sim" e 08 votos "não".

Não tendo atingido 24 votos, ou seja, três quintos, está rejeitada a admissibilidade da emenda.

Discussão e votação em primeiro turno do Projeto de Lei nº 46/98, de autoria do Deputado Lício Silveira, em regime de urgência, que dispõe sobre a proibição de formalização de contratos pelo Poder Executivo, empresas públicas e de economia mista com as cláusulas que menciona.

Conta com parecer favorável da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Bittencourt - Pedimos a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, para uma questão de ordem, o senhor Deputado Pedro Bittencourt.

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Senhor Presidente, esse projeto faz uma correlação com um artigo da Constituição Estadual e está apresentado como projeto de lei. Consulto a Mesa se não deveria ser um projeto de lei complementar, porque ele se refere ao art. 13 da Constituição do Estado. Em um dos seus incisos, ele traz uma definição sobre uma das expressões deste inciso quando fala em transferência de controle, acrescentando formas desta transferência.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado, vamos ler o teor dos artigos, para que possamos em conjunto fazer a análise.

(Passa a ler)

"Art. 1º - É vedado ao Poder Executivo, às empresas públicas e de economia mista, cujo controle acionário pertence ao Estado de Santa Catarina, assinar contratos ou instrumentos legais congêneres que em suas cláusulas conste a transferência de controle técnico-administrativo de gestão compartilhada das mesmas."

Essa lei entra em vigor na data de sua publicação.

A Constituição Estadual diz no seu art.13, § 1º: "Depende de lei específica:

II - a) constituição de empresa pública (...)

c) transformação, fusão (...)

§ 2º - Depende de autorização legislativa, em cada caso, a participação das entidades da administração indireta no capital de empresas privadas...

Mas não fala em lei complementar.

"Art.57 - As leis complementares são de:

I - organização e divisão judiciárias;

II - organização do Ministério Público e da Procuradoria-Geral do Estado;

III - organização do Tribunal de Contas;

IV - regime jurídico único dos servidores estaduais e diretrizes para a elaboração de planos de carreira;

V - organização da Polícia Militar e regime jurídico de seus servidores;

VI - atribuições do Vice-Governador do Estado;

VII - organização do sistema estadual de educação;

VIII - plebiscito e referendo."

(Cópia fiel)

No entendimento, haveria possibilidade de se ler...

O SR. DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT - Está respondida a questão de ordem, senhor Presidente. Agradeço a V.Exa.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado por maioria.

O Sr. Deputado João Henrique Blasi - Pedimos a palavra, pela ordem, para encaminhamento de votação, senhor Presidente.

V.Exa. não submeteu ao encaminhamento, o que é normal em todo o processo de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Nós colocamos em votação. Quando se coloca em votação, os senhores Deputados que desejarem fazer encaminhamento deverão pedir a palavra pela ordem.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mas V.Exa. sabe que é usual, que sempre ocorre os encaminhamentos!

O Sr. Deputado Lício Silveira (Intervindo) - Senhor Presidente, é matéria vencida, já foi votada!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Absolutamente! Não é matéria vencida!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado João Henrique Blasi, é usual emitir encaminhamento, aliás, não é usual, é regimental. Agora, o Deputado tem que estar presente e pedir o encaminhamento...

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mas eu estava presente...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - A matéria já foi votada!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Eu estava presente, senhor Presidente, mas V.Exa. descumpriu um preceito regimental, que é possibilitar o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Esta Presidência fez o que sempre faz: coloca em votação, e os que desejarem o

encaminhamento, pedem neste momento a palavra para encaminhamento. Não houve pedido de encaminhamento no momento em que se colocou em votação.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Mas V.Exa. não permitiu, senhor Presidente! Não sei por que essa rapidez!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Não houve solicitação de encaminhamento!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Não sei por que essa celeridade anormal, atípica, em não permitir que houvesse os encaminhamentos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - É sempre assim! Foi feito sempre assim!

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Não é sempre assim! Votamos há pouco duas medidas provisórias com toda a tranquilidade, em que se permitiu encaminhamento. Desta feita, não sei por que fez-se uma votação...

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Deputado João Henrique Blasi, V.Exa. é um Deputado assíduo nesta Casa, sabe que sempre a Presidência faz o mesmo trâmite, ou seja, coloca em discussão e depois em votação. Nesse momento, se algum Deputado solicitar a palavra, pela ordem, para encaminhamento, a Presidência concede. Como não houve ninguém pedindo para encaminhar, a Presidência colocou em votação. Sempre foi assim.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - V.Exa. suprimiu o encaminhamento.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Está indeferida a sua questão.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Presidente, quero saber qual o resultado da votação, quantos votos a favor e quantos contra, porque eu não sei!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - V.Exa. está pedindo verificação de votação? A Presidência defere.

O SR. DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI - Sim, peço verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Solicito ao senhor Secretário que proceda à chamada dos senhores Deputados para a votação nominal, uma vez que é legítimo o pedido de verificação de votação.

Os Deputados que desejarem aprovar votam "sim", e os que desejarem rejeitar votam "não".

O SR. PRIMEIRO SECRETÁRIO (Deputado Odacir Zonta) -

DEPUTADO ADELOR VIEIRA ausente

DEPUTADO AFONSO SPANIOL sim

DEPUTADO CARLITO MERSS sim

DEPUTADO CESAR SOUZA ausente

DEPUTADO CIRO ROZA não

DEPUTADO ENI VOLTOLINI sim

DEPUTADO FRANCISCO KÜSTER sim

DEPUTADO GELSOM SORGATO não

DEPUTADO GERVÁSIO MACIEL sim

DEPUTADO GILMAR KNAESEL sim

DEPUTADO GILSON DOS SANTOS sim

DEPUTADO HERNEUS DE NADAL ausente

DEPUTADA IDELI SALVATTI sim

DEPUTADO IDELVINO FURLANETTO sim

DEPUTADO IVAN RANZOLIN sim

DEPUTADO IVO KONELL não

DEPUTADO JAIME MANTELLI ausente

DEPUTADO JOÃO HENRIQUE BLASI não

DEPUTADO JORGINHO MELLO ausente

DEPUTADO JÚLIO TEIXEIRA ausente

DEPUTADO LEODEGAR TISCOSKI ausente

DEPUTADO LÍCIO SILVEIRA sim

DEPUTADO LUIZ HERBST não

DEPUTADO MANOEL MOTA não

DEPUTADO MIGUEL XIMENES sim

DEPUTADO NARCIZO PARISOTTO ausente

DEPUTADO NEODI SARETTA Presidente

DEPUTADO NORBERTO STROISCH ausente

DEPUTADO ODACIR ZONTA sim

DEPUTADO OLICES SANTINI sim

DEPUTADO ONOFRE SANTO AGOSTINI ausente

DEPUTADO PEDRO BITTENCOURT ausente

DEPUTADO PEDRO UCZAI sim

DEPUTADO RENO CARAMORI sim

DEPUTADO ROMILDO TITON ausente

DEPUTADO SERGIO SILVA ausente

DEPUTADO UDO WAGNER sim

DEPUTADO VANDERLEI ROSSO ausente

DEPUTADO VOLNEI MORASTONI sim

DEPUTADO WILSON WAN-DALL ausente

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Temos 18 votos "sim" e seis votos "não".

Está confirmado o resultado anterior, ou seja, aprovado por maioria, em primeiro turno.

Sobre a mesa requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao diretor-superintendente da empresa Auto Viação Catarinense, cumprimentando-o pelos 70 anos de atividade daquela empresa.

A Presidência defere de plano.

Requerimento de autoria do Deputado Pedro Uczai e outros, que solicita o envio de mensagem telegráfica ao Presidente da República, ao Presidente do STJ, ao Ministro Extraordinário da Política Fundiária, ao Ministro da Agricultura, ao Presidente do Incra, ao Governador do Estado de Santa Catarina, ao Presidente do Tribunal de Justiça de Santa Catarina, solicitando que assumam a sua responsabilidade no sentido de punir os responsáveis pelo massacre dos trabalhadores rurais.

Em discussão.

O Sr. Deputado Pedro Uczai - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Deputado Pedro Uczai.

O SR. DEPUTADO PEDRO UCZAI - Senhor Presidente e senhores Deputados, amanhã completará dois anos do assassinato de dezenove sem-terra em Eldorado do Carajás. Esta Casa precisa tomar uma posição firme contra a violência no campo e contra a impunidade dos que cometem violência contra trabalhadores rurais sem terra. Também tem que tomar uma posição firme em defesa da reforma agrária neste País.

Só é possível pensar numa sociedade diferente com mais qualidade de vida e cidadania, com mais justiça social, se efetivamente tivermos uma reforma agrária neste País.

Em solidariedade ao Movimento dos Sem-Terra, em solidariedade à luta pelo acesso à terra, em solidariedade à democratização da terra no Brasil, em defesa da reforma agrária e pelo fim da impunidade e da violência no campo, a Bancada do Partido dos Trabalhadores propõe este requerimento, a ser votado aqui, no sentido de que o Presidente da República, o Ministro da Reforma Agrária, o Governador e outras autoridades tomem uma posição pública, aberta e transparente não só em defesa da reforma agrária mas, também, quanto à punição dos responsáveis por esses diversos massacres que têm ocorrido historicamente neste País.

Amanhã, quando completa dois anos - e não estamos comemorando, mas denunciando - da morte dezenove companheiros do Movimento dos Sem-Terra, que isso seja tornado público, para que comece o fim da impunidade no nosso País, para que essas denún-

cias continuem cada vez mais abertas. Que esta Casa seja um espaço de denúncia, de pressão e também de construção da reforma agrária neste País.

Senhor Presidente e senhores Deputados, solicito a votação favorável a este requerimento, para que as autoridades responsáveis sejam pressionadas para terminar com essa violência, com essa impunidade e que se realize objetivamente a reforma agrária.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Como sói acontecer, não houve pedidos de encaminhamento, portanto nós vamos colocar em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Senhores Deputados, esta é a forma com que a Presidência sempre encaminhou e irá continuar encaminhando as votações!

Requerimento de autoria do Deputado Wilson Wan-Dall, solicitando que seja agendada uma sessão, em data determinada pela Mesa Diretora, para que o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional, entidade não-governamental, ocupe o espaço com o objetivo de dar conhecimento aos Deputados desta Casa e a toda sociedade catarinense dos importantes trabalhos desenvolvidos.

Em discussão.

O Sr. Deputado Wilson Wan-Dall - Peço a palavra, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra o Autor.

O SR. DEPUTADO WILSON WAN-DALL - Senhores Deputados, eu participei há poucos dias de um encontro em Blumenau, organizado pela Furb, do Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional, que teve a coordenação do BRDE.

Achei muito interessante, e a comunidade do Vale do Itajaí ficou satisfeita, tanto que na oportunidade fui conversar com a direção sobre a possibilidade de vir a este Plenário fazer alguns depoimentos sobre o que está sendo desenvolvido em Santa Catarina, para que os Deputados tenham conhecimento dessa importante entidade que é o Fórum Catarinense de Desenvolvimento Regional.

Por isso, quero solicitar aos Deputados e à Mesa Diretora que deem oportunidade da realização de uma sessão para que essa entidade possa fazer aqui alguns esclarecimentos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Continua em discussão.

(Pausa)

Não havendo mais quem o queira discutir, encerramos a sua discussão.

Em votação.

Os senhores Deputados que o aprovam permaneçam como se encontram.

Aprovado.

Esta Presidência, em nome da Afubra, convida todos os senhores Deputados para o lançamento do Livro "A floresta e a

água", no plenarinho desta Casa, a partir das 18h.

A Sra. Deputada Ideli Salvatti - Peço a palavra, pela ordem, senhor Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Com a palavra, pela ordem, a Deputada Ideli Salvatti.

A SRA. DEPUTADA IDELI SALVATTI - Senhor Presidente, aproveito a oportunidade para reiterar que amanhã, conforme requerimento aprovado ontem, a sessão das 9 às 11hs estará suspensa para a realização de uma audiência pública na Comissão de Educação, para atender os representantes da UFSC que se encontram em greve há vários dias.

Além dos Deputados-membros da Comissão de Educação, o convite é estendido aos demais Deputados que tenham interesse em participar dessa audiência pública.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Neodi Saretta) - Terminada a Ordem do Dia, passaremos à Explicação Pessoal.

Não havendo oradores inscritos, livre a palavra a todos os senhores Deputados.

(Pausa)

Não havendo quem queira fazer uso da palavra, damos conhecimento ao Plenário da pauta para a Ordem do Dia de amanhã: Requerimento de nº 198.

Esta Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, ordinária, para amanhã, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem aprovadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.

ATOS DA MESA DIRETORA

RESOLUÇÕES

RESOLUÇÃO Nº 316/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

Art. 1º - Considerar "Ponto Facultativo" para os servidores da Assembléia Legislativa, o próximo dia 20, Segunda-feira, data que antecede as comemorações alusivas a "Tiradentes".

Parágrafo Único - A carga horária que é facultada no caput deste artigo, será compensada posteriormente, durante 12 (doze) dias, em 30 (trinta) minutos diários.

Art. 2º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 317/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, SADI PEIXOTO, Matrícula nº 3127, para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 06/04/98 (Deputado João Henrique Blasi).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 318/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, TERCÍLIO BONESSI, matrícula nº 3152, do cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 319/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, ADERBAL ZIN, matrícula nº 1445, do cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1160, de 22/08/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - Secretário

Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 320/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, JOSÉ FAVARIN NETO, matrícula nº 2714, do cargo de Secretário Parlamentar, símbolo PL/3-CC, do Quadro do

Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1162, de 22/08/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 321/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MANFRED BENEDICTO GRIMM, matrícula nº 3153, do cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1384, de 13/10/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 322/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

EXONERAR, nos termos do artigo 169, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, AMILCAR ANTÔNIO BRAGA, matrícula nº 3017, do cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e, simultaneamente, REVOGAR a Resolução nº 1380, de 13/10/97, que concedeu-lhe Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 323/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 1386, de 13/10/97, que concedeu Gratificação de Atividade Parlamentar, a DIÓGENES DOMINGOS GRIGOLO, matrícula nº 1722, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Hans Fritsche).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 324/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 40/92, c/c a redação dada pelo parágrafo único da Resolução DP nº 023, de 06/05/97,

CONCEDER Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 30% (trinta por cento), a DIÓGENES DOMINGOS GRIGOLO, matrícula nº 1722, a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 325/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, de acordo com os artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 072/95, AMILCAR ANTÔNIO BRAGA, matrícula nº 3017, para exercer, em comissão, o cargo de Assistente Parlamentar, código PL/DCA-2, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta

por cento) a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 326/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, MANFRED BENEDICTO GRIMM, matrícula nº 3153 para exercer, em comissão, o cargo de Auxiliar de Unidade Parlamentar, código PL/DCA-1, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 327/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85,

NOMEAR, ADEBAL ZIN, matrícula nº 1445, para exercer, em comissão, o cargo de Chefe de Gabinete Parlamentar, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 328/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, JOSÉ FAVARIN NETO, Matrícula nº 2714, para exercer, em comissão, o cargo de Secretário Parlamentar, símbolo PL/3-CC, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 329/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

NOMEAR, nos termos dos artigos 9º e 11º, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, c/c a Resolução DP nº 040/92, CLÁUDIA RODRIGUES JARDIM, para exercer, em comissão, o cargo de Coordenador de Atividades Legislativas, código PL/DCA-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, e CONCEDER-LHE, de acordo com o artigo 5º, da Resolução DP nº 040/92 c/c a redação dada pelo Parágrafo Único da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97, a Gratificação de Atividade Parlamentar, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 13/04/98 (Deputado Miguel Ximenes).
Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário
*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 330/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 695, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a ERALDO KFOURI, matrícula nº 0617, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 13/04/98 (Comissão de Trabalho e Serviços Públicos).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 331/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97,

CONCEDER a ERALDO KFOURI, matrícula nº 0617, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 13/04/98 (Comissão de Educação, Cultura e Desporto).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 332/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o artigo 2º da Resolução DP nº 023/97, de 06/05/97,

CONCEDER a ANTÔNIO CARLOS MORRO, matrícula nº 1359, Gratificação de Atividade Especial, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 1º/04/98 (Comissão de Finanças e Tributação).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 333/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 703, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a MARIA THEREZA FRANZONI DE ARAÚJO, matrícula nº 1093, no percentual de 20% (vinte por cento), a partir de 1º/04/98 (Comissão Especial e de Inquérito).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 334/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

REVOGAR a Resolução nº 672, de 05/05/97, que concedeu Gratificação de Atividade Especial, a CLEUSA REGINA E SILVA, matrícula nº 0727, no percentual de 40% (quarenta por cento), a partir de 01/04/98 (Comissão de Finanças e Tributação).

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 335/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE:

PRORROGAR, até o dia 1º de fevereiro de 1999, os efeitos da Resolução nº 807, de 15/05/97, que colocou à disposição do DER - 22º Distrito Rodoviário de São Lourenço do Oeste, STELA MARIS MARTINS DA SILVA, matrícula nº 1487, com ônus para este Poder, sem a vantagem pessoal prevista no artigo 14, da Resolução DP nº 040, de 29 de maio de 1992, a partir de 02/02/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 336/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: com fulcro no art. 1º, IV, da Resolução nº 1013/91 deste Poder,

COLOCAR À DISPOSIÇÃO da Associação de Garantia ao Atleta Profissional de Santa Catarina - AGAP, o servidor DJALMA BITTENCOURT, matrícula nº 1172, ocupante do cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM/9-C, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, sem ônus para este Poder, a partir de 01/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 337/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 2012/97,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a RONEDY DE BONNA PIVA, matrícula nº 1942, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, Código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licenças-Prêmio referentes aos quinquênios compreendidos entre 15/05/85 a 30/04/86 e 30/05/86 a 15/06/90 e de 16/06/90 a 16/06/95.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 338/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições, e tendo em vista o que consta do Processo nº 0236/98,

RESOLVE:

CONCEDER, nos termos do artigo 78, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, a SILMARA QUINTÃO DA SILVEIRA, matrícula nº 1582, ocupante do cargo de Administrador, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, Licença-Prêmio referente ao quinquênio compreendido entre 02/08/92 e 02/08/97.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 339/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 0836/97,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, III, letra "c", da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/95,

CONCEDER APOSENTADORIA proporcional, ao funcionário JOSÉ LUIZ ROSLINDO, matrícula nº 1824, no cargo de Técnico em Contabilidade, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos proporcionais ao tempo de serviço.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

RESOLUÇÃO Nº 340/98

A MESA DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE SANTA CATARINA, no uso de suas atribuições e tendo em vista o que consta do Processo nº 2834/97,

RESOLVE: de acordo com o artigo 30, III, letra "a", da Constituição do Estado de Santa Catarina, combinado com os artigos 107 e seguintes, da Lei nº 6.745, de 28/12/95,

CONCEDER APOSENTADORIA, por tempo de serviço, ao funcionário FLAVIO RAUL MARTINS, matrícula nº 0104, no cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-9-J, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, com os proventos de Lei.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado Neodi Saretta - Presidente
Deputado Odacir Zonta - Secretário
Deputado Afonso Spaniol - Secretário

*** X X X ***

PUBLICAÇÕES DIVERSAS

ATAS DAS COMISSÕES PERMANENTES E DA COMISSÃO PARLAMENTAR INTERNA

ATA DA 1ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia trinta e um do mês de março do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado IVAN RANZOLIN e presentes mais os senhores **Deputados Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Olíces Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Hans Fritsche e Pedro Uczai**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente relatou o Projeto de Resolução nº 008.6/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Resolução nº 001.7/98, (relator Deputado Carlito Merss), exarando parecer favorável ao texto original, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Pedro Uczai. O senhor Deputado **Júlio Teixeira** relatou o Projeto de Lei Complementar nº 004.2/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 206.8/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado Pedro Uczai. O senhor Deputado **João Henrique Blasi** relatou os Projetos de Lei nºs 025.3, 029.4 e 030.3/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 165.2 e 316.6/97, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei Complementar nº 012.0/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; os Projetos de Lei nºs 237.1 e 412.0/97, exarando pareceres pela diligência, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Decreto Legislativo nº 003.6/98, exarando parecer favorável a diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado **Olíces Santini** relatou os Projetos de Lei nº 004.3, 010.6, 011.9 e 015.0/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 021.2/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 195.3/97, exarando parecer pela ouvida do autor, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 377.0/97, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 391.1/97, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Decreto Legislativo nº 0502.6/96, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. Ainda, relatou a Redação Final da Medida Provisória nº 075/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Presidente convocou reunião extraordinária, para o dia 02 de abril, às 11(once) horas, para efetuar a distribuição das Representações nºs 001 e 002/98, seguindo um cronograma. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 31 de março de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Olíces Santini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Hans Fritsche - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 1ª REUNIÃO EXTRAORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às onze horas do dia dois do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados **Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Hans Fritsche, Pedro Uczai** e, em substituição ao senhor Deputado **Olíces Santini**, o senhor Deputado **Otávio Gilson dos Santos**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente comunicou

que a designação das relatorias aos processos de representações nºs 001 e 002/98, seria através de sorteio secreto, seguindo a nominata dos nomes dos membros efetivos da comissão num envelope. Assim, o senhor Presidente convidou o senhor Deputado **Otávio Gilson dos Santos**, que fizesse o sorteio comunicando os nomes à relatoria. Logo após, anunciou-se os escolhidos, sendo: o senhor Deputado **Olíces Santini**, para relatar a Representação nº 002/98, expedida contra o senhor Deputado **Jaime Mantelli** e, o senhor Deputado **Hans Fritsche** para relatar a Representação nº 001/98, contra o senhor Deputado **Narcizo Parisotto**. O senhor Deputado **João Henrique Blasi**, levantando questão de ordem, comunicou a Presidência que o senhor Deputado **Hans Fritsche**, sendo membro suplente com assento neste Parlamento, estava se desligando das atividades parlamentares em virtude do retorno do titular, o senhor Deputado **Miguel Ximenes**, comunicou ainda que, neste caso no âmbito da Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis, o senhor Deputado **Miguel Ximenes** assumiria a relatoria do processo designado ao senhor Deputado **Hans Fritsche**. A seguir o senhor Presidente consultou os membros presentes da Comissão que, não se objetaram com a indicação, manifestaram-se favorável à transferência da relatoria. Ato contínuo, o senhor Presidente convocou outra reunião extraordinária, para o dia 8 deste mês, às 18:00 hs, após Sessão Plenária. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual eu, Ivon Monteiro de Souza, secretário "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 02 de abril de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente
Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente
Deputado Eni Voltolini - Membro
Deputado Jorginho Mello - Membro
Deputado Romildo Titon - Membro
Deputado João Henrique Blasi - Membro
Deputado Hans Fritsche - Membro
Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA 2ª REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO DE LEIS, REFERENTE A 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dez horas do dia sete do mês de abril do ano de um mil novecentos e noventa e oito, sob a Presidência do senhor Deputado Ivan Ranzolin e presentes mais os senhores Deputados **Júlio Teixeira, Eni Voltolini, Olíces Santini, Jorginho Mello, Romildo Titon, João Henrique Blasi, Pedro Uczai** e, substituindo oficialmente o senhor **Hans Fritsche**, o senhor Deputado **Miguel Ximenes**, reuniu-se a Comissão de Constituição, Justiça e Redação de Leis. Abertos os trabalhos, foi lida e aprovada a ata da reunião anterior. O senhor Presidente avocou a relatoria do senhor Deputado **Carlito Merss** referente ao Projeto de Resolução nº 001.7/98, após a discussão ficou decido por unanimidade a retirada de pauta. O senhor Deputado **Olíces Santini** relatou o Projeto de Lei nº 0020.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **João Henrique Blasi**; o Projeto de Lei nº 283.9/97, exarando parecer pelo sobrestamento, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 335.0/97, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O senhor Deputado **Eni Voltolini** relatou os Projetos de Lei nºs 257.9/95 e 026.6/98, exarando pareceres favoráveis, que postos em discussão e votação, foram aprovados por unanimidade; o Projeto de Lei nº 023.8/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **Pedro Uczai**. O senhor Deputado **Júlio Teixeira** relatou o Projeto de Lei nº 0024.0/98, exarando parecer favorável, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; o Projeto de Lei nº 0019.0/98, exarando parecer pela rejeição, que posto em discussão, foi cedido para vista ao senhor Deputado **Romildo Titon**. O senhor Deputado **João Henrique Blasi** relatou o Projeto de Lei nº 0037.2/98, exarando parecer pela diligência, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade; a Mensagem nº 03334/98, exarando parecer favorável, com a ressalva do Poder Executivo remeter após a viagem um relatório circunstanciado das vistas. Ato contínuo, o senhor Presidente convidou a senhora Deputado **Ideli Salvatti** para fazer a escolha dos novos relatores aos processos de representação nº 001 e 002/98, contra os senhores Deputados **Narcizo Parisotto** e **Jaime Mantelli**. Assim sendo, foram sorteados o senhor Deputado **Romildo Titon**, para relatar a Representação de nº 001/98 e o senhor Deputado **Pedro Uczai**, para relatar a

Representação de nº 002/98. Após, o senhor Presidente solicitou a secretaria que notificasse os réus, sobre o ocorrido no dia de hoje, referente ao sorteio e, convocando à todos os presentes para reunião extraordinária, na Sala 27 das Reuniões das Comissões, no dia 08 deste mês, às 18 horas. Nada mais havendo a tratar, o senhor Presidente encerrou a presente reunião, da qual, eu, Ivon Monteiro de Sousa, secretário, "ad hoc", lavrei a presente ata, a qual, após ser lida e achada de acordo, será assinada pelo senhor Presidente e demais membros.

Sala da Comissão, em 07 de abril de 1998.

Deputado Ivan Ranzolin - Presidente

Deputado Júlio Teixeira - Vice-Presidente

Deputado Eni Voltolini - Membro

Deputado Olives Santini - Membro

Deputado Jorginho Mello - Membro

Deputado Romildo Titon - Membro

Deputado João Henrique Blasi - Membro

Deputado Miguel Ximenes - Membro substituto

Deputado Pedro Uczai - Membro

*** X X X ***

ATA DA PRIMEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DA COMISSÃO DE FISCALIZAÇÃO, CONTROLE E EFICÁCIA LEGISLATIVA, RELATIVA À 4ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 13ª LEGISLATURA

Às dezessete horas do dia primeiro de abril de um mil novecentos e noventa e oito, compareceram na Sala de Reunião das Comissões Técnicas, os senhores Deputados Norberto Stroisch Filho, Presidente; Carlito Merss, Vice-Presidente; Reno Caramori; Júlio Teixeira e Luiz Herbst. Havendo quorum regimental, o Senhor Presidente deu por aberta a presente reunião, iniciando a leitura do ofício nº 0036.6/97, da Procuradoria Geral do Estado, relatado pelo Senhor Deputado Jaime Mantelli, que colocado em discussão, foi solicitado pedido de vistas pelo Senhor Deputado Carlito Merss, imediatamente concedido. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura do parecer pelo arquivamento ao Ofício nº 0037.9/97, do Presidente do Tribunal de Contas do Estado, que encaminha relatório de Atividades relativo ao terceiro trimestre de 1997, relatado pelo Senhor Deputado Paulo Vidal, que posto em discussão e votação, foi aprovado por unanimidade. O Senhor Presidente relatou o parecer pelo arquivamento do Ofício nº 004.0/98, do Tribunal de Justiça, que encaminha cópia do quadro de detalhamento da despesa do Tribunal de Justiça e do Fundo de Reprocessamento, que posto em discussão e votação foi aprovado por unanimidade. Ato contínuo, o Senhor Presidente fez a leitura do parecer ao Ofício nº 003.7/97, de procedência do Tribunal de Justiça do Estado, relatado pelo Senhor Deputado Pedro Uczai, que solicita diligência ao Tribunal de Contas do Estado, encaminhado através do Ofício DP369/97, de 20 de maio de 1997, da Presidência deste Poder. Cauteloso, o Senhor Presidente solicitou à Assessoria da Comissão que verificasse junto ao Setor de Expediente da Casa o envio de resposta pelo Tribunal de Contas do Estado de Santa Catarina, caso contrário reiteraremos os termos do referido Ofício. O Senhor Presidente deu conhecimento aos membros, do recebimento do ofício circular nº 01/98, de 03 de março de 1998, do Senhor Janir Poleza, Presidente da Câmara de Vereadores e de Lideranças políticas do Município de Santa Terezinha, sobre o sucateamento dos equipamentos agrícolas e a falta de infra-estrutura rural, o abandono do campo e a massificação dos centros urbanos, onde discutido houve intervenções preocupantes dos Membros da Comissão. Em seguida o Senhor Presidente acusa aos membros da Comissão o recebimento do Ofício nº GP/DP075/98, de 16 de março de 1998, da Presidência deste Poder, comunicando que esta Assembléia Legislativa aprovou na Sessão Plenária do dia 11 de março, requerimento de autoria do Senhor Deputado Odacir Zonta, solicitando averiguação e auditoria pelo Órgão de Contas do Estado de Santa Catarina, a fim de que seja esclarecida a situação de diversas entidades deste Estado que não recebem os valores apontados pela Secretaria de Estado da Fazenda. O Senhor Presidente fez a leitura do requerimento da Bancada do Partido dos Trabalhadores de nº 003/98, que requer Audiência Pública, representados pelos integrantes da Comissão de Trabalho e Defesa do Consumidor, e da Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa, com a participação de representantes do Governo do Estado, da Casan e da FATMA, da Prefeitura Municipal de Joinville, da ACIJ - Associação Comercial e Industrial de Joinville, e da FANJO - Federação das Associações de Moradores de Joinville, com o objetivo de debater e propor soluções para a crise de abastecimento de água que afeta o Município. Em seguida o Senhor Presidente fez a leitura do Requerimento nº 088/98, aprovado na Sessão de 25/03/98, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, que sugere Audiência Pública e discussão do Projeto de Lei relativo à autorização ao Poder Executivo de contratar operação de crédito destinada a refinanciar dívidas do Estado, transformado na Lei nº 10.542, de 30 de setembro de 1997, que estabelece prazo de 180 (cento e oitenta) dias para que o Executivo encaminhe a esta Casa Projeto de Lei estabelecendo a Estrutura e Organização do Sistema

Financeiro do Estado de Santa Catarina e de sua Agência de Fomento, ficando a data em aberto a "posteriori". Por fim o Senhor Presidente fez a leitura do Requerimento nº 083/98, da Bancada do Partido dos Trabalhadores, aprovado na Sessão de 25 de março de 1998, que requer Audiência Pública na Comissão de Fiscalização, Controle e Eficácia Legislativa desta Casa para tratar da regulamentação da Lei de instalação dos equipamentos de segurança pelos estabelecimentos financeiros, das ações do Poder Executivo na fiscalização do cumprimento da Lei e outras providências. Ficou acordada a realização desta Audiência para o dia 14 de abril, terça-feira às nove horas no Plenarinho desta Casa. Logo após o Senhor Presidente sugeriu aos Membros da Comissão que a distribuição de processos da Comissão seguirá a ordem da lista de presença: 1 - Deputado Norberto Stroisch Filho; 2 - Deputado Carlito Merss; 3 - Deputado Lício Mauro da Silveira; 4 - Deputado Reno Caramori; 5 - Deputado Luiz Herbst; 6 - Deputado Júlio Teixeira e 7 - Deputado Hans Fritsche, sendo que todos os presentes concordaram. Em seguida o Senhor Presidente informou aos Membros da Comissão que as reuniões ordinárias serão realizadas todas as segundas-feiras, após a Sessão Plenária, conforme decisão adotada quando da reunião com os Presidentes das Comissões Técnicas e a Mesa Diretora desta Casa. Por fim o Senhor Presidente deixou a palavra livre, agradeceu a presença dos Senhores Deputados Membros e não havendo manifestações, encerrou a presente reunião. Para constar, eu, Nelson Martins Filho, lavrei a presente Ata, que após achada correta será assinada pelo Presidente e demais membros presentes.

Sala da Comissão, em 1º de abril de 1998.

Deputado Norberto Stroisch Filho - Presidente

Deputado Carlito Merss - Vice-Presidente

Deputado Lício Mauro da Silveira - Membro

Deputado Reno Caramori - Membro

Deputado Luiz Herbst - Membro

Deputado Júlio Teixeira - Membro

*** X X X ***

ATA DA REUNIÃO DE INSTALAÇÃO DA COMISSÃO PARLAMENTAR INTERNA CONSTITUÍDA PELA RESOLUÇÃO DP/Nº 003/98, DE 31 DE MARÇO DE 1998, DA MESA DIRETORA DO PODER LEGISLATIVO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

Às dezesseis horas e trinta minutos do dia sete de abril do ano de mil novecentos e noventa e oito, na Sala das Comissões do Palácio Barriga-Verde, reuniram-se os Senhores Deputados Lício Mauro da Silveira, Udo Wagner, Júlio Teixeira, Ideli Salvatti e Jorginho Mello, para instalação da Comissão acima epigrafada. Havendo número legal, assumiu na forma regimental a direção dos trabalhos, o Senhor Deputado Lício Mauro da Silveira, na qualidade de Membro mais idoso da Comissão, declarando aberto os trabalhos. Fazendo uso da palavra, o Senhor Presidente sugere o nome do Senhor Deputado Júlio Teixeira para a Presidência e pergunta que mais algum dos Senhores Deputados deseja concorrer à Presidência. Como não houve manifestações, foi colocado em votação e aprovado por unanimidade. Para a Relatoria foi indicada a Senhora Deputada Ideli Salvatti que colocado em votação, foi aprovado por unanimidade. A seguir, o Senhor Deputado Júlio Teixeira, já empossado na Presidência, agradeceu a confiança que lhe foi depositada pelos Senhores Deputados integrantes da Comissão, e, em seguida, concedeu a palavra a Senhora Deputada Ideli Salvatti que, na qualidade de relatora da matéria em questão, solicitou por parte da comissão as seguintes providências: 1) apensar os autos do processo da Comissão Parlamentar de Inquérito, instituída pela Resolução DP nº 038/97, aos autos da CPI instituída pela Resolução DP nº 003/98; 2) requerer da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto toda a documentação da licitação da bolacha "rosquinha de coco"; 3) convocar, para prestar depoimento na forma de diligência, os responsáveis pelas empresas participantes da licitação da bolacha "rosquinha de coco"; 4) convocar, para prestar depoimento na forma de diligência, os sócios da empresa Luna & Associados Consultores de Empresas Ltda. (Concorrência Pública nº 001/95) e os sócios da Fundação Pró-Educar (dispensas de licitação nº 005/96 e licitação nº 008/96); 5) convocar, para depoimento da CPI, o ex. Secretário da Educação e do Desporto, Exmo. Sr. Deputado Federal João Batista Matos; 6) autorizar os funcionários a serviço da CPI a realizar diligências nos processos de licitação da merenda escolar nos últimos dois anos junto ao setor responsável da Secretaria de Estado da Educação e do Desporto, bem como, no Tribunal de Contas do Estado; 7) que a CPI receba, em audiência, a Comissão representativa do CE Laura Lima, na próxima terça-feira, dia 14/04/98, às 11:00 horas. Nada mais havendo a tratar, encerrou o Senhor Presidente a presente reunião, e para constar, eu, Jorge Clénio da Silva, secretário designado, lavrei e digitei a presente Ata, que depois de lida e achada correta, será assinada pelo Senhor Presidente e demais membros presentes.

Sala da Comissão, em 07 de abril de 1998.

Deputado Júlio Teixeira - Presidente

Deputada Ideli Salvatti - Relatora

Deputado Udo Wagner

Deputado Lício Mauro da Silveira

Deputado Jorginho Mello

*** X X X ***

DECRETOS LEGISLATIVOS

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII da Constituição do Estado, e art. 115, inciso XI do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.076/98

Aprova Termos Aditivos a Convênios

Art. 1º Ficam aprovados os Termos Aditivos aos Convênios constantes do Processo TC/0181.0/97, celebrados em 16 de dezembro de 1996, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e as entidades sociais que menciona, objetivando alteração de cláusulas, nos termos do Decreto Governamental nº 1.516, de 27 de dezembro de 1996.

I - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6361/96-4, com o Instituto Lar da Juventude de Assistência e Educação, de Itajaí;

II - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6362/96-2, com a Creche e Orfanato Vinde a Mim as Crianças, de São José;

III - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6363/96-0, com o Programa Fumacense de Ação Social, de Morro da Fumaça;

IV - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6368/96-1, com o Conselho Comunitário Fernando de Faveri, de Cocal do Sul; e

V - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 6369/96-0, com o Conselho Comunitário de Guatá, de Lauro Müller.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 22 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 48, inciso VII da Constituição do Estado, e art. 115, inciso XI do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.077/98

Aprova Termos Aditivos a Convênios

Art. 1º Ficam aprovados os Termos Aditivos aos Convênios constantes do Processo TC/0397.0/97, celebrados em 16 de dezembro de 1996, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Social e da Família e os Municípios que menciona, objetivando alteração de cláusulas, nos termos do Decreto Governamental nº 1.472, de 23 de dezembro de 1996.

I - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 4999/96-9, com o Município de São Ludgero;

II - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 5021/96-0, com o Município de Vargeão;

III - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 5022/96-9, com o Município de São Miguel d'Oeste;

IV - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 5023/96-7, com o Município de Saudades; e

V - Primeiro Termo Aditivo ao Convênio nº 5024/96-5, com o Município de Sombrio.

Art. 2º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 22 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

Faço saber que a Assembléia Legislativa aprovou, nos termos do art. 40, inciso IV, alíneas "b" e "c" e art. 70 da Constituição do Estado, e art. 115, inciso IX do Regimento Interno e eu, Deputado Neodi Saretta, Presidente, promulgo o seguinte

DECRETO LEGISLATIVO Nº 18.078/98

Prorroga licença concedida pelo Decreto Legislativo nº 16.699, de 25 de janeiro de 1996, e adota outras providências.

Art. 1º Fica prorrogada, até 31 de dezembro de 1998, a licença concedida pelo Decreto Legislativo nº 16.699, de 25 de janeiro de 1996, que autoriza o Governador e o Vice-Governador do Estado a se ausentarem do País com destino ao Paraguai, Argentina e Uruguai, com o fim específico de tratar de assuntos inerentes ao Mercado Comum do Sul - MERCOSUL, mediante prévia e expressa comunicação à Assembléia Legislativa para cada afastamento.

Art. 2º O Governador e o Vice-Governador do Estado obrigam-se a remeter à Assembléia Legislativa relatório da viagem empreendida, até 15 (quinze) dias após o retorno.

Art. 3º Este Decreto Legislativo entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º Revogam-se as disposições em contrário.

PALÁCIO BARRIGA-VERDE, em 22 de abril de 1998.

Deputado Neodi Saretta - Presidente

Deputado Odacir Zonta - 1º Secretário

Deputado Adelor Vieira - 4º Secretário

*** X X X ***

PORTARIAS**PORTARIA Nº 175/98**

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições,

RESOLVE: de acordo com o art. 3º, da Resolução nº 1445/97, de 04/11/97,

ANTECIPAR férias, relativas ao exercício de 1998, da servidora GICELA DE AGUIAR SANTANA, matrícula nº 1988, do mês de julho para o mês de maio.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 176/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a DARCI COSTA, matrícula nº 0714, ocupante do cargo de Motorista, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 31/03/98.

PORTARIA Nº 177/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ISABELLA DE ARAÚJO B. FLORES, matrícula nº 1847, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-10-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 07 (sete) dias, a partir de 02/04/98.

PORTARIA Nº 178/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ARNO JOÃO JERONIMO, matrícula nº 1406, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 17 (dezessete) dias, a partir de 02/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 179/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARILETE LOPES BARZAN, matrícula nº 1246, ocupante do cargo de Datilógrafo, código PL/ATM-9-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/04/98.

PORTARIA Nº 180/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a ELISABETE NOVAES, matrícula nº 1306, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-E, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 03/04/98.

PORTARIA Nº 181/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do Art. 62, item I, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a MARIA LUCIA FEDELI GONÇALVES, matrícula nº 2103, ocupante do cargo de Auxiliar Legislativo, código PL/ATA/5-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 05 (cinco) dias, a partir de 13/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

O DIRETOR DO DEPARTAMENTO ADMINISTRATIVO, no uso de suas atribuições, e tendo em vista os termos do Art. 1º da Resolução nº 588/94,

RESOLVE:

PORTARIA Nº 182/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a HENRIQUE SCHERTEL CRUZ, matrícula nº 1040, ocupante do cargo de Técnico Legislativo, código PL/ATS-11-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 02/04/98.

PORTARIA Nº 183/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos do artigo 62, item I da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Tratamento de Saúde) a VERA LÚCIA FARIAS, matrícula nº 0299, ocupante do cargo de Diretor da Divisão de Documentação, código PL/DASU-4, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 10 (dez) dias, a partir de 15/04/98.

PORTARIA Nº 184/98 - CONCEDER LICENÇA, nos termos dos artigos 62, item I e 63, parágrafo único, da Lei nº 6.745, de 28/12/85, (Prorrogação-Tratamento de Saúde) a MÁRIO JOSÉ TEDESCO, matrícula nº 1621, ocupante do cargo de Assistente Legislativo, código PL/ATM-8-D, do Quadro do Pessoal da Assembléia Legislativa, por 30 (trinta) dias, a partir de 16/04/98.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

FAUSTO BRASIL GONÇALVES

Diretor

*** X X X ***

PROJETOS DE LEI

PROJETO DE LEI Nº 060/98

GABINETE DO GOVERNADOR

MENSAGEM Nº 3393

EXCELENTÍSSIMO SENHOR PRESIDENTE E DEMAIS MEMBROS DA ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

Nos termos do artigo 50 da Constituição Estadual, submeto à elevada deliberação de Vossas Excelências, acompanhado de exposição de motivos da Secretaria de Estado da Fazenda, o projeto de lei que "Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício de 1999 e estabelece outras providências".

Palácio Santa Catarina, 15 de abril de 1998.

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/98

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

GABINETE DO SECRETÁRIO

EXPOSIÇÃO DE MOTIVOS SEF Nº 099/98

Excelentíssimo Senhor Governador do Estado,

Temos a honra de submeter à elevada apreciação de Vossa Excelência o projeto de lei que dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e dá outras providências, para ser encaminhado, de acordo com o disposto no artigo 71, inciso XI, da Constituição do Estado, e no artigo 35, inciso II, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, à deliberação da Assembléia Legislativa do Estado, até o dia 15 de abril do corrente ano.

2. O capítulo I - das metas e prioridades da administração públicas estadual - apresenta os princípios e estratégias que norteiam a administração pública estadual e determina que as ações a serem programadas na lei orçamentária para o exercício financeiro de 1999 deverão ser compatíveis com as metas e prioridades estabelecidas no Plano Plurianual 1996/1999, conforme especificadas no anexo único ao projeto de lei de diretrizes orçamentárias.

3. O capítulo II - das diretrizes gerais para a elaboração dos orçamentos anuais - compreende cinco seções:

Sessão I - das diretrizes gerais - estabelece as diretrizes gerais para os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento.

Sessão II - das diretrizes dos orçamentos fiscal e da seguridade social - apresenta a composição dos orçamentos fiscal e da seguridade social, o limite para emissão de títulos públicos, o limite para as despesas de custeio e os critérios para distribuição de recursos entre as fundações instituídas por leis municipais.

Sessão III - das diretrizes do orçamento de investimento - identifica as empresas que compõem o orçamento de investimento, define o que se entende por investimento das empresas e trata sobre o regime contábil que deverá ser aplicado.

Sessão IV - das diretrizes para os Poderes Legislativo e Judiciário, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - determina os percentuais dos Poderes Legislativo, Judiciário, Ministério Público e Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina e os prazos para repasse dos recursos financeiros.

Sessão V - das emendas ao projeto de lei orçamentária - estabelece as regras para apresentação de emendas ao projeto de lei orçamentária.

4. No capítulo III - da organização e estrutura dos orçamentos - encontram-se as orientações necessárias à organização e à estrutura das peças que compõem o projeto de lei orçamentária, destacando-se a obrigatoriedade da elaboração da programação dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento, obedecendo à classificação funcional - programática, expressa em seu menor nível por projeto ou atividade.

5. Os critérios para as alterações na legislação tributária, o prazo para apresentação de projeto de lei e os efeitos produzidos na receita, estão relacionados no capítulo IV - das alterações na legislação tributária.

6. O capítulo V - da política de aplicação de recursos das instituições financeiras oficiais de fomento - estabelece que as instituições financeiras oficiais de fomento deverão atuar em consonância com os demais órgãos do governo no sentido de propor programas concretos de recuperação e dinamização de empreendimentos importantes dentro do contexto econômico-social do Estado.

7. Os assuntos referentes às despesas com pessoal, de acordo com os termos da Lei Complementar Federal nº 82, de 27 de março de 1995, destacando-se a inclusão das despesas necessárias às correções das eventuais distorções nos planos de carreira previstos no artigo 26, inciso II, da Constituição Estadual, na lei orçamentária anual e em suas alterações e ainda, a adoção de mecanismos destinados ao equilíbrio remuneratório entre os diversos quadros de pessoal e à permanente capacitação profissional do servidor público estadual foi tratado no capítulo VI - das disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública estadual.

8. O capítulo VII - das disposições finais - indica as regras para assegurar o funcionamento mínimo dos Poderes do Estado caso o projeto de lei orçamentária não seja aprovado pelo Poder Legislativo até o início do exercício financeiro de 1999, fixa as condições para as transferências de recursos financeiros aos municípios mediante convênios, contratos, acordos e ajustes administrativos e estipula prazo para aprovação e divulgação do Quadro de Detalhamento da Despesa.

9. Merecem, ainda, destaque no texto do projeto de lei de diretrizes orçamentárias para 1999 os seguintes aspectos:

a) as metas e prioridades da Administração Pública Estadual discriminadas no anexo único foram apresentadas individualmente, por unidade orçamentária, sob a coordenação da Secretaria de Estado da Fazenda;

b) a implementação do Programa de Ajuste Fiscal de longo prazo, dos estados instituído pela Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, para evidenciar a importância do ajuste fiscal, sua contribuição para o equilíbrio macroeconômico do setor público e, por decorrência, a manutenção do Plano de Estabilização Econômica. O programa de ajuste fiscal irá nortear as finanças estaduais nos próximos 30 (trinta) anos, em virtude das exigências da União para o refinanciamento das dívidas.

c) preocupação com o conteúdo da proposta orçamentária, a fim de atender à exigência de princípios orçamentários básicos: unidade, universalidade, anualidade, exclusividade, clareza e equilíbrio. Aproveitamos a oportunidade para reafirmar a Vossa Excelência nossos protestos de elevada consideração.

Florianópolis, 14 de abril de 1998.

Marco Aurélio Andrade Dutra

Secretário de Estado da Fazenda

PROJETO DE LEI Nº 060/98

Dispõe sobre as diretrizes orçamentárias para o exercício financeiro de 1999 e estabelece outras providências.

O GOVERNADOR DO ESTADO DE SANTA CATARINA, Faço saber a todos os habitantes deste Estado que a Assembléia Legislativa decreta e eu sanciono a seguinte Lei:

DISPOSIÇÃO PRELIMINAR

Art. 1º Em cumprimento ao disposto no artigo 120, § 3º, da Constituição Estadual, esta Lei estabelece as diretrizes orçamentárias do Estado para o exercício financeiro de 1999, compreendendo:

I - metas e prioridades da administração pública estadual;

II - diretrizes para a elaboração dos orçamentos e suas alterações;

III - organização e estrutura dos orçamentos;

IV - disposições sobre alterações na legislação tributária do Estado;

V - política de aplicação de recursos das instituições financeiras oficiais de fomento;

VI - disposições relativas às políticas de recursos humanos da administração pública estadual;

VII - disposições finais.

CAPÍTULO I**DAS METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL**

Art. 2º Constituem princípios e estratégias básicas da administração pública estadual a serem contemplados na programação orçamentária:

- I - construção de um Estado moderno e de qualidade;
- II - alocação eficiente dos recursos públicos;
- III - universalidade na prestação de serviços públicos;
- IV - busca da elevação do padrão de vida da população.

Art. 3º A programação contemplada na lei orçamentária anual para o exercício financeiro de 1999 deverá ser compatível com o Plano Plurianual 1996/1999 e conterá as metas e prioridades que se relacionam com o detalhamento constante do anexo único desta Lei.

CAPÍTULO II**DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES****SEÇÃO I****DAS DIRETRIZES GERAIS**

Art. 4º Ficam estabelecidas, nos termos desta Lei, as diretrizes gerais para os orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento do Estado relativas ao exercício financeiro de 1999.

Art. 5º Na lei orçamentária anual, os valores das receitas e das despesas serão orçados segundo os preços vigentes em junho de 1998.

§ 1º Os valores das receitas e das despesas referenciados em moeda estrangeira serão orçados segundo a taxa de câmbio vigente no último dia útil do mês de junho de 1998.

§ 2º A lei orçamentária poderá conter dispositivo que autorize o Poder Executivo a efetuar a atualização monetária das dotações constantes dos orçamentos do Estado.

Art. 6º Não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as fontes de recursos.

Art. 7º As obras em execução e as ações de manutenção terão prioridade na alocação dos recursos.

Art. 8º A lei orçamentária para o exercício financeiro de 1999 deverá considerar os efeitos, sobre a receita e a despesa, das reformas constitucionais em andamento.

Art. 9º Fica estabelecido o conceito de receita líquida disponível como sendo o total das receitas correntes, deduzidos os valores das receitas provenientes de convênios, ajustes e acordos administrativos, de transferências por participações, constitucionais e legais, dos municípios na arrecadação de tributos de competência do Estado e de Cotas-Partes da Contribuição do Salário-Educação e do Imposto Sobre Produtos Industrializados-Estados Exportadores-Municípios.

Art. 10. Não poderão ser destinados recursos para atender despesas com:

I - aquisição de mobiliário e equipamento para unidades residenciais de representação funcional, exceto para as ocupadas pelo Governador e pelo Vice-Governador do Estado;

II - início de construção, ampliação, reforma, aquisição, novas locações ou arrendamentos de imóveis residenciais de representação;

III - investimentos em regime de execução especial;

IV - pagamento, a qualquer título, a servidor da administração direta ou indireta por serviços de consultoria ou assistência técnica custeados com recursos decorrentes de convênios, acordos, ajustes ou instrumentos congêneres firmados com órgãos ou entidades de direito público ou privado, nacionais ou internacionais, pelo órgão ou entidade a que pertencer o servidor ou por aquele em que estiver eventualmente lotado, exceto para os casos de acumulação lícita constitucionalmente previstos.

Art. 11. As receitas próprias de autarquias, fundações, fundos, empresas públicas e sociedades de economia mista em que o Estado, direta ou indiretamente, detenha a maioria do capital social com direito a voto, serão programadas para atender, preferencialmente, respeitadas as peculiaridades de cada um, gastos com pessoal e encargos sociais, juros, encargos e amortização da dívida, contrapartidas de financiamentos e outros necessários à sua manutenção.

SEÇÃO II**DAS DIRETRIZES DOS ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL**

Art. 12. Os orçamentos fiscal e da seguridade social compreenderão os três poderes, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações.

Parágrafo único. O orçamento da seguridade social compreenderá as ações de saúde, previdência e assistência social e contará com recursos provenientes:

I - do orçamento da seguridade social;

II - de transferências de receitas do orçamento fiscal;

III - de receitas próprias de entidades e fundos que integram exclusivamente o orçamento da seguridade social;

IV - de outras fontes previstas na legislação.

Art. 13. A emissão de títulos públicos estaduais será limitada à necessidade de recursos para atender a rolagem da dívida mobiliária existente.

Art. 14. As despesas de custeio realizadas à conta de recursos do Tesouro Estadual, exceto com pessoal e encargos sociais, não poderão ter aumento real em relação aos créditos correspondentes no orçamento de 1998, salvo no caso de comprovada insuficiência decorrente de expansão patrimonial, incremento físico de serviços prestados à comunidade ou de novas atribuições recebidas no exercício de 1998 ou no decorrer de 1999.

Art. 15. A distribuição dos recursos mencionados no artigo 170 da Constituição do Estado entre as fundações educacionais de ensino superior instituídas em virtude de lei municipal, se fará de acordo com os seguintes critérios:

I - 20% (vinte por cento) em partes iguais;

II - 80% (oitenta por cento) proporcionalmente ao número de alunos matriculados em agosto de 1998 em seus cursos de graduação e pós-graduação.

SEÇÃO III**DAS DIRETRIZES DO ORÇAMENTO DE INVESTIMENTO**

Art. 16. O orçamento de investimento será integrado pelas empresas públicas e pelas sociedades de economia mista em que o Estado detenha, direta ou indiretamente, a maioria do capital social com direito a voto.

§ 1º Considera-se investimento nas empresas a aquisição de direitos do ativo imobilizado.

§ 2º Aplica-se ao orçamento das empresas o regime contábil previsto na Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976.

Art. 17. Os recursos oriundos dos orçamentos fiscal e da seguridade social para a constituição ou aumento de capital serão programados de acordo com as dotações previstas nos respectivos orçamentos.

SEÇÃO IV**DAS DIRETRIZES PARA OS PODERES LEGISLATIVO E JUDICIÁRIO, MINISTÉRIO PÚBLICO E FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA**

Art. 18. Na elaboração dos orçamentos da Assembléia Legislativa do Estado, do Tribunal de Contas do Estado, do Tribunal de Justiça do Estado, do Ministério Público e da Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina serão observados os seguintes limites percentuais de despesas em relação à receita líquida disponível, incluídas todas as despesas de custeio, de investimento, de pessoal ativo e inativo, encargos sociais e pagamento da dívida com o Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC:

I - Assembléia Legislativa do Estado - 3,6% (três vírgula seis por cento);

II - Tribunal de Contas do Estado - 1,2% (um vírgula dois por cento);

III - Tribunal de Justiça do Estado - 6,0% (seis vírgula zero por cento), mais os recursos destinados ao Fundo de Reaparelhamento da Justiça e ao pagamento da folha dos inativos das categorias de Juiz de Paz, Auxiliar de Justiça e Serventuário de Justiça, extrajudiciais, transferidos ao Poder Judiciário através da Lei Complementar nº 127, de 12 de agosto de 1994;

IV - Ministério Público - 2,0% (dois vírgula zero por cento);

V - Fundação Universidade do Estado de Santa Catarina - 1,95% (um vírgula noventa e cinco por cento).

§ 1º Os repasses dos recursos financeiros para atender as despesas de que trata este artigo serão efetuados de acordo com o seguinte critério:

I - até o dia 20 de cada mês ou no primeiro dia útil subsequente serão repassados 100% (cem por cento) do valor atribuído, tomando-se por base a receita líquida disponível do mês anterior;

II - até o dia 15 do mês seguinte ou no primeiro dia útil subsequente será repassada a diferença apurada entre a receita líquida disponível do mês de competência e a do mês imediatamente anterior.

§ 2º As propostas orçamentárias dos Poderes Legislativo e Judiciário serão encaminhadas à Secretaria de Estado da Fazenda, na forma e prazo estabelecidos para o Poder Executivo.

SEÇÃO V**DAS EMENDAS AO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA**

Art. 19. As propostas de emendas ao projeto de lei orçamentária serão apresentadas em conformidade com o estabelecido nas Constituições Federal e Estadual, nas Leis nºs 4.320, de 17 de março de 1964 e 10.057, de 29 de dezembro de 1995 e na forma e detalhamento descritos nesta Lei.

§ 1º Serão rejeitadas pela Comissão de Finanças e Tributação e perderão o direito a destaque em plenário as emendas que:

I - contrariarem o estabelecido no "caput" deste artigo;

II - no somatório total reduzirem o projeto ou a atividade em valor superior ao programado;

III - não apresentarem objetivos e metas compatíveis com a unidade orçamentária, projeto ou atividade, esfera orçamentária, grupo de despesa e fonte de recursos;

IV - anularem dotações consignadas às atividades transferidas de recursos;

V - anularem o valor de dotações orçamentárias provenientes de:

a) recursos destinados a pessoal e encargos sociais;

b) recursos para o atendimento de serviços da dívida;

c) recursos para precatórios judiciais;

d) receitas vinculadas;

e) receitas próprias de entidades da administração indireta e fundos;

f) contrapartida obrigatória do Tesouro Estadual a recursos transferidos ao Estado.

§ 2º A emenda coletiva terá preferência sobre a individual quando ambas versarem sobre o mesmo aspecto da lei orçamentária.

Art. 20. Nas emendas ao projeto de lei orçamentária, relativas à transposição de recursos dentro das unidades orçamentárias e entre elas, as alterações serão iniciadas nos projetos ou atividades com as dotações deduzidas e concluídas nos projetos ou atividades com as dotações acrescidas.

Parágrafo único. Deverão constar das emendas ao projeto de lei orçamentária as adequações físicas decorrentes das alterações monetárias.

Art. 21. Serão encaminhadas ao Poder Executivo, juntamente com o autógrafo do projeto de lei orçamentária, as emendas aprovadas em plenário.

CAPÍTULO III

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 22. A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Assembleia Legislativa do Estado será constituída de:

I - mensagem;

II - projeto de lei;

III - consolidação dos quadros orçamentários;

IV - anexo dos orçamentos fiscal e da seguridade social, contendo objetivos, metas e custos;

V - anexo do orçamento de investimento, contendo objetivos, metas e custos.

§ 1º A consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, nos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreende:

I - demonstrativo da evolução da receita;

II - demonstrativo da receita e despesa segundo as categorias econômicas;

III - sumário geral da receita por fontes;

IV - demonstrativo da receita por fontes;

V - desdobramento da receita;

VI - receita líquida disponível;

VII - consolidação das fontes de recursos;

VIII - demonstrativo da evolução da despesa;

IX - sumário geral da despesa por sua natureza;

X - consolidação da despesa por sua natureza;

XI - demonstrativo da despesa por função;

XII - demonstrativo da despesa por programa;

XIII - demonstrativo da despesa por subprograma;

XIV - demonstrativo da despesa por órgãos e funções;

XV - demonstrativo da despesa por poder e órgão.

§ 2º A consolidação dos quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, no orçamento de investimento, compreende os seguintes demonstrativos:

I - das fontes de financiamento dos investimentos;

II - dos investimentos por órgão/empresa estatal;

III - dos investimentos por função;

IV - dos investimentos por programa;

V - dos investimentos por subprograma.

Art. 23. A programação dos orçamentos obedecerá à seguinte classificação:

I - orçamento fiscal;

II - orçamento da seguridade social;

III - orçamento de investimento.

Art. 24. Os orçamentos fiscal e da seguridade social discriminarão a programação obedecendo à classificação funcional-programática, expressa em seu menor nível, por projeto ou atividade e indicando para cada um o grupo de despesa a que pertence:

I - pessoal e encargos sociais;

II - juros e encargos da dívida;

III - outras despesas correntes;

IV - investimentos;

V - amortização da dívida;

VI - outras despesas de capital.

CAPÍTULO IV

DAS ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 25. Na estimativa das receitas, serão considerados todos os efeitos produzidos pelas alterações na legislação tributária.

§ 1º As alterações na legislação tributária levarão em conta a função social dos tributos e a capacidade econômica dos contribuintes.

§ 2º Os projetos de lei que instituíam ou aumentem tributos só serão apreciados pela Assembleia Legislativa, no mesmo exercício financeiro, se encaminhados até noventa dias antes de seu encerramento.

§ 3º Excetuam-se do disposto no parágrafo anterior os projetos de lei:

I - em que a iniciativa do processo legislativo decorra do advento de emenda à Constituição Federal ou do Estado, de Lei Complementar Federal, de Resolução do Senado Federal ou de convênios firmados na forma da Lei Complementar nº 24, de 07 de janeiro de 1975;

II - que visem à implementação do princípio da seletividade da carga tributária dos tributos estaduais;

III - em função de efeitos supervenientes, tais como comoção ou calamidade pública.

CAPÍTULO V

DA POLÍTICA DE APLICAÇÃO DE RECURSOS DAS INSTITUIÇÕES FINANCEIRAS OFICIAIS DE FOMENTO

Art. 26. As instituições financeiras oficiais de fomento atuarão de forma planejada, em consonância com outros órgãos do governo do Estado, mediante a realização de estudos e diagnósticos setoriais e regionais a fim de propor programas concretos de recuperação e dinamização de empreendimentos considerados importantes dentro do contexto econômico-social do Estado, especialmente os que visem:

I - buscar a melhoria dos níveis de competitividade do parque produtivo;

II - gerar empregos a nível local, mediante o apoio às microempresas, os pequenos produtores rurais e cooperativas;

III - gerar infra-estrutura regional e municipal de responsabilidade do setor público;

IV - proporcionar apoio ao processo de parcerização implementado pelo Governo Estadual;

V - reduzir as desigualdades intra e inter-regionais;

VI - atração de novos projetos;

§ 1º Os financiamentos das instituições financeiras oficiais de fomento serão concedidos de forma a, pelo menos, preservar-lhes o valor e garantir a cobertura dos custos de captação e de operação.

§ 2º Sem prejuízo das demais normas regulamentares, as instituições financeiras oficiais de fomento somente poderão conceder empréstimos e financiamentos a municípios que atenderem às condições previstas no artigo 29 desta Lei.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS POLÍTICAS DE RECURSOS HUMANOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA ESTADUAL

Art. 27. As políticas de recursos humanos da administração pública estadual compreendem:

I - continuidade do programa de erradicação do analfabetismo no serviço público estadual;

II - aprimoramento e modernização dos instrumentos de gestão na área de recursos humanos;

III - adequação da legislação, em decorrência da reforma administrativa e da previdência;

IV - valorização, capacitação e profissionalização do servidor;

V - maior integração com os órgãos vinculados ao Sistema Estadual de Administração de Recursos Humanos.

Art. 28. As despesas com pessoal e encargos sociais serão fixadas, respeitando-se os termos da Lei Complementar Federal nº 82, de 27 de março de 1995 e os seguintes princípios:

I - equilíbrio remuneratório entre os diversos quadros de pessoal, inclusive os de autarquias e fundações públicas;

II - a realização de concurso público, consoante o disposto no artigo 21 da Constituição Estadual, para preenchimento de cargos ou empregos das classes iniciais, bem como de processos seletivos específicos para inclusão de servidores nas carreiras;

III - valorização, capacitação e profissionalização do servidor.

Parágrafo único. A lei orçamentária consignará os recursos necessários para atender as despesas com a correção das eventuais distorções nos planos de carreira previstos no inciso II do artigo 26 da Constituição Estadual.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 29. As despesas com transferências de recursos para os municípios, mediante convênios, contratos, ajustes, acordos administrativos ou auxílios financeiros, ressalvadas as destinadas a atender calamidade pública, só poderão ser concretizadas se o município beneficiado comprovar que:

I - mantém atualizado seus compromissos financeiros com pagamento de pessoal e encargos sociais, bem como aqueles assumidos com instituições de ensino superior, criadas por lei municipal;

II - instituiu e regulamentou todos os tributos de sua competência previstos nas Constituições Federal e Estadual;

III - arrecada e mantém atualizados todos os impostos que lhes cabem, previstos no artigo 156 da Constituição Federal e no artigo 132 da Constituição Estadual;

IV - atende ao disposto no artigo 123, inciso III, da Constituição Estadual, artigo 212 da Constituição Federal, Emenda Constitucional nº 14 e Lei Complementar nº 82, de 27 de março de 1995.

§ 1º Para efeito do disposto no inciso II, são ressalvados os impostos a que se refere o artigo 156, incisos II, III e IV da Constituição Federal, quando comprovada a ausência dos respectivos fatos geradores.

§ 2º A concessão de empréstimos do Tesouro do Estado aos municípios fica condicionada à comprovação do disposto neste artigo.

§ 3º No caso do disposto no "caput" deste artigo, a contrapartida financeira do município será de até 30% (trinta por cento) do valor da contribuição do Estado.

Art. 30. Os Chefes do Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, o Presidente do Tribunal de Contas e o Procurador Geral de Justiça, no prazo de 20 (vinte) dias após a publicação da lei orçamentária aprovarão e divulgarão o quadro de detalhamento da despesa dos orçamentos fiscal, da seguridade social, dos órgãos da administração direta e indireta, bem como de seus fundos.

§ 1º O quadro de detalhamento da despesa discriminará a despesa por órgão, unidade orçamentária, função, programa, subprograma, projeto e/ou atividade, elemento, subelemento de despesa e fonte de recursos.

§ 2º Até 60 (sessenta) dias após a sanção da lei orçamentária serão indicados e totalizados com os respectivos valores orçamentários, para cada órgão e entidade, a nível de elemento e subelemento de despesa, os saldos dos créditos especiais e extraordinários autorizados nos últimos 4 (quatro) meses do exercício financeiro de 1998 e reabertos na forma do disposto no § 1º do art. 123 da Constituição Estadual.

Art. 31. Caso a lei orçamentária não seja sancionada até 1º de janeiro de 1999, a programação constante do projeto de lei orçamentária, referente às despesas com pessoal e encargos sociais, serviços da dívida e outras despesas de custeio, poderá ser executada, em cada mês, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação, até que seja aprovada pela Assembleia Legislativa.

Parágrafo único. Será considerado antecipação de crédito à conta da lei orçamentária a utilização dos recursos autorizados no "caput" deste artigo.

Art. 32. A dotação consignada à reserva de contingência, na lei orçamentária, será fixada em montante não superior a 2,0 % (dois vírgula zero por cento) da receita líquida disponível.

Art. 33. A Secretaria de Estado da Fazenda deverá implementar programas de esforço fiscal para atender as metas e compromissos constantes do Programa de Reestruturação e de Ajuste Fiscal de logo prazo, instituído pela Lei Federal nº 9.496, de 11 de setembro de 1997, que permitiu ao Estado de Santa Catarina o refinanciamento de dívidas junto à União pelo prazo de 30 (trinta) anos.

§ 1º Para viabilizar a implementação e manutenção de programas de esforço fiscal, as multas de origem tributária, exceto as de mora, serão destinadas à Secretaria de Estado da Fazenda.

§ 2º O esforço fiscal a ser implementado pela Secretaria de Estado da Fazenda deverá priorizar o controle dos gastos públicos e o aumento da arrecadação tributária, através da redução da inadimplência e da sonegação fiscal.

Art. 34. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 35. Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis,

PAULO AFONSO EVANGELISTA VIEIRA

Governador do Estado

ANEXO ÚNICO

Metas e prioridades dos orçamentos fiscal, da seguridade social e de investimento para o exercício financeiro de 1999, referentes aos órgãos, entidades e fundos da administração pública do Estado de Santa Catarina.

ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO

- modernização e reaparelhamento do Poder Legislativo;
- recuperação das instalações do Palácio Barriga Verde;
- contribuições financeiras a instituições privadas.

TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

- fiscalização e controle da arrecadação e da aplicação dos recursos públicos nos municípios catarinenses;
- fiscalização e controle de obras públicas do Estado e dos municípios de Santa Catarina;

- ações de auditoria especial;
- instruções de consultas e recursos das esferas estadual e municipal;
- controle externo da administração estadual.

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO

- construção, ampliação e reforma de fóruns;
- melhoria no atendimento ao usuário da justiça.

MINISTÉRIO PÚBLICO

- desenvolvimento de pesquisas e implementação de políticas públicas de prevenção, proteção e atendimento na área da infância e da juventude;
- manutenção da ordem jurídica, do regime democrático e dos interesses sociais e individuais indisponíveis;
- defesa da moralidade administrativa no serviço público e a regularização da conduta dos contribuintes;
- preservação do erário e do incremento da receita pública;
- sustentação dos padrões de cidadania e da defesa sistemática dos direitos sociais e coletivos;
- desenvolvimento de ações integradas com organismos afins, especialmente com os órgãos de polícia administrativa;
- desenvolvimento de ações específicas na área da infância e adolescência;
- intensificação ao combate e à prevenção da criminalidade, em especial ao crime organizado, narcotráfico, extorsão, seqüestro e crime com envolvimento de agente público;
- defesa do patrimônio público, do meio ambiente, do consumidor e do patrimônio histórico-paisagístico.

GABINETE DO GOVERNADOR DO ESTADO

- exame, registro e publicação de decretos, leis e medidas provisórias do Poder Executivo;
- representação político-administrativa do governo estadual na capital federal;
- assessoria técnica ao programa de qualidade e acompanhamento do plano de governo;
- coordenação e supervisão do programa de qualidade e produtividade;
- acompanhamento dos projetos e ações de governo;
- desenvolvimento de ações voltadas à qualidade da defesa civil no Estado.

PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

- pagamento de sentenças judiciais;
- centralização dos setores visando à melhoria de comunicação e eficiência do serviço prestado;
- manutenção e melhoria do sistema jurídico do Estado.

GABINETE DO VICE-GOVERNADOR DO ESTADO

- representação governamental.

PROCURADORIA GERAL DA FAZENDA JUNTO AO TRIBUNAL DE CONTAS

- promoção da defesa dos interesses do erário;
- zelo pelo efetivo respeito da execução orçamentária, contábil, financeira, operacional e patrimonial do Estado e dos municípios quanto à legalidade, legitimidade, economicidade, aplicação das subvenções e renúncia de receitas;
- emissão de parecer em processos sujeitos a julgamento no Tribunal de Contas;
- promoção de diligências.

SECRETARIAS

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO RURAL E DA AGRICULTURA

- implementação do Projeto Microbacias II;
- elaboração e distribuição de Síntese Anual da Agricultura de Santa Catarina;
- monitoramento de safras e mercados;
- desenvolvimento de estudos e projetos especiais;
- planejamento do setor público agrícola;
- coleta de preços de produtos e insumos agropecuários;
- gerenciamento dos assentamentos de agricultores;
- regularização fundiária;
- elaboração e execução de projetos de infra-estrutura de suporte aos projetos de irrigação, drenagem e de captação e adução de água;
- participação em projetos de apoio ao desenvolvimento rural;
- aquisição e distribuição de formicida, ferramentas e sementes de hortaliças;
- participação na aquisição de fatores de produção agrícola;
- integração de ações entre órgãos do setor agrícola;
- elaboração de calendários de eventos.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO E DO DESPORTO

- construção, ampliação, reforma, melhoria e substituição de unidades escolares;
- construção de quadras e ginásios de esporte junto às unidades escolares;
- reforma e melhoria de ginásios e quadras de esporte;

- desenvolvimento do Programa Magister;
- desenvolvimento do Programa de Formação do Jovem para o Trabalho e a Cidadania - PROFORT;
- atendimento a alunos dos ensinos fundamental e médio com transporte escolar;
- repasse de recursos financeiros às escolas, através de subvenção social e auxílios para despesas de capital;
- manutenção e melhoria de atividades pedagógicas dos ensinos pré-escolar, fundamental, médio e supletivo;
- modernização de escolas com a aquisição de equipamentos em geral, mobiliário, acervo bibliográfico e telefones;
- implantação do novo plano de carreira e remuneração do magistério;
- realização de concurso público de ingresso para o magistério;
- instalação de novas coordenadorias regionais de educação.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E DA FAMÍLIA

- ampliação do atendimento à criança e ao adolescente abandonados em situação de risco pessoal ou social e suas famílias em centros educacionais;
- incentivo à formação profissional do adolescente;
- valorização e integração do idoso à família e à sociedade;
- defesa dos direitos do idoso através da divulgação e promoção institucional e apoio a instituições asilares e centros de convivência;
- valorização das associações comunitárias através da construção, reforma e ampliação de equipamentos comunitários;
- apoio técnico e financeiro para a execução de ações de desenvolvimento comunitário e de novas tecnologias;
- treinamento de lideranças comunitárias;
- promoção e participação em eventos de desenvolvimento comunitário e assistência social;
- formulação e implantação da política de atendimento, proteção e defesa dos direitos da família, criança e adolescente através da implantação e implementação de conselhos tutelares e conselhos municipais;
- apoio técnico e financeiro a organizações governamentais e não governamentais para a execução de obras, aquisição de equipamentos, programas abrigo e orientação e apoio sócio-familiar;
- realização de encontros regionais de conselhos tutelares e municipais;
- orientação técnica visando à regulamentação dos fundos municipais para a infância e adolescência;
- orientação e capacitação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente na área da criança e do adolescente;
- promoção de medidas necessárias à intermediação de mão-de-obra visando à pronta recolocação do trabalhador no mercado de trabalho;
- execução das políticas de emprego e renda descentralizadas para o atendimento das necessidades locais e regionais;
- promoção da qualificação profissional com objetivo de aprimoramento ou reintegração do trabalhador ao mercado de trabalho;
- assistência financeira ao trabalhador desempregado, proporcionando sua absorção e integração ao mercado de trabalho.

SECRETARIA DE ESTADO DA ADMINISTRAÇÃO

- administração organizacional;
- pesquisa, registro e divulgação da jurisprudência estadual;
- administração de recursos humanos;
- administração do patrimônio;
- profissionalização do servidor público estadual;
- construção de sede administrativa microrregional;
- construção do centro administrativo do Estado;
- implantação de sede administrativa microrregional e do centro administrativo do Estado;
- aquisição de máquinas, motores e equipamentos.

SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE

- execução da política de saúde no Estado de Santa Catarina.

SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA

- aquisição de veículos, aeronaves, embarcações e equipamentos visando à manutenção da segurança pública;
- regulamentação de atividades comerciais, industriais e prestadoras de serviços;
- concessão à população de serviços para a defesa de seus direitos mediante certidões e atestados;
- regularização do uso de armas e munições;
- apreensão de armas;
- identificação do pessoal civil através da expedição de carteira de identidade;
- controle e fiscalização de tráfico de entorpecentes;
- controle e investigação de veículos furtados;
- prevenção da marginalização da criança e do adolescente;
- atendimento e acompanhamento de ocorrências policiais;
- registro de acidentes;

- serviços de perícia criminal através da realização de exames médico-legais, laboratoriais e criminalísticos;
- instauração de procedimentos relativos a inquéritos policiais, autos de prisão em flagrante e mandados de prisão;
- realização de registros nacional de habilitação e de veículos;
- prestação de serviços de vistoria em veículos;
- educação sobre legislação e normas de trânsito;
- formação de instrutores de auto-escolas;
- reabilitação a condutores envolvidos em acidentes de trânsito;
- credenciamento de auto-escolas.

SECRETARIA DE ESTADO DA FAZENDA

- coordenação do processo orçamentário, financeiro, contábil e auditorial do Estado;
- integração fisco-contribuintes através de campanhas educativas, visitas periódicas a empresas e de atendimento em plantões fiscais;
- atualização do cadastro de contribuintes;
- acompanhamento da substituição tributária;
- acompanhamento da cobrança do imposto em atraso;
- atualização da legislação tributária;
- julgamento de processos no contencioso;
- controle e acompanhamento da arrecadação de tributos;
- acompanhamento da safra agrícola - Operação Safra;
- acompanhamento da arrecadação do ICMS no litoral - Operação Veraneio;
- acompanhamento da arrecadação do ICMS por ramo de atividade econômica - monitoramento setorial;
- implementação e manutenção de programas de esforço fiscal.

SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS

- apoio financeiro para a execução de obras rodoviárias;
- recuperação de aeroportos;
- desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos;
- recuperação e implantação de ferrovias.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO AMBIENTE

- elaboração do plano das bacias hidrográficas do Estado;
- elaboração do plano estadual de recursos hídricos;
- operacionalização dos mecanismos de gestão da política estadual de recursos hídricos;
- implantação de comitês de bacias hidrográficas;
- caracterização e análise geral das bacias hidrográficas;
- levantamento e análise de informações por bacias;
- implantação de banco de dados das bacias hidrográficas;
- elaboração de diagnóstico por bacias hidrográficas;
- regulamentação do direito de uso dos rios de domínio do Estado;
- criação e atualização de cadastro de usuários de água;
- criação de colegiados costeiros estadual e municipais;
- coordenação da gestão ambiental do gerenciamento costeiro;
- implantação do plano de gestão da zona costeira de Santa Catarina;
- elaboração de projeto de lei do plano estadual de gerenciamento costeiro;
- implantação do zoneamento ecológico-econômico costeiro;
- implantação de sistema de informações do gerenciamento costeiro;
- implantação do sistema de monitoramento ambiental da zona costeira;
- implementação do zoneamento ecológico-econômico das regiões hidrográficas;
- educação ambiental para o desenvolvimento sustentável;
- recuperação de áreas degradadas da região sul;
- modernização organizacional dos municípios e das associações de municípios;
- avaliação econômico-social e financeira dos municípios;
- apoio financeiro para obras e prestação de serviços e outras aplicações a prefeituras e outras entidades;
- emissão de laudos diagnósticos para parcelamento do solo;
- coordenação de ações especiais - serviços de atendimento ao cidadão - Projeto SACI;
- elaboração de planos diretores urbanísticos de localidades de fronteiras;
- apoio financeiro para execução de obras de sistemas de esgotamento sanitário e de abastecimento de água;
- sistemas de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos;
- apoio financeiro para a execução de obras de sistemas de coleta, transporte, tratamento e destino final de resíduos sólidos;
- monitoramento do sistema de drenagem;
- educação sanitária e ambiental para a implantação de sistemas de abastecimento de água, esgotamento sanitário, coleta, transporte e tratamento de resíduos sólidos.

SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E CIDADANIA

- promoção da justiça dativa;
- apoio a programas de cidadania;

- manutenção de centros educacionais;
- administração e manutenção do Conselho Penitenciário do Estado e do Conselho Estadual de Entorpecentes;
- execução do Programa Estadual de Defesa ao Consumidor.

POLÍCIA MILITAR

- policiamento ostensivo ordinário;
- atuação em situações de sinistro, busca e salvamento;
- realização da Operação Veraneio;
- realização da Operação Alegria.

SECRETARIA DE ESTADO DE GOVERNO

- implantação de programa de relações públicas;
- promoção de eventos ligados à comunicação social;
- serviço de informações governamentais ao cidadão;
- elaboração de calendários promocionais integrados;
- produção e distribuição de matéria noticiosa através de resenha, boletim de rádio e divulgação de linha de crédito para o meio rural;
- promoção de campanhas publicitárias e pesquisa de opinião pública;
- cobertura jornalística de eventos oficiais na capital, no interior e fora do Estado;
- coordenação das ações de imprensa do governo;
- elaboração e distribuição de materiais promocionais e institucionais.

SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E INTEGRAÇÃO AO MERCOSUL

- estímulo ao desenvolvimento sócio-econômico através do Programa de Desenvolvimento da Empresa Catarinense - PRODEC;
- manutenção da central de informações para o MERCOSUL;
- implantação do banco de dados relacional;
- manutenção de banco de dados e cadastro de empresas exportadoras de Santa Catarina;
- implantação da mapoteca topográfica digital;
- publicação do informe MERCOSUL;
- participação em eventos para divulgação da ação governamental voltada à expansão industrial e comercial de Santa Catarina;
- revisão e consolidação das divisas intermunicipais;
- promoção de eventos ligados ao comércio exterior;
- atualização da base cartográfica estadual a partir de imagens estereoscópicas geradas por satélite;
- elaboração, atualização e publicação de estudos geográficos, cartográficos e análises espaciais;
- elaboração de diagnóstico na área de comércio exterior.

ENCARGOS GERAIS DO ESTADO

- pagamento de amortização e encargos de financiamentos internos e externos;
- apoio financeiro para a execução de obras de prefeituras e outras entidades;
- apoio financeiro para a prestação de serviços e outras aplicações de prefeituras e associações de municípios;
- pagamento de obrigações patronais, auxílio funeral e de assistência médico-cirúrgica;
- restituição de tributos;
- apoio financeiro para a prestação de serviços (subvenção social ao corpo de bombeiros voluntários);
- operacionalização da LOTESC;
- integralização e participação no capital social de empresas;
- elaboração e análise de projetos especiais;
- dívida ativa - processos de adjudicação e dação em pagamento;
- programa de investimentos da administração pública;
- apoio financeiro a entidades assistenciais.

AUTARQUIAS**ADMINISTRAÇÃO DO PORTO DE SÃO FRANCISCO DO SUL**

- reforma de berços de atracação;
- pavimentação de área portuária;
- realização de obras e serviços de tratamento de resíduos sólidos e de acesso ao porto;
- construção e reforma de prédios e armazéns;
- aquisição de área de terra e construção de novo prédio administrativo;
- aquisição de balança rodoviária;
- elaboração de projetos e estudos para arrendamentos portuários;
- manutenção preventiva e corretiva nos rebocadores e demais embarcações.

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- conservação de rodovias e pontes, pavimentadas e não pavimentadas;
- sinalização de rodovias;
- proteção vegetal e paisagismo em rodovias;
- desenvolvimento de estudos e projetos de restauração rodoviária;
- desenvolvimento de estudos e projetos de engenharia rodoviária;
- desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos no setor rodoviário;
- desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos sobre concessões;

- desenvolvimento de estudos e de relatórios de impacto ao meio ambiente;
- construção, restauração e melhoramento de rodovias, pontes e viadutos;
- implantação e pavimentação de rodovias;
- terraplenagem complementar e pavimentação de rodovias;
- controle de erosão em estradas rurais;
- duplicação de rodovia;
- desapropriação de áreas;
- recuperação de acidentes geológicos;
- capeamento de rodovias;
- construção de postos da Polícia Rodoviária Estadual.

DEPARTAMENTO DE TRANSPORTES E TERMINAIS

- implantação de abrigos de passageiros;
- construção, ampliação e reforma de terminais rodoviários de passageiros;
- construção, ampliação e reforma de terminais de integração;
- aquisição de balsas e rebocadores;
- construção de atracadouros para balsas e de terminais de cargas;
- construção de centro de treinamento e convivência;
- plano de desenvolvimento sustentável da bacia do rio Uruguai.

DEPARTAMENTO DE EDIFICAÇÕES E OBRAS HIDRÁULICAS

- execução de serviços e elaboração de projetos hidráulicos;
- manutenção de barragens;
- realização de dragagens;
- realização de serviços de enrocamento e derrocagem;
- desenvolvimento de estudos, pesquisas e projetos de melhoria das cadeias e penitenciárias.

IMPRENSA OFICIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- aquisição de máquinas, motores e equipamentos de oficina e de escritório;
- ampliação do parque gráfico;
- realização de publicações;
- produção de obras culturais.

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- concessão de benefícios de prestação continuada (pensões) e de prestação única (auxílio natalidade e funeral);
- assistência médica e farmacêutica;
- assistência patronal a ativos e inativos;
- concessão de empréstimos;
- assistência e promoção social.

JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- controle e fiscalização da atividade empresarial;
- execução contínua do registro do comércio;
- promoção do assentamento dos usos e práticas mercantis.

FUNDAÇÕES**FUNDAÇÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA**

- expansão da Rede Catarinense de Ciência e Tecnologia;
- apoio ao aperfeiçoamento tecnológico da micro e pequena empresa;
- apoio à participação em congressos, feiras e simpósios;
- organização de congressos, feiras e simpósios;
- estudo para a implantação de incubadoras tecnológicas;
- apoio a projetos de pesquisa nas áreas prioritárias definidas pelo conselho superior;
- patrocínio de eventos, congressos, feiras e simpósios.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

- confecção e adaptação de recursos e equipamentos específicos para pessoas com necessidades especiais;
- pesquisa e produção de recursos pedagógicos adaptados para educandos com necessidades especiais matriculados nas escolas regulares e especiais do Estado;
- pesquisa e produção de materiais pedagógicos adaptados em relevo para educação de portadores de deficiência visual;
- capacitação de recursos humanos voltada à educação especial;
- atendimento a educandos com necessidades especiais na rede regular de ensino;
- atendimento a educandos com necessidades em escolas especiais;
- distribuição de recursos pedagógicos específicos para as salas de recursos Deficiente Auditivo e Deficiente Visual da rede regular de ensino;
- elaboração de estudos e pesquisas sobre educação especial;
- reabilitação de pessoas portadoras de baixa visão;
- educação para o trabalho de pessoas portadoras de deficiência;
- elaboração, reprodução, distribuição e divulgação do livro "Levantamento de Língua de Sinais Utilizados pelos Surdos no Estado de Santa Catarina";
- atendimento ocupacional para pessoas portadoras de deficiência;
- educação de pessoas com distúrbio global de desenvolvimento;
- construção, ampliação e reforma de espaços para a educação especial;
- contribuições financeiras a instituições de educação especial do Estado;

- emissão de laudos de identificação de elegibilidade do cliente para recebimento de pensão;
- realização de campanhas de conscientização da sociedade;
- implementação do setor de audiometria.

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- realização do concurso vestibular;
- administração e manutenção dos cursos de graduação e de pós-graduação;
- realização de pesquisas;
- ampliação e aquisição de equipamentos para centros de ensino;
- construção de ginásios de esporte;
- construção de quadras de esporte;
- implantação e desenvolvimento de banco de dados;
- apoio ao desenvolvimento empresarial.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE DESPORTOS

- realização dos Jogos Abertos de Santa Catarina;
- realização dos Juguinhos Abertos de Santa Catarina;
- realização dos Jogos Escolares;
- realização do Campeonato Catarinense Escolar de Futebol de Campo;
- realização do Prêmio Recrutar;
- realização do Festival de Danças;
- realização da Corrida de Santa Catarina;
- realização da Travessia da Lagoa da Conceição;
- realização dos Jogos do Professor;
- realização dos Jogos da Juventude;
- realização dos Jogos Abertos Brasileiros;
- apoio financeiro para realização de eventos;
- ampliação, reforma e melhoria de ginásio de esportes;
- reforma de complexo esportivo;
- apoio financeiro para prestação de serviços e outras aplicações para prefeituras;

FUNDAÇÃO DO MEIO AMBIENTE

- controle da poluição;
- avaliação de postos de gasolina e riscos ambientais;
- prevenção e atendimento de acidentes ecológicos;
- cadastramento e licenciamento das atividades potencialmente causadoras de degradação ambiental;
- monitoramento ambiental;
- proteção e recuperação ambientais;
- controle da poluição de fontes móveis e estacionárias;
- implantação e manutenção das unidades de preservação ecológica;
- fiscalização da fauna e flora;
- parcelamento e uso do solo;
- licenciamento para transporte de produtos perigosos;
- certificação sobre destino final de dejetos de animais confinados;
- controle e fiscalização do uso de agrotóxicos;
- certificação de produção isenta de agrotóxicos;
- seleção de áreas e alternativas tecnológicas para a implantação de centrais de tratamento de efluentes;
- recuperação da bacia hidrográfica do Rio Tubarão e complexo lagunar;
- execução de obras hidráulicas fluviais;
- melhoramento fluvial;
- prestação de serviços de terraplenagem e monitoramentos ambiental e de bacias;
- gerenciamento de recursos hídricos em Santa Catarina;
- normatização do transporte, acondicionamento e destino final dos resíduos sólidos;
- construção, ampliação e reforma e instalação de laboratórios ambientais;
- ampliação e reforma de laboratório ambiental;
- recuperação, conservação e manejo de recursos naturais de microbacias hidrográficas;
- educação sanitária e ambiental;
- implantação e manutenção das unidades de preservação ecológica;
- aplicação da legislação ambiental;
- assessoria técnica para a criação de unidade de preservação ecológica;
- educação sanitária e ambiental informal junto a prefeituras e entidades;
- levantamento e controle da cobertura florestal de Santa Catarina.

FUNDAÇÃO CATARINENSE DE CULTURA

- restauração do patrimônio histórico;
- resgate e preservação do patrimônio e da memória artístico-cultural;
- assessoria a iniciativas artístico-culturais;
- apoio à produção cultural;
- ações voltadas ao tombamento do patrimônio histórico e cultural;
- realização de concursos literários e dramaturgos;
- desenvolvimento de aptidões artísticas através de oficinas de dança, artes plásticas, arte infantil, arte circense e literatura;
- divulgação de valores culturais;
- edição e co-edição de livros.

FUNDOS**FUNDO PARA RECONSTITUIÇÃO DE BENS LESADOS**

- recuperação dos danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valor artístico, estético, histórico e paisagístico decorrentes de responsabilidade apurada em ação civil pública.

FUNDO ESPECIAL DE ESTUDOS JURÍDICOS E DE REAPARELHAMENTO

- capacitação de procuradores regionais na cobrança da dívida ativa do Estado;
- implantação e manutenção do Centro de Estudos e Pesquisas Jurídicas.

FUNDO ESTADUAL DE DEFESA CIVIL

- execução de atividades de atendimento imediato às populações atingidas por eventos adversos.

FUNDO DE TERRAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- concessão de financiamento para assentamento de agricultores sem terras e implantação de infra-estrutura na propriedade;
- aquisição de terras para repasse.

FUNDO ROTATIVO DE ESTÍMULO À PESQUISA AGROPECUÁRIA DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- apoio financeiro para o desenvolvimento de pesquisas agropecuárias.

FUNDO ESTADUAL DE DESENVOLVIMENTO RURAL

- incentivo para aquisição ou construção de equipamentos visando à conservação do solo ou controle da poluição, aquisição de sementes de adubo verde, reflorestamento, construção de esterqueira e instalações sanitárias e proteção de fontes;
- implantação de florestas e instalação de viveiros florestais;
- acompanhamento na implantação do seguro agrícola;
- elaboração de estatutos e normas operacionais do seguro;
- concessão de financiamento para pesca, maricultura e piscicultura;
- fomento agropecuário a produtores individuais, prefeituras, cooperativas e associações de produtores e aquisição de fatores de produção para revenda;
- concessão de financiamento para produtores rurais e prefeituras;
- fomento à implantação de patrulhas agrícolas comunitárias.

FUNDO ESTADUAL DE HABITAÇÃO POPULAR

- redução do déficit habitacional do Estado através do Projeto Viva Casa;
- concretização da participação do Banco do Estado de Santa Catarina S. A. no programa de financiamento habitacional;
- ampliação e melhoria de habitações através da implantação de unidades sanitárias, equipamentos comunitários e lotes urbanizados;
- construção de conjuntos habitacionais e moradias populares;
- aquisição, regularização e urbanização de áreas para fins habitacionais;
- apoio ao desenvolvimento de novas tecnologias para a construção de habitação popular de baixo custo;
- elaboração e execução de projetos de equipamentos sociais;
- atenção e orientação às prefeituras municipais na área habitacional;
- apoio financeiro à construção de unidades habitacionais no meio rural, urbano e nas reservas indígenas;
- alocação de no mínimo 15% (quinze por cento) do total dos projetos habitacionais para o meio rural.

FUNDO PARA A INFÂNCIA E ADOLESCÊNCIA

- incentivo à formação profissional do adolescente;
- formulação e implantação da política de atendimento, proteção e defesa dos direitos da família, criança e adolescente através de conselhos tutelares e municipais;
- prestação de apoio técnico e financeiro a organizações governamentais e não governamentais para a execução de obras, aquisição de equipamentos, programas abrigo e orientação e apoio sócio-familiar;
- orientação técnica para a regulamentação dos fundos municipais para a infância e adolescência;

- orientação e capacitação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente na área da criança e do adolescente.

FUNDO ESTADUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

- incentivo à formação profissional do adolescente;
- promoção da valorização e da integração do idoso à família e à sociedade;
- defesa dos direitos do idoso através da divulgação e promoção institucional e apoio a instituições asilares e centros de convivência;
- apoio técnico e financeiro para a execução de ações de desenvolvimento comunitário;
- realização de treinamentos de lideranças comunitárias;
- prestação de apoio técnico e financeiro a organizações governamentais e não governamentais para a execução de obras, aquisição de equipamentos, programas abrigo e orientação e apoio sócio-familiar;
- orientação e capacitação dos profissionais que atuam direta ou indiretamente na área da criança e do adolescente.

FUNDO ROTATIVO DE MATERIAL

- controle das licitações, contratos, material e materiais adjudicados.

FUNDO ESTADUAL DE SAÚDE

- construção, reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para postos e centros de saúde;
- construção e aquisição de equipamentos e reforma de policlínicas;
- construção e aquisição de equipamentos de policlínica de referência regional;
- aquisição de equipamentos de laboratório regional;
- aquisição de equipamentos de unidade mista de saúde;
- aquisição de veículos, aeronaves, embarcações e veículos especiais visando à manutenção da saúde pública;
- aquisição de equipamentos de unidades hospitalar regional e local;
- construção de unidade mista de saúde;
- construção de laboratório regional;
- construção, ampliação e reforma de hospital local.

FUNDO PARA MELHORIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

- construção de delegacias de polícia;
- construção de muros de segurança;
- aquisição de veículos, aeronaves e embarcações visando à manutenção da segurança pública.

FUNDO DE APOIO AO DESENVOLVIMENTO EMPRESARIAL DE SANTA CATARINA

- participação no capital social de empresas financeiras;
- concessão de financiamentos para o desenvolvimento da empresa catarinense.

FUNDO ESTADUAL DE TRANSPORTE

- elaboração e implantação de projetos visando à melhoria das condições dos sistemas viários.

FUNDO ESPECIAL DE PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE

- controle da poluição;
- desenvolvimento de estudos e pesquisas visando à proteção e melhoria da qualidade do meio ambiente.

FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE CURITIBANOS

- profissionalização de detentos na Penitenciária de Curitiba.

FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE FLORIANÓPOLIS

- profissionalização de detentos na Penitenciária de Florianópolis.

FUNDO ROTATIVO DA PENITENCIÁRIA DE CHAPECÓ

- profissionalização de detentos na Penitenciária de Chapecó.

FUNDO PENITENCIÁRIO DO ESTADO DE SANTA CATARINA

- aquisição de máquinas, motores e equipamentos agrícolas, de oficina, do tipo doméstico, de escritório e de comunicação;
- aquisição de veículos especiais;
- construção, ampliação e reforma das penitenciárias, custódia, presídios e centros educacionais.

FUNDO DE MELHORIA DA POLÍCIA MILITAR

- policiamento ostensivo ordinário;
- atuação em situações de sinistro, busca e salvamento;
- realização da Operação Veraneio;
- realização da Operação Alegria;
- atuação na área de saúde e promoção social da corporação;
- aquisição de veículos, aeronaves e embarcações visando à manutenção da segurança da população;
- instalação de Centros de Operações da Polícia Militar;
- reforma, ampliação e construção de quartéis.

EMPRESAS**BANCO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - BESC**

- capitalização do Banco do Estado de Santa Catarina - BESC;
- implantação de cartão de crédito BESC;
- ampliação de agências e postos de serviços;
- reforma de agências e postos de serviços;
- captação de poupança no Estado;
- estabelecimento de linha de crédito para micro e pequena empresa, para correção do solo e para micro e pequenos produtores;
- operacionalização do BESC S.A. Arrendamento Mercantil;
- melhoria dos serviços prestados ao cliente através de instalação de terminais da bolsa de valores;
- modernização de instalações e postos automatizados;
- modernização e reestruturação da carteira de câmbio.

CENTRAIS ELÉTRICAS DE SANTA CATARINA S.A. - CELESC

- expansão do parque gerador através de construção e ampliação de usinas;
- melhoria da integração do sistema de transmissão estadual com o sistema interligado;
- melhoria e expansão do sistema de transmissão de energia elétrica, através da construção, ampliação e melhoria de subestações e linhas de transmissão;
- implantação do sistema de supervisão e automação do sistema de transmissão;
- melhoramento e expansão do sistema de distribuição de energia elétrica urbano e rural;
- modernização do sistema de distribuição de energia elétrica, através da automação da rede e do atendimento ao cliente;
- implantação da gerência de rede, da automação da operação e manutenção da distribuição;
- promoção e conservação de energia elétrica, através de treinamento em escolas e no meio rural;
- desenvolvimento e implantação de fontes alternativas de energia elétrica, eólica e solar que preservem o meio ambiente;
- viabilização da implantação de pequenas centrais hidrelétricas.

COMPANHIA CATARINENSE DE ÁGUAS E SANEAMENTO S.A. - CASAN

- ampliação do sistemas de abastecimento de água;
- implantação de sistemas de esgoto sanitário;
- desenvolvimento institucional visando à concessão de tarifa social de água e distribuição de água tratada;
- coleta e tratamento de esgoto sanitário e fluoretação de água.

COMPANHIA INTEGRADA DE DESENVOLVIMENTO AGRÍCOLA DE SANTA CATARINA S.A. - CIDASC

- recuperação e conservação de microbacias;
- assistência técnica para produção de mudas;
- construção de bebedouros;
- construção de esterqueiras e bacias;
- construção de silo trincheira;
- realização de macrodrenagem, dragagem, destoca e limpeza, perfuração de poços, abertura de açudes e terraplenagem;
- apoio comercial à produção agrícola;
- geração de oportunidades de trabalho no meio rural;
- assistência técnica a pequenas e médias agro-indústrias;
- profissionalização de agricultores;
- fortificação da política ambiental;
- desenvolvimento da produção animal e pesqueira;
- controle de qualidade e inspeção de produtos agrícolas e agroindustriais.

EMPRESA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA E EXTENSÃO RURAL DE SANTA CATARINA S.A. - EPAGRI

- construção, ampliação e reforma de unidades de pesquisa agropecuária e difusão de tecnologia;
- recuperação, conservação e manejo de recursos naturais em microbacias hidrográficas;
- difusão de tecnologia em aquicultura e pesca;
- assistência técnica a pescadores, maricultores e piscicultores;
- profissionalização de agricultores;
- desenvolvimento e pesquisa agropecuária;
- monitoramento e estudo do clima e dos recursos naturais;
- assistência técnica e extensão rural.

CENTRAIS DE ABASTECIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CEASA

- pavimentação asfáltica em unidades da CEASA;
- organização do abastecimento;
- equipamento e reequipamento.

COMPANHIA DE HABITAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA - COHAB/SC

- elaboração de estudos e projetos de habitação e infra-estrutura;
- implantação de lotes urbanizados;
- regularização e urbanização de áreas;
- construção de moradias populares através do FEHAP;
- implantação de unidades sanitárias;
- construção de moradias populares através da CEF;
- realização de obras de infra-estrutura em conjuntos habitacionais;
- ampliação e melhoria de habitações;
- implantação e ampliação de equipamentos comunitários;
- prestação de assistência a conjuntos habitacionais;
- apoio técnico e financeiro para o desenvolvimento de novas tecnologias;
- apoio à realização de treinamento e capacitação da mão-de-obra de construção civil.

CENTRO DE INFORMÁTICA E AUTOMAÇÃO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CIASC

- aquisição de hardware;
- aquisição de software;
- desenvolvimento de sistemas de informática.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO ESTADO DE SANTA CATARINA S.A. - CODESC

- concepção e viabilização dos Projetos Região Metropolitana, Balança Comercial do Estado, Bi-Nacional, Sistema Exportador Integrado e Complexo Natural, Histórico e Turístico da Caldas da Imperatriz;
- controle de bingo;
- operacionalização e comercialização de produtos lotéricos da Loteria do Estado de Santa Catarina;
- operacionalização da campanha do ICMS;
- prestação de serviços de administração de aeronaves.

IMBITUBA ADMINISTRADORA DA ZONA DE PROCESSAMENTO DE EXPORTAÇÃO S.A. - IAZPE

- administração da zona de processamento de exportação em Imbituba.

SANTA CATARINA TURISMO S.A. - SANTUR

- implementação do projeto escola-parque de Balneário Camboriú;
- fomento, apoio e divulgação da atividade turística;
- campanha de divulgação e promoção do turismo;
- elaboração e distribuição de material promocional.

COMPANHIA DE GÁS DE SANTA CATARINA S.A. - SC GÁS

- distribuição e comercialização, com exclusividade, dos serviços públicos de gás canalizado, para o atendimento dos segmentos industrial, comercial, residencial, transporte e institucional;
- realização de estudos de viabilidade e promoção de projetos para a implantação dos serviços locais de gás canalizado;
- construção e operacionalização da infra-estrutura necessária aos serviços de gás diretamente ou através de terceiros;
- realização de estudos e providências para a redução temporária, ou mesmo a isenção de incidência de ICMS e IVVC sobre o gás natural, como forma de incentivo, viabilização e expansão de seu uso;
- adequação de infra-estrutura para o desenvolvimento eficiente das ações que concorrem direta ou indiretamente para a administração e distribuição do gás natural.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 061/98

Altera a redução de dispositivos da Lei nº 6.063, de 24/05/82, que "Dispõe sobre o parcelamento do solo urbano e dá outras providências."

Art. 1º - O "caput" do art. 5º, o parágrafo único do art. 6º, o inciso II do art. 8º e o "caput" do art. 13, da Lei nº 6.063, de 24 de maio de 1982, passam a vigorar com a seguinte redação:

"Art. 5º - Compete à Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente - SDM, proceder ao exame e dar "anuência prévia", para posterior aprovação pelo Município, em projetos de parcelamento, quando:

I
II

Art. 6º -
Parágrafo único - Na análise dos projetos de parcelamento localizados em áreas de que trata este artigo, a SDM poderá ouvir outros órgãos ou entidades da administração pública, na conformidade de suas competências.

Art. 8º -
I -

II - Os lotes terão área mínima prevista na legislação do município onde situam-se, observado o disposto no art. 4º, II, da Lei Federal nº 6.766, 19/12/79, ressalvadas as hipóteses de loteamento destinado à urbanização específica ou edificação de conjuntos habitacionais de interesse social, previamente aprovados pelos órgãos públicos competentes.

Art. 13 - Os municípios não localizados em áreas de interesse especial, regiões metropolitanas e aglomerações urbanas ou com projetos não incluídos em qualquer outra situação prevista no art. 5º desta Lei, poderão encaminhar projetos de loteamento ou desmembramento ao exame da SDM, visando a sua adequação às exigências da legislação federal e estadual pertinentes."

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Barriga-Verde, em 17/04/98.

Deputado JOÃO HENRIQUE BLASI

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/98

JUSTIFICATIVA

Promulgada há mais de quinze anos, a Lei nº 6.063, de 24.05.82, que dispõe sobre o parcelamento do solo urbano, está a merecer readequação de natureza redacional para adaptar-se à nova organização administrativa do Estado, onde já não mais existe o Gabinete de Planejamento - GAPLAN, eis que instituída, em seu lugar a SDM - Secretaria do Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente, bem assim inserir no contexto infra-constitucional a figura da região metropolitana.

Mas, principalmente, busca-se, com a propositura, mudança da área mínima dos lotes urbanos, hoje fixada em 360 m2 (trezentos e sessenta metros quadrados), a teor do inciso II, do art. 8º, da referida lei, porquanto tal restrição já não tem mais razão de ser, máxime levando-se em conta a atual situação de crescimento da zona urbana das nossas cidades.

Tal norma, atualmente, ao invés de servir como instrumento de melhoria da qualidade de moradia, vem de se constituir em obstáculo à implantação de loteamentos mais acessíveis às pessoas assalariadas, pois que acaba impelindo o fluxo de ocupação para as encostas, zonas alagadiças e imóveis públicos, onde as favelas, sem infra-estrutura (água e luz) constituem-se em concentração de problemas das mais diversas espécies para a administração pública nos três escalões.

Cada município tem a sua realidade de ocupação territorial. Pretender estabelecer regra limitativa genérica, é incorrer em equívoco, como ocorre com a legislação que ora se pretende modificar.

Além disso, a autonomia municipal para legislar sobre assuntos de interesse local (Art. 30, Inc. I/CF), remete-nos à compreensão de que cabe ao município, observados os limites consignados nas leis federais e estaduais, legislar sobre parcelamento do solo urbano, atendendo suas peculiaridades regionais e locais, estabelecendo a área mínima dos lotes, o gabarito de ocupação e demais restrições que, por óbvio, diferem de um município para outro, conforme as características de cada qual.

Ademais, a própria Lei Federal nº 6.766, de 19.12.79, em seus artigos 1º, Parágrafo único, 2º, 3º e seguintes, consagra a tendência de transferir aos municípios a competência para estabelecer os dispositivos específicos acerca do parcelamento do solo urbano, no âmbito de sua jurisdição.

Por tudo isso, impõe-se a alteração da Lei nº 6.063, de 24.05.82, conforme o projeto que ora submetemos à elevada apreciação deste Parlamento.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 062/98

Atribui denominação ao Ginásio de Esportes sito no município de Passo de Torres e adota outras providências.

Art. 1º - Fica denominado "JOSÉ DA SILVA BATISTA" o Ginásio de Esportes do Colégio Estadual Hildo Meneghetti, situado em Passo de Torres.

Art. 2º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Florianópolis (SC), em 16 de abril de 1998.

DEPUTADO MANOEL MOTA

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/98

JUSTIFICATIVA

JOSÉ DA SILVA BATISTA, amigo da comunidade, como era denominado no município de Passo de Torres, adorava a sociedade, tanto que, por gostar muito de diversão, foi sócio fundador da Sociedade Recreativa Passo de Torres.

Participante ativo de todos os atos sociais, daquele clube, também não foi por menos a sua participação nas festas da igreja local.

Na vida política, foi líder do antigo MDB, sendo um lutador incansável pelo seu ideal.

Homem digno de confiança tem sua trajetória de luta, de trabalho, de dedicação, dentro do PMDB, cuja bandeira sempre hasteou.

Sendo desejo dos munícipes de Passo de Torres render-lhe esta homenagem e acreditando ser justo o pleito referenciado, acostamos ao presente a documentação necessária.

*** X X X ***

PROJETO DE LEI Nº 063/98

Dispõe sobre as formas de apoio à manutenção e desenvolvimento do ensino superior, previstas no Art. 171, da Constituição do Estado.

Art. 1º - As empresas privadas e de economia mista, as cooperativas e agro indústrias ficam obrigadas, consoante determinação do Artigo 171 da Constituição do Estado, a repassar para a manutenção e desenvolvimento do ensino superior no Estado:

I - 2% (dois por cento) dos recursos ou benefícios fiscais e financeiros, captados em programas de apoio e desenvolvimento da empresa catarinense e demais programas e apoios creditícios com recursos financeiros do Estado, instituídos na forma da Lei.

II - 1% (um por cento) do valor do contrato de pesquisa firmado com órgão ou entidade estatal, ou financiada diretamente pelo Estado, para o desenvolvimento de pesquisa de seu interesse.

Art. 2º - Os contratos de empréstimos, de financiamentos de pesquisas, de incentivos financeiros e fiscais e de participação em programas de apoio creditício, executados sob responsabilidade dos Agentes Financeiros ou Secretarias do Estado, deverão prever o disposto nesta Lei

Art. 3º - O órgão estatal responsável pela liberação dos recursos, incentivos e benefícios, fará, no ato da liberação o repasse do percentual de que trata o Art. 1º. desta lei, de forma automática, para conta corrente específica mantida na rede bancária pela Associação Catarinense das Fundações Universitárias - ACAFE.

Art. 4º - Caberá à ACAFE o gerenciamento dos recursos financeiros e repassá-los de acordo com os seguintes critérios:

I - 10% (dez por cento) para a administração central do Crédito Educativo Estadual, de que trata a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998;

II - 30% (trinta por cento) à Universidade Para o Desenvolvimento do Estado de Santa Catarina - UDESC;

III - 60% (sessenta por cento) para as Fundações Universitárias instituídas por lei municipal.

1º - A UDESC aplicará seus recursos prioritariamente em projetos de construção, ampliação, manutenção e desenvolvimento de novos cursos e novos campi no interior do Estado.

2º - Os recursos destinados às Fundações Universitárias instituídas por lei municipal, serão distribuídos dentro dos seguintes critérios:

I - 40% (quarenta por cento) em partes iguais;

II - 60% (sessenta por cento) proporcionalmente ao número de alunos matriculados no ano em que ocorrer a transferência do recurso.

Art. 5º - A ACAFE prestará contas ao Poder Público dos recursos recebidos na forma da legislação vigente.

Art. 6º - São condições para o recebimento dos recursos por parte das Instituições de Ensino Superior:

I - gestão democrática do ensino conforme Artigo 169 da Constituição Estadual;

II - manter e elaborar projetos de pesquisa nas diversas áreas de conhecimento;

III - manter bolsas de pesquisa com recursos próprios;

IV - possuir curso de pós-graduação;

V - definir em regulamento a aplicação de, no mínimo, 30% (trinta por cento) dos recursos em bolsas de estudo para alunos carentes, selecionados conforme estabelece a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998.

Art. 7º - O Chefe do Poder Executivo regulamentará a presente lei no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da sua publicação.

Art. 8º - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 9º - Revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, em 22 de abril de 1998.

Deputado Pedro Uczai

Partido dos Trabalhadores - PT

Lido no Expediente

Sessão de 22/04/98

JUSTIFICATIVA

Sr. Presidente, Senhora e Senhores Deputados,

O presente Projeto de Lei tem por objetivo único, regulamentar o Artigo 171 de nossa Constituição Estadual.

É necessário, de imediato, reconhecer que nossos Constituintes de 1989 foram sobremaneira sensíveis com o ensino superior em Santa Catarina. Tomaram decisões altamente elogiável pois, creio, que nenhuma outra constituição estadual, em toda a Federação, deu tamanho destaque e apoio efetivo às necessidades das instituições de ensino superior no Estado.

Falando especificamente sobre Santa Catarina foram dois artigos decisivos: o conhecido e fartamente comentado Artigo 170, que constitucionalmente garante percentual do orçamento do Estado às Instituições de Ensino Superior criadas por lei municipal e o Artigo 171, nem tão comentado e muito pouco lembrado.

E o que estabelece o Artigo 171?

"A Lei disciplinará as formas de apoio à manutenção e ao desenvolvimento do ensino superior que as empresas privadas deverão prestar, sempre que se beneficiarem:

1 - de programas estaduais de incentivos financeiros e fiscais;

2 - de pesquisas e tecnologias por elas geradas com financiamento do Poder Público estadual."

Ocorre senhores deputados que esta lei não existe. E já se vão 9 (nove) anos da promulgação de nossa Constituição. De lá para cá temos lutado apenas pelo cumprimento do Artigo 170, que tem sido, aliás, sistematicamente descumprido...

Para resolver este problema, de uma determinação constitucional impossível de ser executada por falta de regulamentação pelo Poder Legislativo, apresento o presente Projeto de Lei, que, estou certo, vem acompanhado de uma grande expectativa de todos aqueles que lutam pela ampliação e desenvolvimento do ensino superior em nosso Estado.

Quanto ao mérito, a responsabilização das empresas privadas e de economia mista para com a educação de nossa juventude é inquestionável e é dever do Estado estabelecer esta exigência a todas as empresas, porém, de modo particular àquelas beneficiárias de recursos públicos para seu crescimento.

Os senhores que conhecem a realidade de nossas famílias e de modo especial de nossos jovens que buscam, diariamente, nos gabinetes legislativos e executivos apoio para a manutenção de seus estudos superiores, vão perceber no nosso Projeto as prioridades que assumimos:

a) a ampliação e o desenvolvimento da UDESC - nossa única universidade estadual totalmente pública e gratuita. É preciso que a UDESC leve suas unidades e seus cursos para o interior de nosso Estado, possibilitando assim, mais vagas e acesso gratuito ao 3º grau à maioria da juventude;

b) percentual dos recursos devem ser aplicados, obrigatoriamente no Crédito Educativo, conforme assim já define a lei de sua criação, a Lei 10.641, de 06 de janeiro de 1998;

c) percentual do recebido pelas Fundações Universitárias, criadas por lei municipal, deve, obrigatoriamente, ser transformado em bolsas de estudo a alunos carentes da própria Universidade ou Fundação.

Assim, senhora Deputada e senhores Deputados, após várias discussões, debates, consultas a direções da Universidade, professores, estudantes e técnicos que atuam em pesquisas, na EPAGRI e EMBRAPA, apresento esta proposta para a análise apreciação dos senhores, acreditando na abrangência social e nos efeitos favoráveis a grande parte de jovens que concluem o segundo grau e estão impossibilitados de continuar suas carreiras.

Obrigado.

Deputado Pedro Uczai

*** X X X ***